

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: MESTRADO**

**OS FORMADORES DE OPINIÃO E O DISCURSO *SOBRE A***  
**MANUALIZAÇÃO DA LÍNGUA**

**Loide Andréa Salache**

**Guarapuava**  
**2014**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: MESTRADO**

**OS FORMADORES DE OPINIÃO E O DISCURSO *SOBRE A***  
**MANUALIZAÇÃO DA LÍNGUA**

**Dissertação apresentada por LOIDE ANDRÉA SALACHE, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Letras.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. MARIA CLECI VENTURINI**

**Guarapuava**  
**2014**

**LOIDE ANDRÉA SALACHE**

**OS FORMADORES DE OPINIÃO E O DISCURSO *SOBRE A*  
MANUALIZAÇÃO DA LÍNGUA**

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Cleci Venturini (Orientadora) – UNICENTRO**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Gesualda dos Santos Rasia – UFPR – Curitiba**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Célia Bassuma Fernandes – UNICENTRO**

---

**Suplente: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Luciane Baretta – UNICENTRO**

---

**Data de Aprovação**

---

***Dedico este trabalho,***  
*com todo o carinho, a minha família: aos meus*  
*pais Olivio Salache e Iraídes de Lima Salache, e*  
*aos meus irmãos, Cleverson Fernando Salache e*  
*Anderson Olivio Salache*

***E***

*À Professora Dr<sup>a</sup>. Maria Cleci Venturini, minha*  
*orientadora, uma amiga.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, por ter me dado a permissão de chegar até aqui e por toda a força concedida na concretização deste sonho.

À minha família que me acompanha nessa jornada e apesar das inúmeras dificuldades, sempre me estimularam a continuar, meus pais Olivio e Iraídes Salache, minhas bases, por tudo o que sou, por cada oração, por terem me proporcionado educação e amor pelos estudos, aos meus irmãos Cleverson Fernando e Anderson Olivio Salache, pela boa vontade em me ajudarem, compartilhando meus ideais e incentivando-me a prosseguir.

Um agradecimento afetivo e especial fica reservado a professora Dr<sup>a</sup>. Maria Cleci Venturini, minha estimada orientadora nesse caminho, a qual muito me auxiliou no desenvolvimento deste trabalho, por todo o seu companheirismo, atenção, compreensão, carinho e amizade, sempre a mim dedicados, em todos os momentos. Muito Obrigada, professora Dr<sup>a</sup>. Maria Cleci!

À Professora Dr<sup>a</sup>. Gesualda Rasia por ter deixado os seus compromissos para fazer a leitura do texto e, após, participar da banca avaliadora desta dissertação, contribuindo de forma significativa para a sua finalização.

À Professora Dr<sup>a</sup>. Célia Bassuma Fernandes pela participação na banca de qualificação e de defesa, especialmente, pela sua dedicada leitura e apontamentos delimitados no texto para sua melhor elaboração.

Aos meus queridos colegas do Mestrado, à Adriana Cristina Bernardim, à Eunice Pereira Guimarães e ao Leandro Tafuri, pelo companheirismo vivido e pelos momentos que partilhamos ao longo deste período acadêmico, nos encontros do Grupo de Pesquisa e em nossas participações em eventos científicos, quando dividimos ansiedades e sonhos.

À Maria Cláudia Teixeira, minha colega de Mestrado, a qual dispensou horas de seus estudos, para dedicar-se a discutir esse trabalho comigo. Maria Cláudia, obrigada!

### ***Epígrafe***

*Linguagem é como uma pele: Eu esfrego minha linguagem contra os outros. É como se eu tivesse palavras, ao invés de dedos, ou dedos, na ponta das palavras.  
(Roland Barthes).*

**SALACHE, Loide Andréa. OS FORMADORES DE OPINIÃO E O DISCURSO SOBRE A MANUALIZAÇÃO DA LÍNGUA. N° de folhas (153 f.). Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Centro-Oeste. Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Maria Cleci Venturini. Guarapuava, 2014.**

## **RESUMO**

Os fundamentos teóricos que ancoram/sustentam esta investigação são os da Análise de Discurso, tal como foi introduzida por Michel Pêcheux, na década de 60, do século XX e estruturada no Brasil, por Eni Orlandi e pesquisadores que com ela trabalham. Nesse campo disciplinar, o discurso é o centro e só se torna material a partir de sujeitos interpelados pela ideologia e atravessados pelo inconsciente. Metodologicamente, não busca por conteúdos, mas pelo modo como determinados efeitos de sentidos se constituem. O objeto discursivo e os recortes realizados no *corpus* são determinantes para o direcionamento metodológico. Nessa investigação, o objeto de pesquisa é o discurso *sobre* a língua manualizada no/do politicamente correto, significada como mais uma ação coercitiva que busca o gerenciamento da língua. Três artigos “formadores de opinião”, pertencentes a formações discursivas que se imbricam e ao mesmo tempo se diferenciam, pelas distintas posições-sujeito, estruturam o *corpus*. Os chamados, pelos autores do manual, de “formadores de opinião”, respondem pela autoria das três materialidades recortadas e, a partir dessas materialidades, recortamos sequências discursivas (SD's) a serem analisadas, com o objetivo de responder a seguinte questão de pesquisa: Como nos discursos *sobre* o manual constroem-se evidências de que a língua é sempre heterogênea, apesar das práticas coercitivas? O objetivo geral em torno dessa questão é compreender o funcionamento discursivo da língua no manual, destacando os efeitos de sentidos que escapam ao seu gerenciamento e a sua uniformização, buscando identificar os discursos que sustentam essa prática. Esse objetivo geral desdobra-se nos objetivos específicos a seguir: 1) mapear ações governamentais que dão visibilidade ao Estado como Aparelho Repressivo (ARE) em relação às práticas linguageiras; 2) identificar os procedimentos discursivos instauradores de evidências em torno do funcionamento da língua em sua heterogeneidade e as dificuldades de sua manualização; 3) destacar a concepção de língua em funcionamento nas materialidades recortadas a partir das posições-sujeito ocupadas pelos responsáveis pelos discursos *sobre* a língua manualizada, enfatizando as regularidades, as rupturas, as contradições e os discursos que sustentam/ancoram esse funcionamento. O trabalho estrutura-se em três capítulos que se articulam de modo a responder à questão proposta e atender aos objetivos deste trabalho. No primeiro capítulo, priorizamos aspectos de cunho histórico, buscando mapear práticas governamentais que tratam a língua coercitivamente e tentam gerenciá-la. Enfocamos o funcionamento do manual por meio de noções que o significam “como uniformização da língua”. No segundo capítulo, empreendemos teorizações em torno do funcionamento da língua, a partir da concepção teórica da Análise de Discurso. O terceiro capítulo abarca as análises em torno das sequências discursivas recortadas das materialidades que estruturam o *corpus*. Enfatizamos a necessidade da retomada da questão central e do mapeamento das ações

coercitivas em torno da língua, porque só assim é possível identificar os discursos que sustentam a atualidade deste discurso e o legitimam. A partir das questões de pesquisa e dos objetivos propostos pode-se concluir que, nesse manual, especificamente, o gerenciamento da língua instaurou, entre outros efeitos de sentidos, o de que, a uniformização da língua inscreve-se na ordem do impossível e a heterogeneidade constitui-se como um modo de resistir à coerção, à dominação. Os discursos que sustentam a tentativa de “gerenciamento” da língua advêm da história das civilizações, de lugares e tempos em que a língua funcionou como instrumento político de dominação, tornando visível e legítimo o poder institucionalizado.

Palavras-chave: sujeito; língua; ideologia; cultura; determinação histórica.

**SALACHE, Loide Andréa. THE OPINION MAKERS AND THE DISCOURSE ABOUT THE LANGUAGE MANUALIZATION. N° of leaves (153 f.). Dissertation (Master of Arts) – University of the Midwest. Advisor: Dr<sup>a</sup>. Maria Cleci Venturini. Guarapuava, 2014.**

## **ABSTRACT**

The theoretical foundations that anchor/support this research are those of discourse analysis, introduced by Michel Pecheux, in the 60s of XX century and structured in Brazil by Eni Orlandi and researchers who work with her. In this disciplinary field, the discourse is the center and only became the material of subjects interpellated by ideology and crossed by the unconscious. Methodologically, not searching for content, but for the way how certain effects are constituted. The discursive object and the cutouts made in the corpus are crucial for the methodological guidance. In this research, the research object is the discourse on language manualized in/of politically correct, meant as one more coercive action that seeks to manage the language. Three articles “opinion makers”, belonging to discursive formations that overlap while they differ by the different subject-positions, structure the corpus. Those called by the manual authors of “opinion makers” respond by authority of the three materialities cut, and from those, we cut discursive sequences (SD) to be analyzed in order to answer the following research question: How in discourses *about*, the manual build up evidences that the language is always heterogeneous, despite the coercive practices? The overall goal around this issue is to understand the discursive function of language in manuals, highlighting the effects of senses beyond its management and its uniformity, seeking to identify the discourses that support this practice. This will encompass the following specific objectives: 1) mapping out government actions, which give visibility to the State Repressive Apparatus (SRA) in relation to language practices, 2) identify the discursive procedures, stabilizer of evidence around the impossibility of the language functioning in its heterogeneity and its difficulties in manualisation, 3) highlight the conception of language functioning in materiality cut from the subject-positions occupied by those responsible for discourses *about*, on manualized language, emphasizing the regularities, the disruptions, the contradictions and discourses that support/anchor this operation. The work is divided into three chapters that are articulated in order to answer the proposed question and meet the objectives of this work. In the first chapter, we prioritized natural historical aspects, seeking to map out government practices that treat coercively the language, and try to manage it. We focus on the operation of the manual through notions that mean “how standardizing the language”. In the second chapter, we undertook theories about the language functioning, from the theoretical conception of Discourse Analysis. The third chapter covers the analysis around the discursive sequences cut from the materiality that structure the corpus. We emphasize the need to reclaim the central issue and the mapping of enforcement actions around the language, because only then is it possible to identify the discourses that sustain and legitimize this discourse today. Based on the research questions and the proposed objectives it can be concluded that, in this manual,

specifically, the management of language introduced among other effects of senses, that the standardization of the language falls in the order of the impossible, and if it is persecuted, precludes the exercise of speech. This impossibility is constituted as a way to resist coercion, domination. The discourses that underpin the attempt to “manage” the language come from the civilizations history, places and times in which language functioned as a political instrument of coercion, making it visible and legitimate institutionalized power.

Keywords: subject; language; ideology; culture; historical determination.

# SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>07</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>09</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1. POLÍTICA LINGUÍSTICA BRASILEIRA: PRÁTICAS DE COERÇÃO NA/PELA LÍNGUA.....</b>	<b>21</b>
1.1 Línguas Nacionais e sua nomeação.....	25
1.2 Política Linguística Brasileira: entre o domínio do religioso e do político.....	30
1.3 A Era de Getúlio Vargas e o funcionamento da língua.....	34
1.4 O Manual na uniformização da língua e no que rompe com a repetição.....	37
1.5 A linguagem politicamente correta.....	45
1.6 Procedimentos teórico-metodológicos.....	49
<b>2. A LÍNGUA/LINGUAGEM EM SEU FUNCIONAMENTO DISCURSIVO.....</b>	<b>57</b>
2.1 Reprodução e transformação no funcionamento língua/linguagem.....	60
2.2 Os estudos da língua a partir da Análise de Discurso.....	64
2.3 O funcionamento da língua e a sua relação com sujeito.....	69
2.4 A ideologia e o simbólico-político.....	74
2.5 A língua em discurso por/em formações discursivas:contradição e antagonismo.....	78
<b>3. OS DISCURSOS <i>SOBRE</i> A LÍNGUA MANUALIZADA NO/DO POLITICAMENTE CORRETO: ENTRELAÇANDO TEORIA E ANÁLISE.....</b>	<b>84</b>
3.1 Formação discursiva dos Linguistas - Materialidade 1: “A linguagem Politicamente Correta” - José Luiz Fiorin.....	85
3.1.1 Práticas de racismo na literatura brasileira: a língua(gem) em funcionamento .....	93
3.1.2 Contradição e antagonismo: o linguista e o sujeito-cidadão.....	98
3.2 Materialidade 2: Formação discursiva do Jornalista - “O programa Fala Zero”- João Ubaldo Ribeiro.....	100
3.3 Materialidade 3: A posição Sujeito-Escritor - “A coisa está branca” - Ferreira Gullar.....	107
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>118</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>124</b>

## INTRODUÇÃO

No espaço da língua, a busca impossível da unidade imaginária é paga ao alto preço da dupla linguagem da dominação (GADET & PÉCHEUX, 2004, p. 95).

Os discursos em torno da Cartilha do “Politicamente Correto e Direitos Humanos”, texto que se apresenta como o manual do uso politicamente correto tem chamado a atenção, desde 2004, quando de sua publicação. O Manual/Cartilha escrito por Antonio Carlos Queiroz teve apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, legitimando-se pelo poder e/ou autorização do Estado.

O texto de apresentação da Cartilha é de autoria de Perly Cipriano, Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, no Governo Lula, em 2004 e, como se pode ler na apresentação do manual ‘politicamente correto’, se ancorou nos discursos do historiador brasileiro Jaime Pinsky<sup>1</sup> (2004, p. 03), em torno do que chamou de “os preconceitos nossos de cada dia”. Cabe salientar, contudo, que as considerações foram feitas pelo historiador, em condições de produção distintas daquela destacada na referida cartilha. A consequência disso é que os efeitos de sentido do preconceito, como prática, alteram-se no documento em tela.

Os organizadores dessa materialidade, Antônio Carlos Queiroz (pesquisa e texto), e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, justificam a iniciativa, dizendo que os formadores de opinião, demonstram preconceito em seus discursos, ofendendo quem os lê ou ouve, por ressaltarem práticas linguageiras de maneira grosseira e ofensiva, ou utilizando-se de eufemismos, que os responsáveis pelo texto designam de “condescendentes” e “paternalistas” (CIPRIANO, 2004, p. 03).

---

<sup>1</sup> “Jaime Pinsky: Historiador e editor. É também professor Titular da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Doutor e Livre Docente pela USP (Universidade de São Paulo). A citação na ‘Apresentação’, da Cartilha “Politicamente Correto e Direitos Humano”, deve-se ao que designou de ‘Preconceitos nossos de cada dia’”. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/polcorrpinisky.htm>, acesso: 10 jun, 2013, às 14h.

Ainda, na apresentação do manual, os autores destacam que o título “Politicamente Correto”, é intencionalmente provocador e busca sublinhar o desrespeito “à imagem e à dignidade das pessoas consideradas diferentes” (CIPRIANO, 2004, p. 03). Destacam, também, que não desejam promover discriminações “às avessas”, enfatizando ou sugerindo a utilização de termos para nomear/designar os sujeitos-alvo de críticas pelas suas diferenças. Destacamos, entre os sujeitos considerados diferentes, os negros, as mulheres, os gays, os pobres, os ‘feios’ e, com frequência, os deficientes físicos ou doentes mentais. O objetivo da cartilha, segundo os organizadores, foi incentivar o debate, promovendo a reflexão em torno do que chamam de ‘problema social’ e, de acordo com eles, a razão para fazer isso é o fato de os formadores de opinião serem ‘diferentes’ em relação aos demais sujeitos da formação social a que se filiam, o que os inscreve em uma formação discursiva dominante<sup>2</sup>. O inusitado é que convidam os demais sujeitos a ‘colaborarem’ nas próximas edições do manual, ressaltando possíveis efeitos de trabalho democrático e coletivo.

A cartilha, mais conhecida como manual, foi veementemente criticada por aqueles a quem se dirige, designados pelos autores de formadores de opinião, jornalistas, escritores, poetas. Os linguistas, apesar de não citados, são os que descrevem a língua e pensam no seu funcionamento e, isto pode se constituir em um rompimento com a ‘normalidade’, fugindo ao que Pêcheux (2009 [1975])<sup>3</sup> designa de “norma identificadora”<sup>4</sup>, pela qual os sujeitos se identificam e se inscrevem em uma formação discursiva. Destaque-se, ainda, que os formadores de opinião é que são considerados ‘diferentes’ e, de acordo com a cartilha, eles contribuem para que as minorias sejam tratadas com preconceito.

Diante disso, vale destacar que o nosso interesse por esse objeto teve origem no fato de a presidente Dilma ter sido vaiada na “3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência”, realizada em Brasília, no dia 04 de dezembro de 2012. Nesse evento, a presidente usou a expressão ‘portadores de deficiência’, vista como politicamente

---

<sup>2</sup> A noção formação de discursiva é produtiva em nossa investigação, tendo em vista que os sujeitos ‘falam’ e interpretam a partir de posições-sujeito e estas resultam de inscrições em FD, as quais, de acordo com Pêcheux (2009, p. 147), determinam o que pode/deve ser dito.

<sup>3</sup> Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio, de Michel Pêcheux teve sua primeira edição em 1975. Trabalhamos com a edição de 2009.

<sup>4</sup> Pêcheux (2009 [1975], p. 145-146), trata a “norma identificadora” a partir da ideologia, a qual pelo funcionamento do ‘hábito’ e do ‘uso’, designando ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser, e isso, às vezes, por meio de ‘desvios’ linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo ‘retomada do jogo’. A ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’.

incorreta e, diante da reação da plateia, desculpou-se e se corrigiu, empregando a expressão ‘pessoas com deficiência’.

O fato motivou a matéria intitulada ‘Politicamente correto: pressão das minorias modifica a linguagem?’, de autoria de Vanessa Fogaça Prateano, publicada no caderno “Vida Cotidiana”, p. 09, do Jornal Gazeta do Povo, no dia 6 de dezembro de 2012, sinalizando que a cartilha saiu de circulação, mas os seus efeitos continuaram, referendando o trabalho da linguagem a partir de processos discursivos. Na matéria, há destaque para a preocupação com a língua e com o seu funcionamento, destacando as mudanças e as transformações em torno das práticas linguísticas, as quais preocupam, especialmente, aqueles sujeitos que a língua significa como um organismo social, como um sistema que necessita ser protegido, salvaguardado de mudanças e de ‘novidades’.

A polêmica em torno da questão apontada resultou na realização da nossa investigação e nos interessa destacar a língua e a linguagem, e os modos como significam na formação social, sublinhando para os modos como a língua foi, com frequência, gerenciada pelo dominador, funcionando como uma forma de poder e servindo, como destaca Althusser<sup>5</sup> (1985 [1970]), como instrumento de coerção, enquanto Aparelho Ideológico de Estado (AIE)<sup>6</sup> e, também, de Aparelho Repressor do Estado (ARE)<sup>7</sup>.

É recorrente o gerenciamento da língua a partir do político, instaurando práticas coercitivas, que funcionam como um modo de submissão, apagando o fato de que a língua constitui os sujeitos e por esses sujeitos ela se constitui, como prática discursiva e social. O manual organizado em 2004 constitui-se como mais uma das tentativas de gerenciamento

---

<sup>5</sup> “Louis Althusser (Birmandreis, Argélia, 16 de outubro de 1918 — Paris, 22 de outubro de 1990) foi um filósofo francês de origem argelina. Autor de obras lidas e traduzidas no mundo inteiro como 'Lire Le Capital (1965), Pour Marx (1965) ou Positions (1976)'. Sua principal tese é o antihumanismo teórico que consiste em afirmar a primazia da luta de classes e criticar a individualidade como produto da ideologia burguesa. Sua fama se deve também ao fato de ter cunhado o termo 'aparelhos ideológicos de Estado' e analisado a ideologia como espécie de prática em toda e qualquer sociedade”. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Louis\\_Althusser](http://pt.wikipedia.org/wiki/Louis_Althusser), acesso: 23/02/2014, às 14h.

<sup>6</sup> O AIE faz parte do privado e opera, principalmente, por meio da ideologia, embora exista o caráter coercitivo, pois as escolas, as igrejas, os sindicatos e as famílias praticam suas formas de violência como exclusões, seleções, sanção (física ou não) e penalidades de uma maneira geral. A ideologia presente nos AIE é a ideologia das elites dominantes, da burguesia capitalista. Trata-se de um modo de produção capitalista que se repete e se incorpora à vida social e dos sujeitos, uma vez que é a ideologia de exclusão e de desigualdade que prevalece no AIE. Para Althusser o AIE dominante é a escola (ALTHUSSER, 1985 [1970]).

<sup>7</sup> Os ARE funcionam, principalmente, pela repressão e a sua função é ser repressivo e garantir, pela força (física ou não), as condições apropriadas para a reprodução das relações de produção entre o capital e trabalho, sendo assim, realizando-se pelas relações de exploração (ALTHUSSER, 1985 [1970]).

da língua pelo Estado, que determina o modo correto de usá-la, como se fosse possível dar conta dos sentidos, aprisionando-a, fechando-a. Na posição teórica em que nos colocamos, a língua é habitada pela opacidade e os sentidos das palavras não são fixos, tendo em vista os equívocos, as falhas, os deslizes e as contradições em seu funcionamento como prática sócio-histórica, significando a transparência da língua como uma ilusão do sujeito.

Leandro Ferreira (2011, p. 345), em torno da língua em funcionamento, sustenta que “o sistema linguístico não é concebido como algo abstrato e fechado, mas sim como um sistema passível de perturbações, rupturas e mal-entendidos”. A partir dessa ancoragem, sustentamos que a língua, apesar dos esforços de gerenciamento praticados no Brasil desde o descobrimento, falha e se estrutura pela opacidade, que a constitui. Ancoramo-nos em Pêcheux (2009) e Orlandi (1999), destacando que os sentidos estão sempre em transformação, podendo sempre ser outros. Nessa perspectiva, o discurso torna-se material por meio da língua, a qual é o lugar em que a ideologia concorre para a produção de efeitos de sentidos.

É essa concepção de língua que perpassa a investigação, na qual o objeto que a estrutura e garante a sua unidade é o discurso *sobre* a língua manualizada no/do politicamente correto, destacando que quem assume a autoria deste discurso *sobre* são os sujeitos designados no manual do ‘politicamente correto’ de ‘formadores de opinião’. A questão de pesquisa a ser respondida ao longo do texto, em torno deste objeto é: Como, nos discursos *sobre* o manual, constroem-se evidências de que a língua é sempre heterogênea, apesar das práticas coercitivas?

O objetivo geral que concorre para que a questão em tela seja respondida é: compreender o funcionamento discursivo da língua no manual, destacando os efeitos de sentidos que escapam ao seu gerenciamento e a sua uniformização, buscando identificar os discursos que sustentam essa prática. Este objetivo geral desdobra-se nos objetivos específicos a seguir:

- 1) mapear ações governamentais que dão visibilidade ao Estado como Aparelho Repressivo (ARE) em relação às práticas linguajeiras;
- 2) identificar os procedimentos discursivos instauradores de evidências em torno do funcionamento da língua em sua heterogeneidade e as “dificuldades de sua manualização”;

3) destacar a concepção de língua em funcionamento nas materialidades recortadas a partir das posições-sujeito ocupadas pelos responsáveis pelos discursos *sobre* a língua manualizada, enfatizando as regularidades, as rupturas, as contradições e os discursos que sustentam/ancoram esse funcionamento.

A ancoragem teórica para responder à questão de pesquisa e dar conta dos objetivos propostos advém dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso, doravante AD, de orientação francesa e, das reflexões de estudiosos, como Pêcheux, Orlandi, Milner, Henry, Mariani, Ferreira, Rasia, Guimarães, Venturini, entre outros. Destacamos que a gênese da teoria discursiva advém de Michel Pêcheux, na obra “*Análise Automática do Discurso*”<sup>8</sup> (2010a), quando o teórico lança um novo olhar para a língua, elegendo o discurso como objeto de estudo.

Esses estudos inaugurais significam a língua como sistema, como preconizou Saussure (2006 [1916]). O deslocamento central está na língua na história, considerando a exterioridade e, para o seu funcionamento, como prática que resulta de processos, sustentados pela determinação ideológica e pela relação dos sujeitos a partir de determinadas condições de produção históricas, sociais e ideológicas.

Os referências teórico-metodológicos que encaminham e estruturam as análises sustentam-se no tripé: língua(gem), história e sujeito, que evidenciam o cruzamento entre os discursos, conforme destaca Pêcheux (2009 [1975]) e Orlandi (2002). Na AD, a língua funciona pela história, encaminhando as discussões com vistas a verificar esse funcionamento na “Cartilha do politicamente correto<sup>9</sup>” (2004), objeto em torno do qual se estruturam os discursos *sobre*<sup>10</sup> o manual, a partir de sujeitos.

O nosso objeto discursivo, nessa investigação, é o discurso *sobre* a língua manualizada no/do politicamente correto, advindo dos sujeitos designados pelos

---

<sup>8</sup> Este texto de Michel Pêcheux circulou a partir de 1969 e, é considerada a obra inaugural da Análise de Discurso, de acordo com Maldidier (2003). Nessa obra Pêcheux divulgou as discussões em torno da teoria do discurso e do desenvolvimento de noções relacionadas à teoria do discurso, apesar de ter abandonado depois, alguns dos percursos iniciados, dentre eles a grade de leitura de textos.

<sup>9</sup> Em nossa investigação usamos cartilha e manual como palavras pertencentes ao mesmo campo semântico, mas entendemos que a cartilha tem uma força mais coercitiva do que o manual, tendo em vista que a cartilha é para ser seguida à risca e o manual serve de indicador.

<sup>10</sup> Vale diferenciar, como faz Venturini (2009) que, em relação à memória, o duplo funcionamento do discurso *sobre*, destacando que em um primeiro funcionamento o *sobre* encaminha para em torno de ou assunto, tal como foi trabalhado por Orlandi (1990), Mariani (1998) e Silveira (2004) e, em um segundo funcionamento, o *sobre* funciona como a memória em sua atualidade, a qual, para significar funciona junto ao discurso *de*, enquanto memória que sustenta e ancora a atualidade.

organizadores do manual de ‘formadores de opinião’. Nestes discursos o manual é significado como mais uma ação coercitiva de gerenciamento da língua. As materialidades que estruturam nosso *corpus* são três artigos de intelectuais brasileiros, pertencentes a formações discursivas que se imbricam e, ao mesmo tempo, se diferenciam, pelas distintas posições-sujeito.

Vale destacar que os linguistas não são citados na introdução do manual, mesmo assim, a primeira materialidade estruturadora do *corpus* é o texto “*A linguagem Politicamente Correta*”, do professor José Luiz Fiorin, da Universidade de São Paulo (USP), publicado na “Revista Linguagem”, da Universidade Federal de São Carlos, em agosto de 2008; a segunda materialidade é o texto “*Programa Fala Zero*”, do jornalista João Ubaldo Ribeiro<sup>11</sup>, publicado no Jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, em 08 de maio de 2005, disponibilizado no Site Oficial da Academia Brasileira de Letras. A terceira, é o texto “*A coisa está branca*”, de autoria do poeta Ferreira Gullar, publicado na página eletrônica do Jornal *Folha da São Paulo*, em 15 de maio de 2005, disponível no site da UOL - Universo Online.

Na perspectiva discursiva em que nos inserimos, não se busca pelos conteúdos do discurso, mas pelos modos como, determinados efeitos de sentidos, se constituem pelo funcionamento da língua na história e, pela dupla interpelação do sujeito pelo ideológico e pelo inconsciente. Não se trata de pensar empiricamente no gerenciamento da língua, mas nos discursos *sobre* esse funcionamento linguajeiro. Pêcheux (2009 [1975], p. 20, *grifos do autor*) contrapõe as tendências formalista-logicista às duas outras (histórica e enunciativa), tendo em vista que a língua “como o sistema se encontra contraditoriamente ligada ao mesmo tempo, à ‘história’ e aos ‘sujeitos falantes e essa contradição<sup>12</sup> molda atualmente as pesquisas linguísticas sob diferentes formas”.

O trabalho estrutura-se em três capítulos que se articulam de modo a sustentar a análise discursiva das materialidades selecionadas para estruturar o nosso *corpus* e visa, conforme destacamos anteriormente, compreender o funcionamento discursivo da língua

<sup>11</sup> João Ubaldo Ribeiro é escritor e professor, portanto, duplamente interpelado, enquanto inscrição em uma FD, pelas posições que ocupa na formação social, na introdução do manual do “Politicamente correto e dos Direitos Humanos”. Entre as suas obras mais destacadas está “O sorriso do lagarto” (1989); “A Casa dos Budas Ditosos” (1999); “Miséria e grandeza do amor de Benedita” (2000); “Diário do Farol” (2002); “O Albatroz Azul” (2009), entre outros.

<sup>12</sup> A contradição, de acordo com Zandwais (2009), ocorre no interior de uma mesma FD, em que os sujeitos se identificam, mas também questionam os saberes das FDs, destacando a heterogeneidade e a divisão do sujeito.

no manual, a partir de discursos *sobre* o manual, advindo da inscrição dos sujeitos em FDs e, dos discursos que sustentam essa prática.

No primeiro capítulo priorizamos aspectos de cunho histórico, atendendo ao primeiro objetivo deste trabalho que é mapear práticas governamentais que tratam a língua coercitivamente e tentam gerenciá-la. O foco deste capítulo é a ‘língua nacional’ e a ‘política linguística brasileira’. Iniciamos com os jesuítas e o Marquês de Pombal, dando continuidade às práticas coercitivas pela chamada Era Vargas e o funcionamento da língua, nesse período. Neste capítulo, discutimos, principalmente, as políticas linguísticas e o imaginário de língua oficial/nacional.

A relevância deste capítulo decorre, como enfatizamos, do mapeamento do funcionamento coercitivo da língua a partir do Estado, como aparelho repressor, e ideológico, ao situar a língua por meio da organização da prática política. Consideramos, já desde o primeiro capítulo, a língua como prática discursiva, visto que apontamos as condições de produção desses discursos e enfatizamos os processos de sua organização, que abrigam questões ligadas à ideologia e aos sujeitos. Ainda, no primeiro capítulo, enfocamos o manual e a ‘linguagem politicamente correta’, deslocando-a do funcionamento formalista-logicista para o funcionamento discursivo, destacando a uniformização da língua e, no que trata do discursivo, a sua heterogeneidade constitutiva.

Faz parte deste primeiro capítulo a descrição metodológica do trabalho, em que se destaca a filiação teórica, que é a Análise de Discurso e se diz como essa teoria funciona nas análises. Destacamos o objeto de pesquisa, o *corpus*, a questão, os objetivos, as formações discursivas enfatizadas e os recortes realizados nas materialidades que constituem o *corpus*, determinados pela inscrição dos sujeitos em FDs.

No segundo capítulo, empreendemos teorizações em torno do funcionamento da língua a partir da concepção teórica da Análise de Discurso, dando relevância aos conceitos de língua e linguagem, tomados de Saussure (2006 [1916]), de Pêcheux (2009 [1975]), de Gadet e Pêcheux (2004), de Guimarães e Orlandi (2006), de Milner (2012), de Rasia (2008) entre outros e, as reflexões iniciam por Saussure no CLG (Curso de Linguística Geral 2006 [1916]), como sistema de signos.

Após sublinhar a noção de língua que perpassa a linguística a partir de Saussure, relido por Gadet e Pêcheux (2004), encaminhamos as discussões para teóricos que a

significam em sua opacidade, como o que falha e falta e não como transparência, como o que está posto. Esses autores entendem que a homogeneidade e os efeitos de saturação resultam do trabalho da ideologia na construção de evidências e nas noções que sustentam a língua como prática decorrente de processos que determinam as análises e os recortes, a serem realizados no *corpus* discursivo, deste trabalho.

A língua, no funcionamento discursivo, possui uma estrutura material e significa como instrumento de poder, que se realiza a partir de sujeitos inscritos em FDs que determinam, como concebemos, neste trabalho, o funcionamento da língua como ‘correta’ ou ‘não-correta’, tratada, dessa forma, como um instrumento de manipulação, que prioriza a pragmática e a intencionalidade e que buscamos colocar em suspenso, neste trabalho, tendo em vista que, do lugar em que ‘olhamos’ o nosso objeto, a língua funciona pelo simbólico e pelo político, e isso só ocorre pelas práticas sócio-históricas. A opacidade da língua ocorre porque um discurso significa sempre em relação a outros discursos, que ressoam nele.

O dispositivo teórico-analítico que tece os fios, deste segundo capítulo, gravita em torno da língua, história/memória, efeito de sentido, e o que é necessário para pensar a língua, tais como o sujeito, as modalidades de identificação e a formação discursiva. Dessas teorizações podemos destacar que o gerenciamento da língua não se sustenta, tendo em vista que a prática discursiva ocorre por meio de discursos, os quais, de acordo com Pêcheux (2009 [1975]), ancorado em Althusser (1985 [1970]), existem a partir de sujeitos e, os sujeitos não existem fora da ideologia e, acrescentamos, da inscrição em FDs.

No terceiro capítulo, efetivamos o exercício de análise e realizamos os recortes nas materialidades que constituem o nosso *corpus*, mas enfatizamos desde o primeiro capítulo que, em nossa dissertação, atemo-nos ao mapeamento das práticas coercitivas da língua e, nesse capítulo, retomamos as bases constituídas nos dois primeiros capítulos. Para enfatizar, especificamente, o *corpus* e o objeto de estudo: os discursos *sobre* a cartilha do politicamente correto, a partir dos intelectuais brasileiros, designados, como destacamos anteriormente, como os ‘formadores de opinião’, tendo como dispositivos de análise a relação estabelecida entre a língua na história e os sujeitos do discurso.

Em relação às possíveis conclusões a que chegamos, vale destacar, que nas materialidades constitutivas do *corpus* há evidências de que os sentidos não podem/devem

ser controlados e de que, caso o sentido literal seja levado às últimas consequências, a fala na formação social e o discurso, tal como definido por Pêcheux (2010a [1969], p. 82), “como efeito de sentido entre interlocutores”, fica inviabilizado. Podemos dizer, também, que os sujeitos falam e os sentidos dependem das condições de produção e do modo como estes sujeitos inscrevem-se em FDs, enquanto sujeitos e não pelas determinações advindas das instituições, apesar de a língua/linguagem ter sido e ser ao longo dos tempos gerenciada pelo Estado.

# CAPÍTULO I

## POLÍTICA LINGUÍSTICA BRASILEIRA: PRÁTICAS DE COERÇÃO NA/PELA LÍNGUA

Quando falamos de política linguística enquanto políticas de línguas, damos à língua um sentido político necessário. Ou seja, não há possibilidade de se ter língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político. Uma língua é um corpo simbólico político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e história (ORLANDI, 2007, p. 08).

A sustentação deste capítulo advém de autores que pensam o funcionamento da língua a partir de políticas linguísticas e do modo como a língua funciona coercitivamente e, também, como escapa ao gerenciamento, por tratar de sujeitos inscritos em formações discursivas, que determinam o que podem/devem dizer. Tratamos, neste capítulo, de questões relacionadas à língua nacional, iniciando com o mapeamento de políticas implementadas desde o descobrimento do Brasil, passando pela Era Vargas, para mostrar a prática autoritária em relação à língua.

Inserimos, após a Era Vargas, o funcionamento do manual, a partir da história e, o deslocamos para o funcionamento discursivo, em que a língua é concebida em sua heterogeneidade constitutiva. Fazemos isso, para introduzir a questão do ‘politicamente correto’, que se torna visível pela cartilha ou manual, no qual funciona ‘a manualização da língua’. Nosso objeto nesta dissertação e após, os procedimentos teórico-metodológicos, citando nesse capítulo os autores: Pêcheux, Orlandi, Guimarães, Rasia, Mariani, Pagotto, Dias, entre outros.

Os estudos sobre a linguagem suscitaram, desde sempre, muitas questões, despertando o interesse do sujeito desde a antiguidade, como aponta Orlandi (2009, p. 07),

pelos questionamentos: “Por que falamos? Para que falamos? Como falamos? Por que as línguas são diferentes? O que são as palavras? O que elas produzem?” Isto porque a linguagem é a misteriosa capacidade que nos diferencia dos outros animais e nos torna superiores a eles, enquanto sujeitos de uma formação social, em relação ao mundo “semanticamente normal” (PÊCHEUX, 2009 [1975]).

Muito se discutiu em torno da língua e da linguagem<sup>13</sup> e dos mitos criados para explicá-la: como o da Torre de Babel, por exemplo, texto bíblico que explica as diferentes línguas do mundo. A Torre de Babel, construída pelos descendentes de Noé, representa a tentativa frustrada do sujeito de eternizar o seu nome, enquanto comunidade. Reza a lenda que Deus, irado com o atrevimento do sujeito, impõe-lhe um castigo: a perda da linguagem comum. Assim, se não entendesse um ao outro não mais poderia arquitetar projetos audaciosos que colocassem o mistério divino em risco.

Esse mito constitui-se como uma tentativa de explicar a variedade de línguas no mundo, as diferentes culturas e costumes distintos. Há interpretações diversas sobre o mito de Babel, que variam conforme os posicionamentos ideológicos, nos quais se inscreve o sujeito-leitor. Desde o episódio babélico, o sujeito busca pela ‘origem’, pela ‘unidade’ linguística, pela ‘decifração do mistério’. Como se vê, a língua é assunto de interesse do sujeito desde sempre e ele tenta domesticá-la, apoderar-se dela, mudá-la, transformá-la.

Para realizar essa transformação, o sujeito age coercitivamente em torno da língua, por meio do Estado e isso é designado de política linguística, ou seja, a maneira de organizar, de planejar, de gerir e de sustentar o uso/funcionamento da língua, do que podemos afirmar a inexistência de se ter língua, sem que esta, não esteja afetada pelo político<sup>14</sup>. Este funcionamento instaura a contradição e o antagonismo.

Quando pensamos em política linguística, pensamos, também, no sentido visibilizado e nos apagamentos que ocorrem nas formações sociais, em que os sujeitos significam e se significam pelo contexto histórico e pelo simbólico, como o lugar de sua existência, na medida em que suas experiências desencadeiam no espaço político, efeitos

---

<sup>13</sup> Orlandi (2006) destaca a necessidade do homem/sujeito de adquirir poder, por meio da língua. Nesse mesmo texto ela refere-se à Torre de Babel.

<sup>14</sup> Orlandi (2011, p. 53) destaca que “o político tal como o pensamos discursivamente, está presente em todo o discurso. Não há sujeito, nem sentido, que não seja dividido, não há forma de estar no discurso, sem constituir-se em uma posição-sujeito e, portanto, inscrever-se em uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, é a projeção da ideologia no dizer. As relações de poder são simbolizadas e isso é o político.”

de sentidos que os naturalizam pelo trabalho da ideologia na língua. Segundo Orlandi e Guimarães (2001, p. 35), “ao mesmo tempo que a linguística se constitui como ciência, a questão da língua é afetada pela relação do sujeito com o Estado”. É nesta posição que nos colocamos, entendendo que a língua constitui-se ideologicamente numa relação que se dá pelo sujeito com o Estado, pelo funcionamento político da língua e pela contradição que permeia o sujeito e as práticas sociais, conforme Orlandi (2002).

A língua é, então, de acordo com Orlandi (2007, p. 08), “um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre os sujeitos na sua vida social e histórica” (ORLANDI, 2007, p. 08) e, quando pensamos nesta relação, faz-se necessário considerar as políticas linguísticas que ao mesmo tempo em que constituem a língua funcionam, também, como cerceamento, determinando este ou aquele modo de acesso.

Para Orlandi (2007), a política linguística brasileira perpassa pela ideia de que a língua e o seu funcionamento resultam de acontecimentos socio-históricos que a envolvem, tendo em vista o seu funcionamento social. Conforme a autora (2007, p. 08), “quando falamos de Política Linguística enquanto Política de Língua damos à língua um sentido político necessário”, evidenciando que não há possibilidade de se ter língua que não seja afetada pelo político e pelo político-ideológico.

De acordo com Guimarães (2007, p. 63), o funcionamento da língua se dá pela sua mobilização pelo falante, historicamente, nos espaços em que as línguas funcionam e são “organizados pela política dos Estados nacionais”, considerando, ainda o modo, como os sujeitos que falam essas línguas a vivenciam, experimentam e como a memória da língua os constitui como sujeitos, aos moldes de Pêcheux (2009m[1975]), como um sujeito interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente.

Vale destacar que a política linguística perpassa pelo espaço político-social, transformando os sujeitos, as formações sociais e a história, tendo em vista a sua interferência no modo do sujeito pensar a língua, a partir do gerenciamento do Estado, pela institucionalização. De acordo com Orlandi:

Haverá sempre diferentes sentidos a atribuir ao que é a política linguística, indo-se da tematização formal de uma política linguística explícita, planejada, assumida claramente como organizacional, até a observação de processos institucionais menos evidentes (ORLANDI, 2002, p. 95).

Isso equivale a dizer que a língua em seu modo de existência é determinada por um conjunto de práticas, as quais são institucionalizadas pelo Estado, que se pauta na reflexão ética no tratamento de questões inerentes à política das línguas institucionalizadas e que passam a significar como consciência linguística. Com relevância a essa explanação, Orlandi acentua que:

Se incluirmos em nossa reflexão a ética, que é inerente à questão da política das línguas [...], não podemos deixar de pensar que está ligada à ética a formação de uma consciência linguística. [...] Então a nossa questão é a questão da prática linguística, seja das línguas, seja do conhecimento e a 'consciência' linguística que elas produzem. Porque elas estão imbuídas, necessariamente, de um sentido ético. Política e ética vão juntas se pensarmos os processos de significação (ORLANDI, 2007. p. 08).

Desta maneira, a política linguística brasileira compreende a língua em sua dimensão língua-sujeito-história no funcionamento político, advinda da iniciativa do Estado e, segundo Orlandi (2007, p. 07), “fica implícito que podemos 'manipular' como queremos a política linguística”. O Estado pode se utilizar do seu poderio para institucionalizar a língua, para manipulá-la e impor uma prática de uso da língua que o favoreça, ou seja, ele pode criar e tentar alterar determinada prática linguística, já internalizada pelo sujeito. É o que acontece, com a política de línguas em torno de minorias, quando se tenta, por meio da alteração ou até mesmo da supressão da língua, diminuir ou alterar essas diferenças que são de ordem social-histórica.

Há, neste contexto, uma relação de perspectivas e fatos que podem ser evidenciados, quando se pensa em política linguística, no que se refere à organização/estruturação de uma política linguística, de acordo com Orlandi:

Em relação a esta variedade de perspectivas e de fatos pensamos a política linguística a partir de três posições distintas: 1. As políticas linguísticas como razões do Estado, das Instituições que apresentam a questão de *unidade* como valor (como princípio ético); 2. As políticas linguísticas como razões que regem as relações entre povos, entre nações, Estados: a questão da *dominação* como valor (como princípio ético); 3. As políticas linguísticas como razões relativas aos que falam as línguas: a questão da *diversidade* como valor (como princípio ético) (ORLANDI, 2002, p. 95, grifos da autora).

Essas posições destacadas pela autora correspondem a princípios diversos em relação à existência/formação de uma política linguística organizada pelo Estado e que privilegia um interesse em específico para implementá-la, mediante uma necessidade determinada pelo Estado, que se faz necessária no saneamento, solução com vistas a organizar ou até mesmo reverter, a partir da formação social, práticas linguísticas em que a língua atinge as minorias, diminuindo-as, como é exemplificado no manual, em tela.

Isso significa que “não basta, portanto que os linguistas ou o Estado brasileiro se empenhem em uma prática de línguas que fale de minorias” (ORLANDI, 2007, p. 61), pois as diferenças em relação a estas minorias, não deixarão de existir apenas pela alteração da língua, tendo em vista, que essas diferenças são da ordem socio-econômicas, cultural e histórica. A simples troca ou exclusão de determinada palavra/expressão não implicará na inclusão ou valorização das minorias. Além disso, apesar da prescrição em torno da língua, ela escapa e, pelas memórias e discursos que retornam e funcionam de acordo com sujeitos, ideologias, atravessamentos inconsciente, O que é consenso em relação a esta prática é que uma política linguística deve preocupar-se com a universalização da língua e o seu melhor uso em benefício de todos e não ser constituída, em prol de um determinado grupo de sujeitos que utilizarão a língua para manipular/dominar, outros sujeitos, conforme, destaca Pagotto:

A implementação de políticas linguísticas parece obedecer a dois tipos de ações diferentes: ações de força por parte do Estado com vistas a reafirmar sua própria existência e ações que visam a atender demandas específicas de grupos ou setores da sociedade (PAGOTTO, 2007, p.35).

Com esta abordagem, o que fora mencionado na citação acima, é um exemplo de como o Estado ou um determinado grupo da formação social institucionalizam políticas linguísticas que privilegiam a própria ação do Estado ou desses grupos em específico, reafirmando a sua existência. Assim, o que iremos tratar adiante, representa exemplificações de políticas linguísticas criadas pelo Estado brasileiro.

## **1.1 Línguas Nacionais e sua nomeação**

Para compreender o funcionamento da língua é relevante abordar a língua nacional, pois “é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo” (GUIMARÃES, 2007, p.64). É o que constitui traços de identificação entre os sujeitos, designados como ‘povo’, enquanto nação.

A nomeação da língua de uma nação é uma questão constitucional e de amparo legal, que no Brasil suscitou muitas discussões em torno da designação da língua oficial, passando, segundo Dias (2001, p. 185), por denominações como: língua portuguesa, língua brasileira, língua pátria, luso-brasileira, dialeto brasileiro, língua nacional brasileira. Segundo o autor, “hoje, o nome Língua Portuguesa, configura-se como um lugar de memória” (DIAS, 2001, p. 197), porque guarda em si, pela sua historicidade, diferentes efeitos de sentidos em torno da língua nacional. A esse respeito e pensando no gerenciamento da língua pelo Estado, Guimarães destaca que:

A Constituição de 1946, que pela primeira vez introduz a questão da língua como questão constitucional. Isto se dá no 'Ato das Disposições Constitucionais Transitórias', Art. 35: O Governo nomeará comissão de professores, escritores e jornalistas, que opine sobre a denominação do idioma nacional (GUIMARÃES, 2000, p.170).

Nesse sentido, o Estado é quem gerencia a língua por meio de uma prática política definida por ele. Os sujeitos-falantes, nesse funcionamento, assujeitam-se a essa prática, submetendo-se às condições de produção em torno da língua, impostas pelo Estado, enquanto instituição.

A língua nacional brasileira, o português, começou a ser praticada no Brasil com a chegada dos portugueses e coexistiu com as línguas indígenas praticadas no território. De modo que a língua do colonizador não foi a única língua falada em terra brasileira. Para facilitar a comunicação entre os povos de línguas distintas foi instituído o que se denominou de língua geral.

Os jesuítas, responsáveis pela catequese, preocuparam-se em construir/instituir uma língua comum – geral e em vista disso, elegeram o tupi-guarani para constituir a língua geral. Mas ao eleger essa língua, como base normatizadora, silenciaram outras línguas indígenas, podendo-se dizer, por isso, que desde o princípio da história do Brasil, já houve

um gesto de imposição, no qual o colonizador determina, mesmo que pela língua do colonizado, uma forma única, deixando às margens outras línguas, apagando, silenciando as minorias.

A língua geral<sup>15</sup> tornou-se a língua franca<sup>16</sup> do Brasil, sendo falada não só pelos índios, mas por todos aqueles que dividiam o mesmo espaço de enunciação: os portugueses e os negros (escravos), uma língua de “intercurso comum” (GUIMARÃES, 2007, p. 64). Por isso, foi criada uma língua comum para todos, com base no Tupi-guarani, denominada Língua Geral, constituindo-se por muito tempo como a língua mais falada no Brasil. Essa língua foi gramatizada por Anchieta e estudada pelos padres jesuítas, que também a chamaram de língua brasílica<sup>17</sup> e a aprendizagem ocorria pela prática oral, por meio da sua prática, no dia a dia.

A partir de coerções políticas, na segunda metade do século XVIII, o português impõe-se como língua oficial e as outras línguas faladas no território são proibidas, principalmente, a língua franca. A língua portuguesa passa a ser obrigatória em todas as formas sociais, na escola, no comércio, na igreja, etc. Depois da independência, esta se torna a língua nacional do Brasil.

A história da língua no Brasil, da língua nacional, conforme aquilo que se historiciza, produziu-se pelo viés do gerenciamento linguístico, conduzido/imposto pelo Estado, que ao constitucionalizar a língua, a institucionaliza, de acordo com os seus interesses. Desde a época do descobrimento do Brasil, as línguas indígenas, aqui “habitadas”, foram/estão sendo gradativamente apagadas, quando o colonizador diz o que deve ser falado, ao indígena, “residente inicial da terra brasileira”, o qual já possuía uma língua, “no caso específico brasileiro [...] línguas indígenas que desapareceram e nos fazem

---

<sup>15</sup> “A língua portuguesa veio para o Brasil com a chegada dos Portugueses. A partir da colonização o português conviveu com línguas indígenas, Mas durante um largo período desta convivência a língua portuguesa não foi a língua de uso geral e isso motivou a organização da língua. Essa língua foi designada de *língua geral* e se tratava de um tupi normatizado que se tornou a língua franca do Brasil, sendo falada, não só pelos índios, mas inclusive por portugueses e negros. A partir da segunda metade do século XVIII o Português se impõe como língua de uso geral e torna-se, depois da independência, a língua nacional do Brasil. Esta Língua Nacional do Brasil apresenta características próprias que a diferencia da língua de Portugal” (GUIMARÃES, 2007, p. 65).

<sup>16</sup> “Língua franca: é aquela que é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes desta língua para o intercurso comum” (GUIMARÃES, 2007, p. 64).

<sup>17</sup> “Língua brasílica: tupi dos jesuítas passou a ser ensinada aos jesuítas ainda em Portugal o que proporcionou a possibilidade de que textos fossem escritos nessa língua, como os poemas e autos escritos na língua brasílica por Anchieta” (MARIANI, 2004, p. 39).

rever critérios como o da língua para atestarem a indianidade” (ORLANDI, 2002, p. 41). O índio passou a falar a língua do colonizador, a língua que fora gerenciada pelo Estado, tendo em vista o interesse da colônia portuguesa em dominar o Brasil e ao impor a sua língua materna, torna o índio assujeitado à língua portuguesa.

A relevância dessa teorização para a pesquisa está em demonstrar que a fase de introdução da língua nacional caracterizou-se como um ato exemplificador de gerenciamento da língua pelo Estado, ou seja, é um exemplo de política linguística. A discussão de uma política de língua que instaure o coletivo de língua ratifica a forma como o Estado/dominador impõe-se, enquanto determinante do funcionamento da língua. Em relação a isso, Guimarães destaca que:

As línguas, ao funcionarem, se dividem sempre, pela simples razão de que seu funcionamento inclui sua relação com seus falantes. Ou seja, o funcionamento da língua envolve o modo como seus falantes a 'experimentam'. E os falantes praticam suas línguas por esta determinação Estado-Nação, mas também por outras, que não são iguais a estas (GUIMARÃES, 2007, p. 64).

Por meio dessas considerações, ressoa a política linguística, criada pelo Estado para atribuir caracterizações à língua nacional, para o sujeito nacional. Nessa direção, Pfeiffer (2007), destaca que a instituição de uma língua nacional, como processo, passa pelo “espaço do político-social”:

O processo de institucionalização toca, pois, o espaço político-social. Como afirma Orlandi (2006), 'não há ciência que não se assente em pressupostos (teorias) políticos e cujos resultados, em sua prática, não tenham consequências sobre sujeitos, a sociedade, e a história'. Desse modo, ao pensar sobre o processo de institucionalização da linguística, refletimos sobre o político que o sustenta (PFEIFFER, 2007, p. 19-20).

O funcionamento da língua, em específico, o seu gerenciamento, por meio da implementação de uma política linguística, permite compreender como a imposição e a (re)organização vocabular, realizada por meio do manual, constituindo imaginários em torno da ‘língua(gem) ideal’ em que os sujeitos-falantes da língua-nação inscrevem-se como sujeitos de direitos e de deveres desse saber linguístico. É importante considerar que a ‘língua(gem) ideal’ referida acima, tem origem na Secretaria dos Direitos Humanos e

funciona por meio da criação/propositura do ‘Manual do politicamente Correto’ e desse lugar é que ela significa como ideal, como sendo a língua(gem) adequada a ser falada pelo sujeito, ou seja, ‘a língua(gem) ideal’.

Conforme Orlandi (2002, p. 21), a construção da língua nacional ocorre na relação entre sujeito, sentido e história, e na “construção do imaginário social, a história da constituição da língua nacional está estruturalmente ligada à constituição da forma histórica do sujeito sociopolítico”. A língua nacional funciona na relação identitária do país e do povo, contribuindo para a construção de uma nação. É a língua que legitima o povo, instaurando sentimentos de pertencimento, de identificação.

No Brasil, segundo Orlandi (2002), fala-se o português, língua determinada pelo colonizador, mas de acordo com a autora (2002, p. 23), “Falamos a ‘mesma’ língua, mas falamos diferente”. A língua que se fala em solo brasileiro não é a mesma da língua falada em Portugal. O nome é o mesmo, mas a língua é outra porque é a língua do Brasil. A autora vale-se do conceito de formação discursiva, estabelecido por Pêcheux para discorrer acerca da Língua Portuguesa do Brasil e de Portugal, dizendo:

É assim que palavras como democracia significam 'x' para um partido e 'y' para outro. Estabelecendo um paralelo com esse jogo que define as formações discursivas, podemos afirmar mesmo, agora pensando línguas que são consideradas as mesmas, porém que se marcam por se historicizarem de maneira totalmente distinta em suas relações com a história de formações dos países (ORLANDI, 2002, p. 23).

Diante disso, podemos dizer que a língua nacional instaura no/pelo sujeito a sua identificação com o país e os sujeitos que o habitam. Isso ocorre pela memória linguística que ressoa/estrutura-se pela memória, o que passa a caracterizar no sujeito a sua identidade de cidadão nacional, por meio do funcionamento da língua. A autora destaca, ainda, que “o que funciona, pois, em nossa memória linguística, na identidade nacional são as imagens construídas para nossa relação com a língua portuguesa, nossa ‘versão’, brasileira dessa relação” (ORLANDI, 2002, p.23).

A implementação da língua nacional, em seu ‘estado’ de língua, define-se na ordem simbólica, tendo em vista os acontecimentos/fatos discursivos que envolvem a identificação do sujeito, ideologicamente constituído, já pelo ideário de nacionalidade

linguística, produzida no funcionamento da língua, via simbólico. Nesse sentido, a nacionalidade está para o sujeito do discurso, encontrada na língua(gem), evidenciando a relação da língua com a história, produzindo um efeito de transparência em meio à formação dos processos discursivos e conforme Orlandi:

A história da língua do Brasil nos mostra que o brasileiro está exposto a diferentes ordens simbólicas, sem, no entanto, deixar de se representar a necessária unidade, seja ela qual for, que lhe dá o sentimento de uma 'união' nacional, regida por um Estado brasileiro (ORLANDI, 2002, p. 42).

A língua nacional, nessa perspectiva, constitui-se em um processo de cotejamento entre diferentes culturas envolvidas na 'constituição' da língua, envolvendo os sujeitos dessa língua pelo desenvolvimento de uma relação de 'afeto', por práticas distintas. Pode-se dizer então, que os falantes da língua a "compreendem" e, ao mesmo tempo, passam a tecer avaliações sob e *sobre* essa língua, resultando em uma relação de confronto que é constitutiva dela e das outras línguas.

Essa língua tem sua 'existência' ligada a um estado politicamente constituído e a sua implementação ocorre por meio de uma política de língua, advinda do Estado. Objetivamos, no primeiro capítulo, mapear ações governamentais que dão visibilidade ao estado como aparelho repressivo em relação às práticas linguísticas e encaminhamo-nos para uma das primeiras práticas de coerção em torno da língua, determinada pelo Estado. Trata-se da política linguística praticada pelos Jesuítas e depois pelo Marquês de Pombal, envolvendo os Jesuítas e os indígenas.

## **1.2 Política Linguística Brasileira: entre o domínio do religioso e do político**

As memórias e os discursos em torno do domínio do religioso ressoam no modo como os Jesuítas impuseram ao índio a Língua Portuguesa, fazendo uma tradução a partir do Tupi-guarani, do que resultou a Língua Geral. Isso fez com que a Língua Portuguesa se constituísse por "uma evidência: é a língua dos relatos, dos missionários, dos colonizadores, enfim, da metrópole" (MARIANI, 2004, p. 58). Dessa forma, o indígena

pela miscigenação entre duas línguas, vivencia uma terceira: a Língua Geral, que mescla o Tupi-guarani com a Língua Portuguesa, imposta pelo colonizador português.

O padre José de Anchieta e o padre Manoel de Nóbrega foram os primeiros missionários Jesuítas, vindos de Portugal para o Brasil, e por meio da catequese, introduziram a língua do colonizador ao índio, não só objetivando a comunicação entre línguas diferentes, mas também como forma de civilizar o índio. Do lugar em que ‘olhamos’ para esses discursos que vêm da história, dizemos que o discurso em torno da colonização linguística constitui-se pela evidência de que os missionários religiosos não desprezaram as línguas indígenas, considerando que partiram do conhecimento destas, para impor ao índio a aprendizagem do português, concretizando a conquista do Brasil. De acordo com Mariani (2004, p. 57), “conhecer estes povos e conhecer suas línguas, em termos práticos, representava uma das chaves para a conquista, expansão e colonização do território”. Trata-se, pois de uma prática coercitiva e de dominação, pois pelo conhecimento da língua, podiam conhecer também a cultura e foi por meio desses conhecimentos que os jesuítas determinaram a forma como a língua portuguesa foi posta em circulação no país.

Em relação a isso, como destacamos anteriormente, houve um apagamento das demais línguas e a Língua Portuguesa solidificou-se em meio às outras línguas faladas no período de expansão do colonizador, para o qual interessava ‘domesticar linguisticamente’, o índio e implantar uma política linguística proveniente da regulamentação determinada por Portugal que se alia à igreja, buscando administrar e garantir o seu domínio nas relações entre as línguas e entre os povos indígenas. Segundo Mariani (2004, p. 50), “foi com a chegada dos Jesuítas, em 31 de março de 1549, junto com o governador Geral Tomé de Souza”, que surgiu a necessidade de organizar a colonização e a catequese, “para além do aprendizado da língua indígena apenas pelo uso e pela prática” (2004, p. 50). Essa organização se deu pela elaboração de uma gramática, escrita por José de Anchieta, conforme destaca Mariani:

Essa é uma concepção 'linguística' ratificada e também colocada em circulação de forma bem mais sistemática pelos missionários jesuítas, a começar pelo trabalho de José de Anchieta em 1555, que resultou na publicação da gramática, intitulada Arte da Gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595) (MARIANI, 2004, p. 60).

Vale destacar Anchieta como um missionário que, além de preocupado com a questão religiosa, estava engajado no projeto de colonização portuguesa, tendo em vista que ele possuía as mesmas origens do colonizador e, dessa forma, seu discurso poderia ser considerado “como um discurso de colonizador”, como destaca Brandão:

Temos que considerar que Anchieta veio nas mesmas caravelas que para cá 'trouxeram os governadores, os plantadores de cana, os militares'. Seu percurso era, portanto, como os dos outros jesuítas e missionários, um percurso engajado no projeto de colonização portuguesa. Seu discurso, como não poderia deixar de ser, trai essa aliança, fazendo imergir marcas de um discurso colonizador (BRANDÃO, 2000, p. 110).

Contudo, as condições de seu trabalho missionário não foram muito fáceis e as dificuldades iam desde as privações de cunho material, até a resistência dos indígenas quanto à catequização. Entretanto, Anchieta e os jesuítas mostraram-se dedicados ao serviço catequético, construído sob o ensino da língua portuguesa e também, ao atendimento das necessidades espirituais e religiosas dos índios.

Dessa forma, os jesuítas passaram a ocupar um lugar de destaque em meio à colonização. Tornaram-se amigos dos índios e, por essa amizade, começaram a defendê-los, buscando a preservação da sua cultura e da sua língua, o que enfraqueceria o domínio do colonizador. Foi por esse motivo que, segundo Mariani (2004), o Governo português, com medo de perder o controle e o domínio das terras brasileiras, mandou para o Brasil Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, ministro de Portugal, nomeado pelo rei de Portugal, D. José I, para governar a terra recém descoberta.

Na gestão pombalina, no ano de 1757, foi criada a lei que extinguiu o uso da língua geral, para favorecer a política e a economia dos portugueses colonizadores. Sendo a língua um fator de dominação, impô-la ao colonizado fortaleceria o seu Governo. Com o ato político de Pombal, ficou proibido o uso da “língua brasílica” e os jesuítas foram expulsos do Brasil para impedir a Constituição de um “estado jesuítico”, com uma língua própria (MARIANI, 2004, p. 145), pois eles priorizavam a língua brasílica e tinham sob domínio um número significativo de indígenas.

Para impedir a criação do “estado jesuítico”, Pombal decide institucionalizar a sua decisão, tendo em vista a carta que recebera de seu irmão, o governador Francisco

Mendonça Furtado, do Grão-Pará, cujo teor expressava “o absoluto domínio que os regulares jesuítas têm em todo este Estado” (MARIANI, 2004, p. 145), dando visibilidade ao grande número de índios que os jesuítas “controlavam”, conforme destacado anteriormente. Pombal e o governador decidem criar o “Diretório dos Índios” que, conforme explica Mariani (2004), foi uma decisão tomada para impedir a expansão do poderio jesuítico e a permanência/expansão da língua do indígena. A autora enfatiza que:

A língua portuguesa, instituição da nação portuguesa, foi institucionalizada na colônia, ou seja, foi necessário um ato político-jurídico [...] Diretório dos Índios - para institucionalizar, oficializar de modo impositivo que era essa, e apenas essa, a língua que deveria ser falada, ensinada e escrita, exatamente nos moldes da gramática portuguesa vigente na Corte (MARIANI, 2004, p. 33).

Essa decisão política e legislativa de dominação constitui-se como imposição de uma língua, referendando o pressuposto da dominação por meio da língua realizada pelo colonizador, caracterizando-se como uma forma de manter-se no poder. Segundo Mariani (2004, p.33, grifos da autora), o “*Diretório* busca colocar em silêncio a língua geral e seus falantes”. Dessa forma, o português é institucionalizado e passa a ser ensinado em sua forma escrita na colônia. A ideia de uma língua homogênea e estável permitiu que Portugal se mantivesse no poder. O Diretório foi determinante para encerrar o conflito entre Portugal e a Colônia, garantindo a Portugal a manutenção do seu poder sobre a colônia e os colonizados.

As reformas/decisões pombalinas objetivavam transformar Portugal em uma Nação poderosa que dominaria a economia e a educação, frente ao capital estrangeiro, organizando a escola para servir aos interesses do Estado. Com essa sua atitude, Pombal também enfraqueceria o poder da Igreja Católica sobre a colônia e o “discurso do colonizador, enraizado na ideologia”, impondo e expandindo a “memória do colonizador”, conforme retrata Mariani (2004, p. 24):

[Trata-se de] um discurso que se impõe pela força e pela escrita, ou melhor, impõe-se com a força institucionalizadora de uma língua escrita gramaticalizada que já traz consigo uma memória, a memória do colonizador sobre a sua própria história e sobre a sua própria língua.

Com a criação do Diretório dos Índios que determinava o uso obrigatório da língua portuguesa e proibia o uso da língua geral, criava-se uma política linguística, determinada pelo Estado. É dessa forma que a língua portuguesa constitui-se em solo brasileiro no início da colonização, como uma imposição que apaga outras línguas.

Mais um exemplo importante que aborda a política linguística no Brasil está na Era Vargas, a qual reporta uma prática de coerção pela língua, que toma o português como única língua permitida no território Nacional, definida pelo governo Vargas, a qual trataremos, a seguir, como um fato sócio-histórico de realização de uma política linguística no Brasil.

### **1.3 A Era de Getúlio Vargas e o funcionamento da língua**

A Era Vargas tem início na história do Brasil, quando Getúlio Vargas chegou ao poder, no ano de 1930. Denomina-se de Era Vargas, conforme expressa, D'Araújo (2004), pelo fato de o ex-presidente ter estabelecido marcas no processo político, educacional e econômico do Brasil. Ele chegou ao poder através de uma movimentação popular e militar, que derrubou o Governo da época. Contudo, foi deposto em 1945, porém, retornou ao poder, em 1951, por meio de eleições populares e governou o país, até o ano de 1954, quando se suicidou. Destaca a autora, em relação à Era de Vargas:

O que chamamos aqui de Era Vargas não diz respeito apenas a um período formal de governo ou à duração de um plano econômico. Chama-se de Era Vargas o conjunto das políticas econômicas e sociais introduzidas no país por Getúlio Vargas a partir de 1930, que marcaram de maneira indiscutível o processo de industrialização, urbanização e organização da sociedade brasileira (D'ARAÚJO, 2004, p. 08).

A chamada Era Vargas deixou como herança mudanças na história política do país, social e também linguística, pois com a implementação da política nacionalista de Vargas, o imigrante foi impedido de 'falar a sua língua', na tentativa de 'nacionalizar' o estrangeiro, que era obrigado a 'falar apenas', a língua portuguesa, ou seja, o idioma nacional.

Contudo, Vargas preocupado em manter a simpatia do brasileiro, em meio à radicalidade de suas decisões, para se ‘popularizar’, criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que também era um mecanismo de censura à imprensa escrita e falada, responsável pela ‘transformação’ da imagem de governista déspota, para ‘companheiro da população’. Para isso, ele utilizou-se dos veículos de comunicação, a exemplo de jornais, revistas, manuais escolares e programas de rádio, que fossem de alcance nacional, com o objetivo de “conquistar o povo” (D’ARAÚJO, 2004, p. 28).

Observamos, pela decisão de Vargas que sempre há em todas as decisões um caráter ideológico-político. O estadista impôs censura à imprensa e a colocou a seu serviço, estabelecendo a censura aos meios de comunicação. O então presidente determinou um caráter homogêneo de utilização da língua, ‘dizendo’ a sua maneira, o que o sujeito deveria ou não saber e até mesmo falar, principalmente no que se refere à utilização da língua portuguesa, quando proibiu o imigrante de falar a sua língua, assim instaurando uma política linguística determinada pelo Estado.

No contexto das disposições desse governo, Pagotto (2007, p. 35), destaca “as disposições do governo Vargas proibindo o uso de línguas estrangeiras em veículos de difusão e nas instituições escolares [...] é uma ação de força do Estado”. Portanto, no período, o uso da língua foi gerenciado pelo Estado, sendo essa uma ação de cunho ideológico-político.

O sujeito do discurso, nesse período, encontra-se em uma formação discursiva dada, em meio a uma política linguística, organizada pelo Estado, em que o poder constituído apodera-se e apropria-se da língua, segundo seus próprios objetivos, de modo a manter-se no poder, controlando, dessa forma, os sujeitos. Assim, “Vargas imprimira à sua gestão [...] um conteúdo nacionalista no sentido de preservar [...] e empreender um desenvolvimento autônomo impulsionado pelo Estado” (D’ARAÚJO, 2004, p. 34). Em seus discursos, reconhecia que os imigrantes estrangeiros conservariam a sua língua, em detrimento da nacional, por uma falta de atenção do Estado. Para contornar esse fato, determinou o uso da língua portuguesa como única, como um instrumento estratégico para manter e privilegiar, os interesses do Estado.

Rasia (2005, p. 01), reflete acerca do imaginário de língua nacional na década de 30 e 40, e destaca que “os saberes que então se produziam sobre língua estavam postos sob a

égide da instalação do Estado Nacional, na Era Vargas”. Essa política desenvolvida por ele ocorreu em um contexto sócio-histórico de abertura das fronteiras do país para o investimento do capital estrangeiro, coincidindo, também com a imigração e a entrada de sujeitos estrangeiros “na condição de trabalhar, e, contraditoriamente, a interdição às práticas culturais e políticas desses sujeitos, uma vez que passaram a ser vistas como ameaças à estabilidade do Estado Nacional”.

Ainda nesse período havia uma preocupação em constituir, por meio da língua, um Estado Nacional que gerenciaria a língua, mantendo a unidade e se constituindo “como lugar identitário do sujeito brasileiro e estabelece fronteiras em relação às línguas estrangeiras e seus resquícios, diante do que boa parcela dos gramáticos assume a condição de guardiões oficiais da língua nacional” (RASIA, 2005, p. 03). Por esse funcionamento, o Estado Brasileiro resguardava-se e delimitava suas fronteiras políticas, protegendo-se do que não convinha.

Vale ressaltar, como faz Rasia (2005, p. 03), o fato de o projeto de nacionalização significar uma ameaça à influência da língua e da cultura europeias, a qual poderia “tomar corpo impregnando o ideário político, os costumes e ‘a identidade nacional’. Assim, instauram-se os ‘muros’ entre as línguas, da mesma forma como se instalam as fronteiras entre os países e os homens”.

Para Orlandi (2005, p. 31), “uma posição nacionalista como a de Getúlio implicava em fortes restrições no domínio linguístico e no das instituições do cenário nacional”. Com essa prática, como diz a autora, a repressão linguística ocorre em nome de uma língua nacional, que funciona na coerção e desconsidera o estrangeiro, o qual “não era cidadão. E era sua língua o documento desta exclusão”. No que tange ao funcionamento do político, na tentativa de manter o poder governamental, pela imposição da língua funciona um discurso que ressoa, como discurso *de*<sup>18</sup>, como um dos funcionamentos da memória, que de acordo com Venturini (2009), sustenta e ancora o discurso *sobre*<sup>19</sup>, enquanto atualidade. O

---

<sup>18</sup> Acerca do discurso *de* é possível destacar a sua ocorrência como o que sustenta o dizer, autorizando-o ou não em relação à FD, à qual o sujeito se assujeita pela identificação, contra-identificação ou desidentificação dos sujeitos locutores e, também, dos interlocutores com o que é próprio da FD, como um saber (VENTURINI, 2009, p. 75).

<sup>19</sup> O discurso *sobre* se constitui pelo discurso *de*, que funciona como a memória que o constitui e como fundante, que retorna e o ancora no eixo da formulação. Essa característica do *discurso sobre* diz respeito aos pilares que o sustentam: o sujeito e a formação discursiva em funcionamento no discurso. A FD legitima a posição que o sujeito ocupa e permite-lhe o que diz sobre algo que ele acredita conhecer e que lhe confere autoridade para dizer o que diz (VENTURINI, 2009, p. 75-78).

que retorna no discurso de Vargas (discurso sobre) é a atitude ditatorial e preconceituosa de Hitler, o qual legislava em favor da pureza da raça ariana, em que a cultura e a língua do ‘outro’ funcionava como uma ameaça e legitimava o extermínio dos judeus, promovido pelo Estado Alemão.

A política desenvolvida por Vargas alcançava todo e qualquer estrangeiro, não só os imigrantes alemães, mas, também, os italianos. De acordo com Orlandi (2005) não se pode ficar nas origens da história, mas destacar que nessa política linguística desencadeada pelo Estado Novo, os processos que se desenvolvem, assentam-se no silenciamento e no forte controle da educação. A autora assinala que o “Decreto-lei número 1545, de 25 de agosto de 1939, o qual é um decreto de amplo efeito sobre os descendentes de estrangeiros e afetam diferentes e múltiplos aspectos da vida dos estrangeiros no Brasil” (ORLANDI, 2005, p. 28).

Por esse decreto, na escola deveria ser praticada, apenas a língua nacional, não sendo permitida a publicação de revistas e livros em outra língua, que não a portuguesa. Desse modo, a escola passa a funcionar como um Aparelho Repressivo de Estado (ARE), pois cabe a ela cumprir e fazer cumprir a lei, passando a funcionar, também como Aparelho Ideológico de Estado (AIE), mesmo que não seja ela, quem vai aplicar a lei. Desse modo, exerce a coerção, pois é a partir dela que as proibições contidas na lei adquirem corporeidade. É repressiva porque ‘obriga’ os sujeitos a falar somente a Língua Portuguesa e apaga a cultura dos imigrantes.

O Brasil passou por outros períodos de censura e de coerção e, em todos eles, o Estado atuou ideologicamente como protetor da língua, repetindo discursos e práticas. No entanto, no que se refere à cartilha do ‘Politicamente Correto e Direitos Humanos’, houve um rompimento com os movimentos de gerenciamento da língua, que sempre protegeram a classe dominante. No manual, ao menos em tese, o objetivo do referido instrumento era coibir o preconceito e proteger as minorias. A efetivação ou o que constitui esse efeito ocorre pela cartilha ou manual, que abordamos a seguir.

#### **1.4 O Manual na uniformização da língua e no que rompe com a repetição**

Nesse espaço, retomamos a cartilha/manual em suas condições de produção e, em seguida, enfocamos o manual pelo viés histórico e discursivo, destacando o seu funcionamento na língua/linguagem. Trata-se, então, de um exercício de análise, que sinaliza para a não separação entre as partes dessa materialidade, objetivando construir uma coerência que legitima a investigação.

Destaca-se que a Cartilha do ‘Politicamente Correto e Direitos Humanos’, conforme assinalado, é um material de autoria de Antonio Carlos Queiroz, produzido no ano de 2004, com o apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos e do presidente da República à época, Luiz Inácio Lula da Silva. O referido manual ficou conhecido popularmente, como ‘cartilha do politicamente correto’, a qual se apresentou como um livro/manual do uso de palavras consideradas ‘politicamente corretas’ e que ‘coibiriam o preconceito.

O manual do politicamente correto, por meio da ideologia, interpela o indivíduo em sujeito, evidência que advém do ARE, o qual se ‘acha no seu direito’, de estruturar um manual, que contém a língua(gem) considerada por ele como correta, cujo uso permite que sujeitos ‘diferentes’ possam ‘ser iguais’, ou seja, é pelo modo coercitivo que o Estado gerencia, dos seus bastidores, o dizer.

Nesse funcionamento, esse manual é mais um exemplo de como ocorre o gerenciamento/uniformização da língua pelo Estado, pois é pela língua que observamos a identificação do sujeito em uma dada formação discursiva. Destacamos que a língua é o lugar em que o sujeito do discurso, na sua condição de falante, é interpelado-constituído em sujeito pela ideologia, em que os efeitos ideológicos da sua interpelação são visíveis no discurso.

O autor do glossário<sup>20</sup>, o jornalista Antônio Carlos Queiroz<sup>21</sup>, destaca que a cartilha do ‘Politicamente Correto e Direitos Humanos’, foi elaborada por um convênio estabelecido entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e a Fundação Universitária de Brasília (Fubra), a qual terceirizou a pesquisa de expressões, consideradas como

---

<sup>20</sup> “Glossário: é um dicionário com diversos termos desconhecidos, como palavras técnicas, em outro idioma; é uma lista, geralmente em ordem alfabética, que dá o significado das palavras. Existem vários tipos de glossário, por exemplo, um glossário bilingue, que as palavras são explicadas e traduzidas para outro idioma, glossário de assuntos específicos como finanças e administração, que explicam termos técnicos, utilizados por profissionais da área ou pessoas que tem interesse em descobrir os seus significados, além de termos científicos”. Disponível em: <http://www.significados.com.br/glossario/>, acesso: 10 jan. 2014, às 10h.

<sup>21</sup> Informações retiradas do “Site Terra”, datadas do dia 5 de maio de 2005, da redação de notícias desse site.

‘politicamente incorretas’, ao jornalista Antonio Carlos Queiroz. Isso significa que a cartilha foi um documento encomendado pelo Estado que, ao solicitar a sua elaboração, pretendia gerenciar o dizer e, também, o sujeito desse dizer.

O texto de apresentação da Cartilha é de autoria de Perly Cipriano, político e militante dos direitos humanos, o qual no Governo Lula era o Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Na apresentação do manual, ele afirma que as palavras “escondem preconceitos e discriminações contra pessoas ou grupos sociais” (CIPRIANO, 2004, p. 03), destacando, que a cartilha fora organizada/destinada a sujeitos da classe dominante e inclui-se, como um dos sujeitos desse discurso, dizendo:

Todos nós – parlamentares, agentes e delegados da polícia, guardas de trânsito, jornalistas, professores, entre outros profissionais com grande influência social – utilizamos palavras, expressões e anedotas, que, por serem tão populares e corriqueiras, passam por normais, mas que, na verdade, mal escondem preconceitos e discriminações contra pessoas ou grupos sociais (CIPRIANO, 2004, p. 03).

Como sujeito-autor, no texto de apresentação da Cartilha, Cipriano alega que ela constitui um documento organizado para conter o preconceito e as discriminações ocasionadas pelo ‘mau uso da língua’. Segundo Cipriano (2004, p. 03), “muitas vezes ofendemos o 'outro', por ressaltar suas diferenças de maneira francamente grosseira e, também, com eufemismos e formas condescendentes, paternalistas”. Com esse dizer, o sujeito busca a adesão do sujeito-leitor, legitimando-se e legitimando a cartilha, significando-a como o quê “daria fim a essas ofensas” e estabeleceria “dignidade as pessoas consideradas diferentes”.

O sujeito-autor explica o nome da cartilha/manual na tentativa de legitimar o discurso que estrutura esse material, com o objetivo de fazer com que os sujeitos compreendam o sentido do que está dito ali sobre o título ‘politicamente correto’:

A ideia do título, 'Politicamente Correto', tem, em parte, um sentido provocador. Foi escolhida com o objetivo de chamar a atenção dos formadores de opinião para o problema do desrespeito à imagem e à dignidade das pessoas consideradas diferentes (CIPRIANO, 2004, p. 03).

Esse Manual/Cartilha apresenta, contraditoriamente, um texto de autoria de um formador de opinião - Jaime Pinski – que é um “historiador, doutor e livre docente pela Universidade de São Paulo (USP), que autorizou a reprodução deste texto, na introdução da Cartilha”. Esse texto foi originalmente publicado em “O Estado de São Paulo”, em 20 de maio de 1993, e no livro “Brasileiro(a) é assim mesmo – Cidadania e Preconceito”, no ano de 1993, da Editora Contexto (QUEIROZ, 2004, p. 06). Constituem-se, por isso, evidências de que os organizadores da Cartilha foram buscar amparo, sustentáculo para a publicação desse manual em um ‘legítimo’ formador de opinião, um professor. Trata-se da voz de autoridade, que legitima o dizer.

No âmbito da Análise de Discurso, faz-se necessário pensar o manual e o fazemos significando-o como um discurso que se estrutura pelo que se repete e constitui redes parafrásticas, garantidoras da textualidade. Observamos, também, o que rompe com as regularidades, constituindo o novo, pelo processo polissêmico. Orlandi (1999) destaca que pela polissemia os sentidos podem sempre ser outros. Para dar conta da discursivização do manual partimos da teorização ligada à história do seu desenvolvimento. Buscamos o funcionamento da manualização nos livros didáticos e o colocamos para funcionar discursivamente como um modo de destacar a prática da língua em sua opacidade. Com isso ocorre o rompimento da linearidade. Sublinhamos que na linearidade textual há sempre ‘brancos’ e ‘furos’ a serem preenchidos pelo que significa antes em outro lugar, como pré-construído, conforme destaca Pêcheux (2009 [1975]), quando aborda a memória, como interdiscurso.

O manual contém um texto que instruí e explica algo específico, de uma determinada área do conhecimento, auxilia no entendimento do funcionamento de materiais, discursos e até objetos de ordem prática e cotidiana. Há manuais de termos científicos, jurídicos, linguísticos, tecnológicos, empresariais, de economia, de áreas/secretarias do Governo, entre outros, que são classificados como os manuais técnicos, de ofício, de cunho explicativo laboral, de uma determinada profissão.

O material (manual/cartilha) em tela é uma publicação que contém um rol de palavras, de termos e expressões organizadas para explicar algo exclusivo, isto é, o essencial de uma matéria. Nesse contexto, em relação ao conteúdo apresentado nos manuais, expõem Souza e Cardoso:

Os manuais, por sua vez, também tendem a não estabelecer uma circulação real entre os textos apresentados e os conteúdos de funcionamento da língua, sendo frequente a apresentação destes conteúdos de forma avulsa e descontextualizada (SOUSA & CARDOSO, 2005, p. 61).

Dessa forma, os manuais reúnem informações de maneira sistematizada e valem como um instrumento de consulta. Elaborar um manual subentende a prática de estudos anteriores a sua publicação. Portanto, a linguagem adotada tem de estar ao alcance de quem lê e usa o manual, para que haja entendimento da proposta de utilização deste, ou seja, os manuais são produzidos e organizados conforme as FDs nas quais os sujeitos a que se destinam inscrevem-se.

Para falar da publicação de manuais ou de qualquer outro documento impresso, é necessário referir à invenção da imprensa. Foi a partir da criação de Joham Gutemberg, o inventor da imprensa, no final do século XV, que o sujeito passou a organizar, por meio da impressão de livros, as primeiras publicações didático-literárias, com objetivo educacional, criando as chamadas cartilhas, ou seja, manuais, com o propósito de ensinar a língua. Dentro dessa noção de manualização como instrumentação da língua está a produção das gramáticas como lugar de normatização e prescrição. Segundo Vicente (2008, p. 29):

A primeira gramática da língua portuguesa de que se tem notícia é de autoria do português Fernão de Oliveira. Essa tentativa de normatização, que o próprio autor, modestamente, designa de primeira anotação da língua portuguesa.

Essa gramática precede a “Gramática da língua portuguesa”, de João de Barros, que se tornou uma das primeiras publicações na abordagem de manualização. Relata-nos a história do ensino da língua portuguesa no Brasil, que a Cartilha de Aprender a Ler, obra de João de Barros<sup>22</sup>, foi classificada como uma obra didática, um manual que apresentava conteúdos primordialmente de base religiosa, publicada no ano de 1539, na capital de Portugal, Lisboa. Essa cartilha fora um manual impresso utilizado no Brasil, para ensinar a língua portuguesa ao colonizado.

---

<sup>22</sup> “Historiador, João de Barros nasceu cerca de 1500, provavelmente em Viseu/Portugal”. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$joao-de-barros,2](http://www.infopedia.pt/$joao-de-barros,2), acesso: 11 nov., 2013, às 15h10min.

Por esse viés teórico-histórico de manualização, destacamos os religiosos jesuítas que chegaram ao Brasil no ano de 1549 que, com a intenção de ensinar ao indígena a língua do colonizador fundaram a primeira escola brasileira para leitura, escrita e catequese, de ensino religioso, pautados no idioma de Portugal, a língua portuguesa. As denominadas cartilhas portuguesas marcaram o início da literatura gramatical para lecionar a língua portuguesa no Brasil, sendo aplicada como um manual que uniformizava o aprendizado da língua.

Dessa maneira, a elaboração de manuais considerados como recursos didáticos linguísticos, que ‘dizem’ o uso correto da língua são frequentemente publicados. A formulação de manuais, cartilhas, gramáticas e acordos ortográficos tem por objetivo geral de suas organizações, proporcionar aos sujeitos, uma ferramenta que lhes sirva para determinar o ‘uso correto da língua(gem)’, de palavras, expressões e/ou proposições consideradas como ‘adequadas’.

No manual, funciona a ilusão de que o conhecimento está organizado com o fim determinado de esclarecer/determinar o funcionamento de algo, não só da língua. Caracteriza-se, também, como completo, abarcando a totalidade e a completude, apagando o fato de que a língua funciona pela incompletude e pela falha, de modo que as evidências de completude são efeitos de sentido. Imaginariamente, o manual não deixa lacunas em torno do que se propõe a explicar, para que os sujeitos tomem posse desse conhecimento e o utilizem mediante a sua necessidade sócio-política-cultural e educacional.

Dessa maneira, a estruturação de um manual deve subentender que o sujeito que terá acesso a ele sabe e domina, o “saber a/da língua”, e esse saber funciona, nessa perspectiva, no/pelo ‘sujeito-usuário’, do manual. Deste modo, a esse “saber que está no sujeito-usuário do manual” e de acordo com Silva:

A estruturação do manual, em relação à gramática e ao dicionário [...] produz um deslocamento sobre a questão em jogo no 'saber a língua': o que estrutura esse saber não é mais o que está na língua (não é nem o léxico, como uma relação exaustiva de palavras em ordem alfabética, nem a gramática, como um conjunto de partes que descrevem o funcionamento da língua na sua totalidade), mas o que está no sujeito-usuário, ou seja, *na relação de um determinado sujeito com a língua* (SILVA, 2001, p. 293, grifos da autora).

O manual serve a um propósito determinado e cabe, nesse sentido, ao sujeito destinatário desse manual, entender a que propósito ele foi estruturado, pois se o sujeito não ‘saber ler’ esse texto, ele não alcança o seu objetivo e não estabelece significação à materialidade, apagando o objetivo social que lhe deu origem.

Pela elaboração de manuais e cartilhas, a língua transforma-se em estados determinados de normatização, de padronização, fixando-se numa língua imaginária, fechada, por meio das regras e normas que lhe são imputadas e essas formas de uniformização da língua, pela aplicabilidade de manuais, atribuem a ela sentidos que ocasionam um imaginário de como deveria ser essa língua.

Os manuais, pelo viés teórico da AD, instauram um imaginário de uniformização da língua(gem) e funcionam num processo de censura, de tentativa de silenciamento de outros dizeres e de outras possibilidades de dizer. De acordo com Pêcheux, o interesse pela uniformização do pensamento coloca a língua sob o efeito do discursivo e os manuais e as cartilhas, impostos aos sujeitos do discurso, estão imersos em uma dada formação discursiva, na qual todo o “conteúdo de pensamento existe na linguagem, sob a forma do *discursivo*” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 89, grifos do autor).

Diante do manual e de sua circulação, a prática discursiva e as memórias em torno dessas publicações, sustentam a possibilidade de engessamento do sentido das palavras e viabilizam a higienização da língua, atendendo ao propósito de sua criação e circulação. A língua em funcionamento nos manuais constitui um efeito de unidade e de uniformidade, a qual escapa e promove a divisão, a contradição e o antagonismo no discurso. A contradição, de acordo com Zandwais (2003), se refere a diferentes posições-sujeito em uma mesma FD, e o antagonismo sinaliza para as diferenças que coexistem em uma mesma formação social, num jogo de forças.<sup>23</sup>

Em sua circulação na formação social, o manual é um documento destinado à ampla circulação, atendendo a necessidades específicas, que legitimam o conhecimento nele transcrito. Pela materialidade empírica e pelas evidências que o constituem, o manual representa o lugar do ‘certo’, do ‘correto’, do fixo e do estável. Mas em sua passagem de objeto linguístico manualizado para objeto discursivo, dado pela análise da língua em

<sup>23</sup> Pensamos que o rompimento das regularidades nos discursos promovem a contradição e fazem funcionar o antagonismo. Entretanto, no capítulo dois, quando enfocarmos os modos de identificação do sujeito, abordaremos mais detalhadamente essas duas noções, que são produtivas nas análises empreendidas no terceiro capítulo.

funcionamento, instauram-se diferentes efeitos de sentido, escapando, por isso, a sua especificidade. A sua estabilidade é um efeito do movimento histórico e político e inscreve-se nas divisões do dizer e, dessa forma, significa no confronto entre unidade e diversidade.

Chama a atenção, na elaboração e circulação da cartilha, o fato de ter sido publicada com o apoio de um governo, filiado à esquerda, o que instaura a seguinte contradição: de um lado, a esquerda defende a liberdade de expressão e, de outro, defende as minorias. Esse segundo fato é que legitimou e autorizou a produção e a circulação da cartilha/manual, mas não apagou a contradição. A polêmica gerada, por conta dessa tentativa de uniformizar a língua, fez com que a cartilha fosse retirada de circulação, no mesmo ano de sua publicação, mas não apagou os seus efeitos, ao contrário, ampliou as discussões.

A tentativa de gerenciamento da língua pelo manual do ‘politicamente correto’ aponta os formadores de opinião como culpados pelo preconceito ou por eufemismos. Desse modo, recortamos o discurso *sobre* a cartilha a partir da posição-sujeito dos que, tendo sido designados de ‘formadores de opinião’, ocupam na formação social o lugar do professor, do jornalista, do escritor, mas ocupam, também, outras posições. Destacamos, então, três formações discursivas: a dos linguistas, a dos escritores e a dos jornalistas, devido à posição sujeito de quem assina os textos selecionados nessa investigação.

A primeira materialidade é o artigo intitulado, “A linguagem Politicamente Correta”, do professor José Luiz Fiorin, da Universidade de São Paulo (USP), cujo artigo fora publicado na “Revista Linguagem”, da Universidade Federal de São Carlos, em agosto de 2008. A segunda materialidade é intitulada “Programa Fala Zero”, do jornalista João Ubaldo Ribeiro, publicado no Jornal “O Globo”, do Rio de Janeiro, em 08 de maio de 2005, cujo artigo também fora disponibilizado no Site Oficial da Academia Brasileira de Letras, estando depositado na área deste site, no ícone/página ‘Artigos’. João Ubaldo Ribeiro é membro dessa Academia e essa materialidade foi destacada do site da Academia Brasileira de Letras. O terceiro foco de análise é a materialidade intitulada “A coisa está branca”, de autoria do poeta, escritor Ferreira Gullar, publicado na página eletrônica do Jornal “Folha da São Paulo”, em 15 de maio de 2005, armazenada no site da “UOL - Universo Online”, que é um provedor de conteúdo e um provedor de acesso à Internet brasileira, criado pela empresa Folha da Manhã, que edita o jornal *Folha de São Paulo*.

Essas três materialidades destacadas focalizam em seus debates a linguagem politicamente correta, exposta na ‘Cartilha do Politicamente Correto e Direitos Humanos’ e os efeitos dessa para a sociedade.

### 1.5 A linguagem<sup>24</sup> politicamente correta

Pensar na questão da linguagem politicamente correta é indagar-se sobre: o que é ser politicamente correto? O que é ser politicamente incorreto? O que a linguagem tem a ver com essa questão? E o político? Por que politicamente? É necessário partir do âmbito histórico que insere a expressão ‘politicamente correta’, no contexto social, para se compreender o porquê dessa questão estar em voga na atualidade e o que ela faz/causa, à/na língua e que influências ela acarreta ao sujeito do discurso<sup>25</sup>.

A expressão ‘politicamente correta’ surge no contexto social, segundo Luiz Felipe Pondé<sup>26</sup> (2012, p. 13), nos Estados Unidos, na final da década de 60, com o objetivo de demonstrar preocupação com a inserção social de grupos sociais minoritários, constituídos por negros americanos, que não frequentavam espaços públicos. Trata-se, segundo o autor, de uma ‘educação doméstica’, ou seja, a gênese dominante está na necessidade social de inserir ‘os seus’, na sociedade. O ‘politicamente correto’, como cita Pondé (2012), perpassa o território norte-americano e estende-se ao espaço global, como é o caso, por exemplo, da Nação Canadense, em que o ‘politicamente correto’ surge como um elemento de controle social, e está presente nas Leis desse país, que também, controla as “ideias” que circulam na mídia, na arte, no teatro e no cinema, tudo pelo “bem social”, em prol do “politicamente correto”. Pondé (2012) destaca que em países como a Suécia, a Dinamarca,

<sup>24</sup> A língua aparece nesse trabalho em diferentes concepções, desde Saussure, como sistema fechado, até Pêcheux, que a toma em sua falha e falta. A linguagem, segundo Saussure é mais ampla e aborda os diferentes modos de comunicar, de alcançar o outro. Usamos linguagem e não língua nesse subcapítulo, porque estamos pensando na prática entre sujeitos, no funcionamento da língua socialmente, como discurso, constituindo efeitos de sentidos entre sujeitos.

<sup>25</sup> O sujeito do discurso é aquele que assume a responsabilidade pelo que é dito e que Pêcheux (2009) chama de locutor. Segundo o autor, essa responsabilidade pelo que é dito advém do esquecimento n.º. 1, pelo qual o sujeito ‘esquece’ que fala com as palavras do ‘outro’, palavras já-ditas e já significadas antes.

<sup>26</sup> “Luiz Felipe de Cerqueira e Silva Pondé (Recife, 1959) é filósofo, escritor e ensaísta brasileiro de origem judaica. Seu livro “Guia Politicamente Incorreto da Filosofia” (2012), é um dos mais vendidos do Brasil”. Disponível: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz\\_Felipe\\_Pond%C3%A9](http://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_Felipe_Pond%C3%A9), acesso: 16, nov., 2013, às 14h20min.

a Noruega e os países chamados de Escandinavos, a questão do politicamente correto se faz presente de maneira exacerbada e há um ‘controle’ do Estado, que consiste em averiguar o uso da língua(gem), na esfera social, sendo que o Estado inspeciona como os sujeitos propagam esse discurso na sociedade.

A entrada do ‘politicamente correto’ no Brasil, conforme expressa Pondé (2012), deu-se pelo viés político, ou seja, pelo que se denomina base partidária ‘de esquerda’, que destaca uma posição política. Essa posição comporta uma igualdade social, sendo que foi por meio dela, com o auxílio da mídia, que foi estabelecido o ‘politicamente correto’ na Nação Brasileira. Esse movimento transformou-se em um acontecimento maior do que o esperado. A expressão passou de ‘politicamente correta’, para ‘linguagem politicamente (in)correta’, tendo em vista a sua grande influência na língua(gem), em que palavras/vocábulos foram criados, alterados, suprimidos e reinventados, para que sujeitos de determinados grupos sociais, mensurados como ‘minorias’, pudessem ter vez na sociedade.

A motivação para todo esse movimento está na inserção dos sujeitos considerados como ‘minorias’ na pirâmide socioeconômica e a garantia dos direitos e prerrogativas legais desses sujeitos de serem respeitados como são, a exemplo dos negros, gays, deficientes físicos e mentais, mulheres, entre outros, denominados como grupos de ‘minorias’ sociais. A cartilha do ‘Politicamente Correto e Direitos Humanos’, no que se refere às condições de sua produção, funciona como forma de controle em que os sujeitos são assujeitados ideologicamente. Nessa contextualização, ela está imersa no político, o que significa dizer que, segundo Orlandi:

Não há possibilidade de se ter uma língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político. Uma língua é um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica (ORLANDI, 2007, p. 08).

A linguagem politicamente correta é gerenciada por quem detém o poder político no Estado. Outra questão, que se refere a ela, deriva do sentido e se relaciona com a subjetividade, com as percepções de mundo, as quais influenciam a elaboração do discurso. Nessa elaboração, observamos a relação do sujeito com a palavra e a sua ordem

significante na história, o que torna visível, que há uma relação entre o sujeito e a língua, entre a história, o inconsciente e a ideologia<sup>27</sup>.

Essa linguagem materializa-se no emprego de certas palavras, em detrimento de outras, determinadas coercitivamente pelo Estado, o qual é impulsionado a se movimentar na ‘legalização’ e efetivação desses termos. Isso ocorre pela necessidade de o processo discursivo acompanhar a organização de forças sociais, que lutam para legitimar alguns discursos. Nesse contexto, a ‘linguagem politicamente incorreta’, corresponderia a palavras e termos inadequados, que venham a desrespeitar a dignidade do ser humano, implicando sentidos que conotam que ‘ser diferente’, é ser errado.

A disputa pelo sentido de certas palavras evidencia o movimento pelo qual os sujeitos lutam, denunciando os efeitos de sentidos, que o seu uso constitui como, por exemplo, dizer a um deficiente visual e/ou auditivo, que ele é ‘cego e/ou surdo’, ou a um deficiente físico, que ele é ‘portador de uma deficiência’, de maneira pejorativa, ou citar ainda, que gay, é um ‘portador de homossexualismo’, ou ainda, classificar uma criança ou um adolescente, como sendo um ‘de menor’, entre outras exemplificações, que ferem os direitos dos sujeitos, no que tange a sua dignidade, aceitação e respeito no âmbito social.

Há um preceito legal que é notório e taxativo, o qual não admite contestações ou objeções e é organizado em forma de texto. Trata-se da Constituição da República Federativa do Brasil (CF), de 1988, a qual apregoa que somos todos iguais em direitos e deveres, e que vivemos em um ‘Estado Democrático de Direito’ e que possui ‘fundamentos’, específicos, que nos garantem dignidade, enquanto pessoa humana. O artigo da CF preceitua que:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político (VADE MECUM, Constituição da República Federativa do Brasil, 2007, p. 07).

Vale destacar, que o preceito legal citado, não está sendo aplicado adequadamente, decorrendo daí a ‘linguagem politicamente (in)correta’<sup>28</sup>, a qual ocasiona confusão em

<sup>27</sup> Esse conceito será abordado a seguir e tomado pela fundamentação teórica da Análise de Discurso (AD).

<sup>28</sup> Colocamos a negação entre parênteses para sinalizar para a contradição entre o que seja correto e incorreto,

relação ao seu uso ou não uso no contexto social e acarreta ainda, um transtorno em relação à formação/funcionamento do processo discurso. É o seu funcionamento discursivo, vivenciado pela linguagem politicamente correta, que nos permite identificar as memórias que essas designações comportam:

O movimento *nas* formações discursivas e o movimento *das* formações discursivas (que corresponde, na língua, a um jogo *sobre* as regras e não apenas *nas* regras). Em relação à memória, há formações discursivas que desaparecem: são regiões que deixam de estar configuradas para fazerem sentido. As delimitações entre uma formação discursiva e outra são necessárias para a significação. São a inscrição necessária do político, simbolizado (ORLANDI, 2002, p. 59, grifos da autora).

A linguagem politicamente correta faz sentido no ponto de vista da formação discursiva, na qual se insere o sujeito do discurso. Portanto, uma palavra pode ter uma carga pejorativa numa formação discursiva e não ter em outra, podendo também mudar de sentido, conforme as condições de sua produção, expressando a contradição, em que o jogo e a disputa de sentidos ocorrem em uma mesma FD, coexistindo. O estudo da língua está sempre aliado ao aspecto social e histórico e a princípios fundantes dos estudos da língua, especialmente para a AD, em que o sujeito é interpelado pela ideologia. Pêcheux e Fuchs (2010b) destacam a respeito da interpelação ideológica sofrida pelo sujeito:

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar *interpelação*, ou o *assujeitamento* do sujeito como um sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas) (FUCHS & PÊCHEUX, 2010b, p. 162, grifos dos autores).

A contradição presente na língua(gem) politicamente correta está no fato de ela ‘dizer falar’, atribuir e criar um efeito de sentido de igualdade entre classes, mas acaba por dar visibilidade a não igualdade. Diz ainda que “pretende disponibilizar a igualdade social” para o sujeito, apagando, também, que se essa igualdade existisse, não seria necessária a

---

tendo em vista que o correto e o não correto tem origem em sujeitos e em suas inscrições em FD. Destacamos a fronteira tênue e móvel entre a prescrição e a descrição.

intervenção do Estado. Outra contradição, presente aí é o apagamento do atravessamento do político, do ideológico, especialmente no gerenciamento e na aplicabilidade dessa língua(gem) que, com o pretexto de promover a igualdade, aprofunda as diferenças e a divisão entre classes sociais, do que decorre o antagonismo.

A 'linguagem politicamente correta' constrói-se em um jogo de efeito de sentidos, no qual o sujeito é interpelado pela ideologia e afetado pelo simbólico-político, pois a língua não existe fora do político e do contexto sócio-histórico. Nesse funcionamento, estrutura-se como um exercício de saber e de poder, que abordaremos no segundo capítulo, considerando que a língua significa pelo trabalho do simbólico-político e da ideologia, e pelas memórias que ressoam *sobre* o seu funcionamento. Assim, nos encaminhamos para os procedimentos teórico-metodológicos para descrever o modo de estruturação do trabalho, dotando-o de textualidade e coerência.

## **1.6 Procedimentos teórico-metodológicos**

Abordamos em nossa investigação o funcionamento da língua, destacando o ideológico e o histórico nos estudos da língua(gem). Nessa abordagem, o discurso funciona como “a palavra em movimento”, conforme sublinha Orlandi (1999). Diante disso, compreendemos que a língua(gem) caracteriza-se pela não-transparência e pela não neutralidade. Ela significa na formação social como prática discursiva entre sujeitos, mas nem por isso escapa ao gerenciamento do Estado, atendendo aos interesses da classe dominante, funcionando, dessa maneira, como uma forma de poder.

O nosso olhar *sobre* o objeto de análise ancora-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso (AD), da escola francesa, destacando Michel Pêcheux, como precursor e Eni Orlandi, como a pesquisadora que releu o fundador, e deu seguimento às noções desenvolvidas por ele, inovando e promovendo deslocamentos, juntamente com os pesquisadores filiados aos estudos da língua(gem), pelos quais, a língua significa pela exterioridade, a partir da relação língua-discurso-ideologia, em que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a língua é a materialidade do discurso, conforme Gadet e Pêcheux (2004). Na AD, “procura-se compreender a língua fazendo

sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 1999, p. 15).

O objeto de pesquisa são os discursos *sobre* a língua manualizada no/do politicamente correto, destacando que os sujeitos desse discurso *sobre* são os sujeitos designados no manual do politicamente correto, de ‘formadores de opinião’, enquanto profissionais, tais como jornalistas, escritores, políticos, professores, policiais e guardas de trânsito<sup>29</sup>. A questão de pesquisa a ser respondida ao longo do texto, em torno desse objeto é: Como nos discursos *sobre* o manual constroem-se evidências de que a língua é sempre heterogênea, apesar das práticas coercitivas?

No trabalho proposto, o objetivo geral da investigação em tela é compreender o funcionamento discursivo da língua nos manuais, destacando os efeitos de sentidos que escapam ao seu gerenciamento e a sua uniformização, buscando identificar os discursos que sustentam essa prática. Os objetivos específicos são os seguintes: 1) mapear ações governamentais que dão visibilidade ao Estado como Aparelho Repressivo (ARE) em relação às práticas linguageiras; 2) identificar os procedimentos discursivos instauradores de evidências em torno do funcionamento da língua em sua heterogeneidade e as dificuldades de sua manualização; 3) destacar a concepção de língua em funcionamento nas materialidades recortadas a partir das posições-sujeito ocupadas pelos responsáveis pelos discursos *sobre* a língua manualizada, enfatizando as regularidades, as rupturas, as contradições e os discursos que sustentam/ancoram esse funcionamento.

O *corpus* constitui-se de três materialidades: 1) “*A linguagem Politicamente Correta*”, do professor José Luiz Fiorin, da Universidade de São Paulo (USP), publicado na “Revista Linguagem”, da Universidade Federal de São Carlos, em agosto de 2008; 2) “*Programa Fala Zero*”, do jornalista João Ubaldo Ribeiro, publicado no Jornal “O Globo”, do Rio de Janeiro, em 08 de maio de 2005, e disponibilizado no Site Oficial da Academia Brasileira de Letras; 3) “*A coisa está branca*”, de autoria do poeta Ferreira Gullar, publicado na página eletrônica do Jornal “Folha da São Paulo”, em 15 de maio de 2005 e armazenada no site da “UOL - Universo Online”<sup>30</sup>.

<sup>29</sup> A citação dos que ‘formam’ opinião se constitui, na nossa visão, como uma contradição, pois nesse documento, é citado o guarda de trânsito, os policiais, entre outros profissionais, mas os linguistas e estudiosos da língua são apagados.

<sup>30</sup> Em relação à inscrição dos sujeitos que assinam as matérias destacamos que Fiorin é linguista, mas tanto João Ubaldo Ribeiro, quanto Ferreira Gullar são escritores: o primeiro romancista e o segundo poeta, mas nesse trabalho, inserimos João Ubaldo na FD dos jornalistas e Ferreira Gullar na escritor, tendo em vista a

Das três materialidades destacadas acima, recortamos sequências discursivas<sup>31</sup> (SD's) em torno de três formações discursivas: a dos linguísticas, a dos jornalistas e a dos escritores, tendo em vista que os sujeitos falam a partir de posições-sujeitos e o seu dizer tem a ver com as formações discursivas, em que eles se inscrevem. Essas materialidades evidenciam uma tomada de posição *sobre* o funcionamento discursivo da língua(gem) considerada como politicamente (in)correta, no que se refere à formação do discurso e às inscrições ideológicas que estão em jogo, *sobre* o que pode e o que não pode ser dito, de acordo com as condições de produção do discurso.

As sequências discursivas (SD's) tomadas para análise materializam a posição-sujeito dos formadores de opinião e o seu posicionamento discursivo *sobre* a língua manualizada no/do politicamente correto, os quais focalizam em seus debates a questão da linguagem politicamente correta, exposta a partir do discurso surgido *sobre* o “Manual do Politicamente Correto” e os efeitos dessa manualização na língua.

Na perspectiva discursiva, em que nos inserimos, não buscamos os conteúdos do discurso, mas os modos como determinados efeitos de sentidos se constituem pelo funcionamento da língua na história e pela dupla interpelação do sujeito pelo ideológico e pelo inconsciente. Não se trata de pensar empiricamente no gerenciamento da língua, mas nos discursos *sobre* esse funcionamento linguageiro, definidos por Pêcheux (2009 [1975], p. 20, *grifos do autor*), “como sistema se encontra contraditoriamente ligada, ao mesmo tempo, à ‘história’ e aos ‘sujeitos falantes e essa contradição<sup>32</sup> molda atualmente as pesquisas sob diferentes formas””.

No primeiro capítulo, intitulado ‘*Política Linguística Brasileira*’, priorizamos aspectos de cunho histórico, atendendo ao primeiro objetivo deste trabalho que é mapear práticas governamentais que tratam a língua coercitivamente, e tentam gerenciá-la. O foco desse capítulo é a ‘língua nacional’ e a “política linguística brasileira”, iniciando com os jesuítas e o Marquês de Pombal. Dando continuidade tratamos da Era Vargas e do funcionamento da língua, nesse período. Neste capítulo, discutimos, principalmente, as políticas linguísticas e o imaginário de língua oficial/nacional.

---

materialidade a atuação na materialidade que estrutura o *corpus*.

<sup>31</sup> Sequência discursiva (SD) é uma noção desenvolvida por Courtine (2009) e refere aos recortes realizados em torno das materialidades e que são representativas de posições-sujeito.

<sup>32</sup> A contradição, de acordo com Zandwais (2009), ocorre no interior de uma mesma FD, em que os sujeitos se identificam, mas também questionam os saberes das FDs, destacando a heterogeneidade e a divisão do sujeito.

A relevância deste capítulo decorre, como enfatizamos, do mapeamento do funcionamento coercitivo da língua a partir do Estado, como aparelho repressor, e ideológico, ao situar a língua por meio da organização da prática política. Consideramos, já desde o primeiro capítulo, a língua como prática discursiva, visto que apontamos as condições de produção desses discursos e enfatizamos os processos de sua organização, que abriga questões ligadas à ideologia e a sujeitos.

Ainda no primeiro capítulo, enfocamos o manual e a ‘linguagem politicamente correta’, deslocando-a do funcionamento formalista-logicista para o funcionamento discursivo, destacando a uniformização da língua e, no que trata do discursivo, a sua heterogeneidade constitutiva. Faz parte deste primeiro capítulo a descrição metodológica do trabalho, em que se destaca a filiação teórica, que é a Análise de Discurso e se diz como essa teoria funciona nas análises. Destacamos o objeto de pesquisa, o *corpus*, a questão de pesquisa, os objetivos, as formações discursivas enfatizadas e os recortes realizados nas materialidades que constituem o corpus, determinadas pela inscrição dos sujeitos em formações discursivas<sup>33</sup> (FD's).

No segundo capítulo, empreendemos teorizações em torno do funcionamento da língua, a partir da concepção teórica da Análise de Discurso, dando relevância aos conceitos de língua e linguagem, tomados de Saussure (2006), de Pêcheux (2010, 2009, 2002), de Gadet e Pêcheux (2004), de Guimarães e Orlandi (2007, 2006), de Milner (2012), de Rasia (2008), entre outros. As reflexões iniciam por Saussure por várias razões, entre elas, seu *status* de fundador da linguística, que a estrutura no CLG, como sistema de signos.

Após, sublinhar a noção de língua que perpassa a linguística a partir de Saussure, encaminhamos as discussões para teóricos que a significam em sua opacidade, como o que falha e falta e não como transparência, como o que está posto. Esses autores entendem que a homogeneidade e os efeitos de saturação resultam do trabalho da ideologia na construção de evidências e neles e nas noções que sustentam a língua como prática decorrente de

---

<sup>33</sup> Formação discursiva (FD): Manifestação, no discurso, de uma determinada formação ideológica em uma situação de enunciação específica. A FD é a matriz de sentidos que regula o que o sujeito pode e deve dizer e, também, o que não pode e não deve dizer, funcionando como lugar de articulação entre língua e discurso. Uma FD é definida a partir de seu interdiscurso e, entre formações discursivas distintas, podem ser estabelecidas tanto relações de conflito quanto de aliança (LEANDRO FERREIRA, 2001, p. 13).

processos que determinam as análises e os recortes a serem realizados no corpus discursivo deste trabalho.

A língua, no funcionamento discursivo, possui uma estrutura material e significa como instrumento de poder, que se realiza a partir de sujeitos inscritos em formações discursivas que determinam, como concebemos nesse trabalho, o funcionamento da língua como ‘correta’ ou ‘não-correta’, tratada como um instrumento de manipulação, que prioriza a pragmática e a intencionalidade e que buscamos colocar em suspenso, nesse trabalho, tendo em vista que do lugar em que ‘olhamos’ o nosso objeto, a língua funciona pelo simbólico e pelo político e isso só ocorre pelas práticas sócio-históricas. A opacidade da língua ocorre porque um discurso significa sempre em relação a outros discursos, que ressoam nele. Enfocamos, ainda nesse capítulo, as modalidades de identificação do sujeito a partir de Pêcheux (2009 [1975]), explicando por meio dessas modalidades de identificação, a contradição e o antagonismo.

No terceiro capítulo, efetivamos o exercício de análise e realizamos os recortes nas materialidades que constituem o nosso *corpus*, mas enfatizamos desde o primeiro capítulo que, em nossa dissertação, atemo-nos ao mapeamento das práticas coercitivas da língua e, nesse capítulo, retomamos as bases constituídas nos dois primeiros capítulos, para enfatizar, especificamente, o *corpus* e o objeto de estudo: os discursos *sobre* a “cartilha do politicamente correto”, a partir dos intelectuais brasileiros, designados, como destacamos anteriormente, como os “formadores de opinião”, tendo como dispositivo de análise a relação estabelecida entre a língua na história e os sujeitos do discurso.

O gesto analítico determinante para a divisão das materialidades em formações discursivas decorre da própria definição e funcionamento da FD, como indicadora do que o sujeito pode ou deve dizer a partir da posição-sujeito que ocupa. Diante disso, analisamos a materialidade assinada por Fiorin, como pertencente à formação discursiva dos linguistas, considerando que ele, é autorizado a definir, a descrever a língua em seu funcionamento social. A segunda FD é a do jornalista e ele está representado por João Ubaldo, o qual é também escritor, mas a materialidade recortada circulou na mídia, como um artigo de opinião. A terceira é a dos escritores e o sujeito-autor é Ferreira Cullar, poeta engajado e, por isso, opina e discute as questões sociais, dentre elas, o funcionamento da linguagem na

formação social e o cerceamento das liberdades, bem como as desigualdades sociais, que perpassam a sua obra literária.

Encaminhamo-nos, portanto, para o nosso objeto de investigação, o discurso *sobre* a língua manualizada no/do politicamente correto, destacando que os sujeitos locutores desse discurso *sobre*, são os sujeitos designados no “Manual do Politicamente Correto”, de “formadores de opinião”, cuja questão de pesquisa a ser respondida ao longo do trabalho, em torno desse objeto é: Como nos discursos *sobre* o manual constroem-se evidências de que a língua é sempre heterogênea, apesar das práticas coercitivas?

O que justificou as condições de produção desse Manual, segundo os seus organizadores, foi a necessidade de tornar a língua(gem) ‘neutra’, evitando dessa maneira, por meio do uso da língua, que sujeitos pertencentes a determinados grupos sociais considerados pelo Estado como “minorias”, deixassem de ser alvo de preconceito, pois a alteração vocabular, imposta por esse Manual, seria a solução para que os sujeitos fossem ‘libertos’ desse contexto de discriminação social.

O Manual apresenta noventa e seis (96) vocábulos, considerados ‘politicamente incorretos’ e que não deveriam ser pronunciados pela sociedade, principalmente por aqueles a quem o autor da apresentação, citava como formadores de opinião: “parlamentares, agentes e delegados da polícia, guardas de trânsito, jornalistas, professores, entre outros profissionais com grande influência social” (CIPRIANO, 2004, p. 02). Assim, pelo modo como o manual está organizado, os verbetes reportam ao politicamente incorreto, trazendo nas definições a indicação do que seria o correspondente ao politicamente correto de cada vocábulo, residindo a contradição, que funciona, no/do discurso como o princípio de sua historicidade.

A escolha deste objeto foi impulsionada pelo fato de a presidente Dilma Rousseff ter sido vaiada, pelos participantes da 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, ocorrida no dia 4 de dezembro de 2012, em Brasília. Durante o seu discurso, a presidente proferiu a expressão ‘portadores de deficiência’, ao invés de pessoas com deficiência, o que causou a reação de indignação imediata da plateia, porém, a presidente percebendo que fez uso de uma expressão da linguagem politicamente incorreta, se desculpou.

O ‘delito linguístico’, cometido pela Chefia de Estado, gerou inúmeras discussões na atualidade, em torno da língua(gem) em funcionamento e suas evidências de sentido, o que nos fez lembrar que o Manual do Politicamente Correto, publicado em 2004, foi retirado de circulação no mesmo ano de seu nascimento, pela polêmica que ocasionou entre os conhecedores e estudiosos da língua. Mesmo estando ‘banido’ da sociedade, ressoam efeitos de sentido, até hoje, e nos fazem pensar como a língua(gem) funciona para a produção de sentidos, tendo em vista as condições de sua produção, levando em conta as relações estabelecidas pela língua, com os sujeitos que a falam e as situações em que produzem o seu discurso, ou seja, o seu dizer.

Portanto, a escolha do nosso *corpus* de análise, deu-se em torno dos discursos produzidos *sobre* esse Manual. O discurso *sobre*, como destaca Venturini (2009, p. 75, *grifos da autora*), “se constitui pelo *discurso de*, que funciona como a memória que o constitui e como discurso fundante que retorna e o ancora no eixo da formulação”. Os discursos *sobre* a publicação desse Manual do Politicamente Correto, nesse funcionamento, sustentam-se e ancoram-se em memórias e discursos que circularam antes em outro lugar - *discurso de* - e que fazem com que o texto tenha sentido e se constituam redes parafrásticas. Compreendemos que a língua em funcionamento, ou seja, as palavras, que a estruturam, já trazem consigo um já-dito, chegando à atualidade, enquanto linearidade do textual, impregnadas de sentidos.

Desse modo, para desenvolvermos a análise, destacamos dentre as materialidades produzidas *sobre* esse Manual, três que atendem aos objetivos propostos para este trabalho e permitem considerar a posição-sujeito ocupada por quem assina a materialidade discursiva. Trata-se da posição-sujeito linguista, ocupada por José Luiz Fiorin, e seu texto “A linguagem Politicamente Correta”; a posição-sujeito jornalista, em que se inscreve, nessa materialidade discursiva, João Ubaldo Ribeiro, intitulada “Programa Fala Zero”, e a posição-sujeito escritor, representada por Ferreira Gullar, tendo como materialidade destinada para análise, a sua publicação discursiva, “A coisa está branca”.

Por meio das posições-sujeitos ocupadas, os três intelectuais foram recortados como representantes dos profissionais considerados, na Cartilha do ‘Politicamente Correto e Direitos Humanos (2004), como sendo sujeitos ‘formadores de opinião’. João Ubaldo Ribeiro que também é professor, do que se poderia dizer, considerando o manual, que além

da opinião de professor forma, também, a de jornalista. Já Ferreira Gullar representa a formação discursiva dos escritores, pois na matéria recortada, ocupa a posição-sujeito escritor, sendo um, entre os outros profissionais com grande influência social, abordados no Manual. José Luiz Fiorin é professor e linguista, mas conforme destacamos anteriormente, os linguistas foram apagados do documento.

Passamos a seguir para o segundo capítulo e encaminhamos para as reflexões em torno da língua e da linguagem no âmbito do discursivo e, vamos mapear as ações governamentais que, assim como o manual, objetiva identificar os procedimentos discursivos instauradores de evidências em torno da impossibilidade de a língua realizar-se como discurso a partir de manuais.

## CAPÍTULO II

### A LÍNGUA/LINGUAGEM EM SEU FUNCIONAMENTO DISCURSIVO

Um modo singular de produzir o equívoco, eis o que é uma língua entre outras. Assim, ela se torna coleção de lugares, todos singulares e todos heterogêneos: de qualquer lado que se a considere, ela é outra para ela mesma, incessantemente heterotópica (MILNER, 2012, p. 15).

Neste segundo capítulo, investimos nos dispositivos teóricos, recortando as noções que atendem aos objetivos propostos para esta investigação em torno do nosso objeto que é o discurso *sobre* a língua manualizada no/do politicamente correto. Os autores que sustentam esse referencial teórico são Pêcheux (2010, 2009), Orlandi (2010, 2009, 2007, 2005, 2002, 1999, 1990), Gadet e Pêcheux (2004), Milner (2012), Henry (2010), Malidier (2003), Guimarães (2007).

Desse modo, quando pensamos na questão da língua(gem) e na sua existência na história da humanidade retomamos o mito de Babel, para evidenciar a sua divisão no que tange ao seu processo de contextualização e a sua organização social. Gadet e Pêcheux (2004), na obra, “A língua inatingível”, abordam a língua em sua relação com a linguagem pelo seu caráter de aparição ligado ao histórico. Entretanto, a língua não possui um começo histórico datado ou um fato que tenha assinalado ou delimitado com precisão o seu surgimento na humanidade.

O sujeito busca explicar o surgimento da língua(gem), no que remonta os estudos dos “historiadores da linguística” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 29), a partir das civilizações conhecidas, tais como a indiana, a grega, a árabe, a cristã, entre outras. Contudo, os estudiosos da língua, à medida que avançam nas suas pesquisas,

polemizam o fato de a história da língua, tê-la destacado como um fato natural, destacando as relações entre as palavras e as coisas como resultado de convenções arbitrárias, tendo em vista que a língua é “um código que forma sistema, um simbolismo superposto ao mundo exterior por efeito de atos humanos relacionados ora às convenções tácitas do uso, ora a um exercício legislativo explícito” (GADET & PÊCHEUX, 2004, p. 29).

O centro deste capítulo é, portanto, a língua, recortando o seu funcionamento no manual, no que se refere à língua(gem) politicamente correta. Abordamos, também, o sujeito, a formação discursiva, as modalidades de identificação, a partir das quais, enfocamos a contradição e o antagonismo. Iniciamos, pensando Saussure a partir do que dizem Gadet e Pêcheux (2004), quando o retomam. Fazemos isso para pensar o funcionamento da língua desde Saussure até a contemporaneidade, enfatizando as pesquisas desenvolvidas e que concorrem para a abordagem discursiva, a partir de Pêcheux, Gadet, Orlandi, entre outros, que a concebem como prática.

Diferentemente de Saussure (2006 [1916], p. 17), que tem como objeto a língua sistêmica, definida como “um todo por si e um princípio de classificação”, Pêcheux (2010a), destaca que a língua não funcionaria, segundo o deslocamento saussuriano de língua/fala, mas sim, pelo deslocamento desta dicotomia, para a de língua/discurso, em meio ao acontecimento discursivo, no exterior de FDs, destacando que

A língua é pensada por Saussure como um objeto científico homogêneo (pertencente à região do 'semiológico'), cuja especificidade se estabelece sobre duas exclusões teóricas:

- a exclusão da fala no inacessível da ciência linguística;
- a exclusão das instituições 'não semiológicas' para fora da zona de pertinência da ciência linguística (PÊCHEUX, 2010a, p. 69).

Por essa concepção pecheuxtiana, constituem-se evidências de que Saussure concebe a língua como um objeto homogêneo, e é esta homogeneidade, que Pêcheux, questiona e refuta. A língua é concebida por Pêcheux (2010a, p. 81, grifos do autor), na perspectiva da instauração do discurso, por meio das condições de produção do discurso. Segundo o autor, “o termo *discurso* não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B”. Essa mesma afirmação o autor retoma em “Semântica e discurso” (2009

[1975], p. 23), quando enfatiza que a língua serve para comunicar e também para não comunicar.

A diferença marcante entre Saussure e Pêcheux, portanto, é que ao primeiro interessa a língua, como produto de uma sociedade e ao segundo, a língua no processo de formação do discurso, no qual o sentido tem a ver com a inscrição de sujeitos em formações discursivas e ocorre pela determinação das posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico da formação social. A partir desses estudos, a língua passa ser concebida em sua heterogeneidade constitutiva, permitindo verificar como, por meio do simbólico, constituem-se o sujeito e a história, atravessados pelo ideológico na estruturação de discursos.

Conforme Pêcheux (2010a, p. 81), “podemos, a partir de agora, enunciar os diferentes elementos estruturais das condições de produção do discurso”, destacando que a superação referida não diz respeito à superação da dicotomia língua/fala de Saussure, pois este é o ponto inicial, segundo o autor, da teoria saussuriana e da linguística moderna. De acordo com Maldidier (2003, p. 22), esse “é o ponto de origem da ciência linguística moderna”. Logo, foi a partir do deslocamento idealizado por Saussure, que Pêcheux formulou a noção de língua/discurso.

Nesse funcionamento, em Pêcheux (2010a), o discurso é uma reformulação do proposto por Saussure. Ele trabalha a língua no sentido próprio do acontecimento discursivo, em que a ‘língua/fala’, não está isolada na ideia de que ela é um sistema, mas a toma no processo de produção do discurso. A língua significa no discurso, por meio das referências de formulação deste discurso, as quais são determinadas por um exterior de acontecimentos/condições, “que faz com que um discurso seja o que é: o tecido histórico-social que o constitui” (MALDIDIER, 2003, p.23). Desse modo, a língua, ao funcionar inclui uma relação entre história-sujeito-ideologia.

A língua é, portanto, o espaço em que há possibilidades “capazes de deslocamentos, de transgressões, de reorganizações” (GADET & PÊCHEUX, 2004, p. 24), ou seja, não é homogênea, sistêmica, estável e nem transparente, possibilitando o novo, os deslocamentos, as transgressões e a reorganização do já-dito. Em nosso trabalho, vemos a língua, a partir de Pêcheux, na sua constituição discursiva, dentro da estrutura do

acontecimento discursivo e não como um sistema de signos, que exprimem ideias autorizadas por combinações já definidas em sua regularidade, como ressaltou Saussure.

Na perspectiva discursiva, a língua significa, a partir de Pêcheux da anterioridade e da exterioridade, abarcando o que não está linearizado e, também, o social, o histórico significando política e discursivamente. Não se trata de uma língua que fecha os sentidos, mas que ao funcionar instaura diferentes efeitos, ela é, dessa maneira, opaca e totalmente sistêmica (regida por regras). No discurso *sobre* o manual há questionamentos em torno da determinação do dizer, encaminhando para o questionamento desse gerenciamento e destacando que a língua escapa às coerções. A seguir, discutimos estas questões, colocando em suspenso a língua manualizada.

## **2.1 Reprodução e transformação no funcionamento língua/linguagem**

Desde o início da história da humanidade, dominar a língua é também uma forma de manutenção de poder, principalmente se pensarmos nas batalhas por conquistas territoriais, nas quais a língua configura-se como fator de dominação, funciona como instrumento que capacita o sujeito a viver em sociedade e diferencia os homens dos animais. É pela língua que o sujeito interfere, questiona e transforma o que está a sua volta.

No entanto, a língua, além de ser constitutiva do sujeito também reproduz a ideologia e é instrumento dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) e dos Aparelhos Repressivos de Estado (ARE). É por isso que na luta por território, os dominadores imputavam aos vencidos a sua língua e há na história das civilizações decretos em torno da língua a ser falada. No primeiro capítulo, mapeamos as ações governamentais que, no Brasil, deram visibilidade ao Estado como Aparelho Repressivo de Estado (ARE), impondo a língua de interesse, como uma forma de coerção.

Iniciamos pela colonização do Brasil e destacamos a ‘escolha’ do Tupi-Guarani, que passou a compor a Língua Geral, praticada por todos, apagando as demais línguas indígenas faladas em território brasileiro, conforme destacam Orlandi (2007), Guimarães (2007) e Mariani (2004). A justificativa para Anchieta ‘criar’ a gramática, correlacionando a Língua Portuguesa e o Tupi-Guarani foi a comunicação entre portugueses e indígenas,

com o objetivo de ‘catequizar’. Se a língua não funcionasse como uma forma de repressão e de reprodução, o Marquês de Pombal, não teria determinado a obrigatoriedade de falar a Língua Portuguesa em todo território. Essa lei extinguiu a Língua Geral e impediu a criação do estado jesuítico e teve como consequência, segundo Mariani (2004), a expulsão dos jesuítas do Brasil, favorecendo a ação portuguesa no Brasil. Vale destacar, em função dessas duas práticas políticas, que a língua é o que caracteriza uma determinada comunidade, um determinado grupo de sujeitos. Decorre daí, a preocupação com a descrição da língua pela Linguística, enquanto ciência, pois como sublinha Orlandi (2009, p.10) “para a linguística, tudo o que faz parte da língua interessa e é matéria de reflexão”.

O papel da língua na reprodução e transformação fica evidenciado em outra política linguística bastante forte ocorrida na chamada Era Vargas, conforme desenvolvemos no primeiro capítulo. Nesse sentido, sublinhamos a língua como aglutinadora de sujeitos, como uma das razões para que Vargas tivesse tanta preocupação em coibir a prática de línguas estrangeiras em solo brasileiro. Sujeitos que falam a mesma língua tem uma forte ligação em torno do Estado, podendo transformar, aglutinar e, principalmente, discutir questões ideológicas. Nesse sentido, as minorias poderiam praticar a transformação, resistindo à dominação. Segundo Scherer (2003, p. 120), “sujeito nenhum é sujeito sem lugar social” e o lugar social dos imigrantes é a sua terra, estando, segundo a mesma autora “instado nela [a língua] através dos efeitos do simbólico, na eterna e provisória movência da constituição do corpo social”.

Não enfocamos, no primeiro capítulo, o Acordo Ortográfico celebrado em 2009 entre os países que falam a Língua Portuguesa, mas sublinhamos que se trata de uma prática coercitiva, à medida que não houve uma consulta popular. Além disso, ilustra mais uma vez que a determinação em torno de como escrever ou de falar ocorreu entre as autoridades constituídas, ignorando os sujeitos, a língua que os constitui e identifica como cidadãos. Em torno do acordo, destacamos as diferenças entre duas formações sociais e a relação colonizador e colonizado que ressoa como memória e fez com que os portugueses tivessem dificuldade em aceitar que houve mais mudanças na língua de Portugal em detrimento da língua praticada no Brasil. Segundo Venturini (2011, p. 79):

[...] apesar de leis, de acordos e da institucionalização da língua pelo ensino e pela criação/fundação de escolas, como lugares de exercício de

poder e de consolidação de uma língua totalitária e ilusoriamente homogênea, a língua brasileira resiste, rejeita, agrega outras culturas e com isso, apaga a submissão ao colonizador.

Com essa citação, encaminhamos as discussões para a Linguística, iniciando por Saussure, como precursor e, depois para o manual do ‘Politicamente correto’, destacando-o como um rompimento com as determinações advindas do Estado, enfocadas anteriormente. Mesmo assim, trata-se de uma tentativa de dizer como se deve/pode falar.

No que tange à Linguística, o CGL ([1916],[1969] 2006) é a obra pela qual se construiu o seu alicerce da linguística, tendo em vista a inscrição da linguística como ciência e o recorte em torno da língua como objeto de estudo, fazendo parte da Semiologia. O autor “conceitua a língua como um 'sistema de signos', ou seja, um conjunto de unidades que estão organizadas formando um todo” (ORLANDI, 2009, p. 21). Para o mestre genebrino, a linguagem divide-se em língua e fala, dando à primeira o estatuto de objeto científico. Na separação entre língua e fala, o CLG (2006 [1916]), destaca a distinção entre elas para justificar a língua entre os fatos da linguagem:

Mas o que é língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, e essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotados pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e social. Não se deixa classificar em nenhuma categoria dos fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 17).

A linguagem pode ser descrita como um todo que abarca mais do que a língua, pois “o exercício da linguagem repousa em uma faculdade que nos é dada pela natureza” (SAUSSURE, 2006 [1916], 17), ou seja, o sujeito nasce aparatado para colocar a linguagem em funcionamento, embora na época dos seus estudos, esse fato ainda não tivesse comprovação. A língua, ao contrário, “é um todo por si e um princípio de classificação” (SAUSSURE, 2006 [1916], p.17), e constitui algo adquirido convencionalmente. Trata-se de um contrato social estabelecido pela coletividade.

Saussure atribui à língua uma sistematicidade, homogeneidade, em que a fala é individual e está sujeita a fatores externos, alguns não lingüísticos que, por isso, não podem ser analisados.

Nas páginas iniciais do CLG, Saussure (2006 [1916], p. 15), afirma que “é o ponto de vista que cria o objeto”, evidenciando a necessidade de um modo de observar esse objeto, uma metodologia. Conforme os estudos saussurianos, a língua faz a unidade da linguagem e como fruto de uma relação social só existe no corpo social que a constitui. De acordo com Saussure:

Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro, ou mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum e só na massa ela existe de modo completo (SAUSSURE, 2006, p. 21).

Nessa concepção, portanto, a língua não pode ser mudada a bel prazer, já que funciona pelo coletivo. Em função desse coletivo, pensamos o manual, no qual a proposta de mudança tem origem no governo e desconsidera os demais sujeitos-cidadãos. Nesse texto, ocorre a determinação e a concepção de língua considerada homogênea. Trata-se de uma prática contraditória, pois busca a transformação, mas promove a reprodução, à medida que aprofunda a divisão entre as classes, no caso, a discriminada, a que discrimina e aquela que reprime, enquanto aparelho repressor, engessando a língua, dizendo como ela pode funcionar ou o contrário.

Neste capítulo, tratamos apenas da dicotomia língua X fala, mas Saussure refere, também, às dicotomias significante X significado; diacronia X sincronia e paradigma X sintagma. Vale destacar que a dicotomia língua X fala embasou os estudos lingüísticos posteriores, pós-saussurianos, funcionando como ponto de contradição e de questionamentos, para outras abordagens teóricas que surgem, para dar conta daquilo que Saussure deixa de lado ao tomar a língua como objeto: o sujeito, a história e o mundo. Com isso, encaminhamo-nos para os estudos da língua em sua divisão, sua heterogeneidade, sua falta e falha, a partir do discurso.

## 2.2 Os estudos da língua a partir da Análise de Discurso

Esse viés teórico sustenta-se em Pêcheux, que pensa a língua ligada ao real da história e ao real da língua, considerando que o primeiro real retoma a historicidade, e o segundo, considera a língua em seu funcionamento, abarcando pelas regras um real ilusório, inacessível. Os estudos em torno do discurso tiveram início com “Análise Automática do Discurso” ([1969] 2010a), em que Pêcheux retoma alguns conceitos saussurianos e discute a teoria, sinalizando para o pensamento de Saussure, do qual destaca a língua fechada, que não se ‘liberta’ das amarras do sistema, da sua concepção estruturalista. Nesse texto, o autor tece suas considerações *sobre* a língua, para possibilitar que ela atinja a sua ‘liberdade’, pelo viés do discurso, destacando a sua não-transparência.

Destaca, ainda que a proposição de Saussure em relação ao estudo da língua “exclui o sujeito do mundo”, e concebe a linguagem apenas por um preceito interno de análise, como se a língua fosse apenas uma expressão do pensamento. Acentua, ainda, que Saussure vê/concebe a língua pelo seu caráter social e coletivo, destacando que um indivíduo empírico não é capaz de sozinho, alterá-la. Com o objetivo de colocar essa propositura de análise da língua em suspenso, Pêcheux (2010a [1969]), destaca que a língua/fala/palavra de Saussure, quando analisadas pela Semântica, incorpora o sujeito à língua. Com isso, dá visibilidade ao desencontro da teoria do discurso com o que defendia Saussure, pois a primeira considera o sujeito atravessado pela ideologia e pelo inconsciente, ou seja, afetado pelo exterior da formação discursiva<sup>34</sup>. Nessa concepção, a língua não é mais um fato isolado em si, mas funciona pelo discurso, com sujeitos falantes produzindo sentido.

Em “A língua inatingível”, Gadet e Pêcheux (2004) discutem a relação língua/linguagem e mobilizam conceitos em torno do que é a língua, para esses autores. Para eles, a língua é tomada com o objetivo de compreender o ‘real da história’ e o ‘real da língua’, com o intuito possível de fazer soar o ‘impossível’ ou o ‘insuportável’ da língua, que escapa à linguística, pois ela se ‘fez de desentendida’, ‘fingindo desconhecer’, “como se a linguística não quisesse saber nada sobre suas próprias raízes, sobre sua história” (GADET & PÊCHEUX, 2004, p. 20). A linguística não poderia se limitar/reduzir a uma

---

<sup>34</sup> As noções de sujeito, ideologia e formação discursiva conforme concebida pela AD, serão tratadas, ainda nesse capítulo.

simples concepção de mundo, pois ela mobiliza de maneira intrínseca, uma prática teórica que traz a língua como objeto próprio: “o real da língua” e para a linguística, tudo o que faz parte da língua é fator relevante e ocasiona reflexão.

Destaca-se a necessidade de compreender o que é ‘o real da língua’ e o ‘real da história’. Para os estudos evidenciados em relação à língua, neste trabalho, mencionaremos Gadet e Pêcheux (2004), para verificar a relação entre as “línguas de madeira” e as “línguas de vento”. Para os autores, a língua de madeira é a língua “dura” e hermética, ou seja, fechada de forma tal que não se deixa obscurecer, prevalecendo o que nela há. Seria para eles, a língua do direito e a da política:

A língua do direito representa, assim, na língua, a maneira política de denegar a política: espaço do artifício e da dupla linguagem, linguagem de classe dotada de senha e na qual para 'bom entendedor' meia palavra basta. A língua do direito é uma língua de madeira (GADET & PÊCHEUX, 2004, p. 24).

Quando se fala em manual ressoam as línguas de madeira, pois a sua característica, de acordo Gadet e Pêcheux (2004) é o fechamento e a saturação, encaminhando para a repetição e não para o novo. No manual há um investimento pedagógico, pois a sua estrutura gira em torno de expressões que não devem ser empregadas. O manual funciona, então, pela língua de madeira, em que o Estado ‘diz’ ao sujeito o modo correto de usar determinadas palavras e destacam que:

A língua de madeira do direito e da política se enrosca com a língua de vento da propaganda e da publicidade. Uma face obscura de nossa modernidade à que uma reflexão sobre a língua não poderia permanecer cega (GADET & PÊCHEUX, 2004, p. 23).

A língua de vento, ainda segundo esses autores, é a língua fluida, ou seja, a língua flexível, da publicidade, comercial, considerada de alcance rápido, que passa depressa, efêmera, tendo em vista que a comunicação e a publicidade influenciam no processo de formação/opinião do sujeito, em relação ao discurso proferido/evidenciado por meio desse campo de ordem publicitária, da linguagem comercial.

Nesse funcionamento, a língua de vento também influencia o discurso político e interfere na formação de opinião do sujeito, dependendo de como a mídia propaga/repassa o discurso político, no qual a “dominação é mais sutil e consiste em reforçar as marcas pelo jogo interno de sua diferença, pelo logro publicitário da linguagem comercial e política: a ‘língua de vento’ permite à classe no poder exercer a sua mestria” (GADET & PÊCHEUX, 2004, p. 24). Isso significa que o sujeito investido da posição-sujeito político impõe as noções de valores que a ele interessa, por meio da propagação da língua de vento, valendo-se do alcance e interferência social que essa língua possui.

No que tange ao manual é importante destacar o real da língua, a partir de Milner (2012) e o real da história (GADET & PÊCHEUX, 2004), considerando que o real da língua tem a ver com as estruturas com o que é calculável, que encaminha para o impossível, tendo em consideração, de acordo com Gadet e Pêcheux (2004) que o real recobre o que está imerso de uma ‘complexidade contraditória’. O ‘real da língua’ é a transformação que o real da língua sofre, tendo em vista a relação estabelecida com a história e o inconsciente. Assim, há para os teóricos um ‘real da língua’ que está relacionado com a ‘ordem da língua’, estabelecida pela ordem significativa em funcionamento, clivada pela falha, como a impossibilidade de dizer tudo, de alcançar a comunicação plena e, no caso do manual, de gerenciar a língua. A falha é então, a abertura para o equívoco, para a interpretação.

Para os autores, essa invasão súbita do equívoco afeta o real da história, pois todo o processo revolucionário afeta o espaço da língua. A linguística procura instaurar o real de maneira consistente, representado por regras e tenta ignorar o equívoco, concebido como o “insuportável para o materialismo da escrita” com as regras que lhe são pertinentes. Segundo eles:

Por um lado, enquanto ela visa à construção de um real como todo consistente, representável por uma rede de regras, a linguística só pode ignorar o equívoco, insuportável ao 'materialismo da escrita', pelo qual essas regras são escritas; - por outro lado, o fato que, em cada língua, o equívoco se manifesta inexoravelmente através dos fenômenos linguísticos localizáveis interdita a linguística de excluí-los de seu ideal de completude (GADET & PÊCHEUX, 2004, p. 163).

A presença do equívoco, do engano, é necessária ao discurso, pois para Pêcheux (2009 [1975]), é por dar nova disposição, de ‘rearranjar’, que a língua é ‘capaz de política’.

É pelo equívoco que a língua encontrará o impossível, como inerente a ela. Nessa abordagem, o ‘real da história’ é tratado como a percepção do real, como contradição, em que a história não pode ser considerada como um simples efeito do imaginário, como um real contraditório, armazenado à questão política. A relação linguagem e história ocorre pela prática discursiva pela qual um discurso convoca sempre outros discursos e os sentidos são possíveis porque as palavras já significam antes em outro lugar e tempo, como pré construído, de acordo com Pêcheux (2009 [1975]).

Decorre dessas concepções o fato de que a língua não pode ser submetida a uma constituição calculável do real, tendo em vista que está no contexto de que a linguagem se materializa na ideologia e na forma como a ideologia se manifesta na língua(gem), na observância de fatos históricos, “a ponto que a língua atinge a história (GADET & PÊCHEUX, 2004, p. 64). Os autores tomam a língua pela abordagem discursiva, sobretudo, no modo como a língua produz sentidos ao realizar-se no discurso, e permite que se estabeleça a identificação material desta, enquanto formação linguística do contexto discursivo.

Para Gadet e Pêcheux (2004), a língua é interpelada, sob o efeito das noções articuladas de imaginário, do simbólico e do real. É a partir da AD, que tais noções assumem a dimensão ideológica e a determinação histórica do estudo da língua. Para entender o que é o ‘real da língua’ e o que este real comporta e que consequências constituem para os estudos da linguagem, os autores retomam o que de Lacan designa de ‘alíngua’, termo cunhado por Milner (2012), para falar do impossível e do equívoco, destacando o fato de que o linguista não poderá “solucionar” e nem elucidar as lacunas que existem na língua, tendo em vista que as palavras, o idioma, sempre deixam/apresentam suas ‘faltas’, na língua.

Sobre a noção de língua para a análise de discurso, a obra de Gadet e Pêcheux (2004) está interpelada, envolta *sobre* o ‘real da língua’, que na obra de Lacan é caracterizado como o ‘impossível’, que resiste ao simbólico. A concepção lacaniana coloca na categoria de real ‘o desejo inconsciente’, que se faz representar, sem a interferência da ideologia, trabalhando o real da língua e o real da história para problematizar “o real da história como uma contradição da qual o impossível não seria foracluído” (GADET &

PÊCHEUX, 2004, p. 52). Os autores acrescentam que a língua realiza-se tanto no inconsciente, quanto na história e destacam que:

Ao mesmo tempo, a questão do materialismo histórico é o ponto em que nos separamos politicamente de Milner. Que Milner não aceite, hoje, conceber a história de outra maneira que não seja a forma parodística de um materialismo de síntese, narcísico e cego, no qual a história só pode apresentar a forma de um desenvolvimento sintético progressivo da consciência e que, por conseguinte, ele negue a ela toda a possibilidade de real, isso é outro caso (GADET & PÊCHEUX, 2004, p. 52).

No que se refere à realização da língua em seu funcionamento social, Gadet e Pêcheux e (2004) enfatizam a língua-discurso e sua existência no histórico-social, destacando que a língua, na sua conjuntura contemporânea trabalha na ‘interrogação’, a partir de clivo de acontecimentos históricos, em que a língua se deixa é concebida na/pela contradição e pelas possibilidades”, não sendo totalmente submissa à gestão ideológica de quem a propõe.

Dessa maneira, o que Milner despreza em relação à língua e à história, é aquilo que Gadet e Pêcheux (2004, p. 64), atribuem relevância: “a irrupção do equívoco afeta o real da história, o que se manifesta pelo fato de que todo o processo revolucionário atinge também, o espaço da língua”. A língua, para os autores, está na interpretação de que ‘há um real da história’, diferentemente de Milner (2012), que diz que existe apenas o ‘real da língua’.

Nesta perspectiva teórica, Milner (2012) afirma que há um “real da língua” e nega a possibilidade do real da história, aceitando em suas análises, a noção de história da língua, vista pela questão temporal, cronológica, de “dualidade numérica, pontos simétricos”, em que a história/língua é tomada por ele como uma causalidade contínua de acontecimentos, mas vistos pelo fator tempo, do próprio acontecimento linguístico. Segundo o autor:

Considerar do ser falante, de modo geral, apenas aquilo que faz com que ele seja base de cálculo; pensá-lo como ponto sem divisão nem extensão, sem passado nem futuro, sem consciência, sem corpo [...] considerar da multiplicidade dos seres falantes apenas aquilo que é necessário à constituição de um real calculável como língua, ou seja, dois pontos: um de emissão, outro de recepção. Pontos simétricos dotados das mesmas propriedades, e, portanto, indiscerníveis – a não ser por sua dualidade numérica. É o que o conceito de comunicação efetua (MILNER, 2012, p. 08).

Consequentemente, para Milner, no real da língua, “há um impossível próprio da língua, que sempre retorna ao seu lugar [...] ‘digo isso, não aquilo’, a regra, o uso predominante. Dito de outro modo, um *real*” (MILNER, 2012, p. 07, grifo do autor). Portanto, ele considera a língua constituída como um real, e que pode ser representada de maneira calculável, ou seja, a língua é, para o teórico, a dimensão pura da enunciação, com o objetivo de estabelecer comunicação. Por esse viés de interpretação, Milner (2012, p. 43), representa a suposição de existir no “real da língua um determinado saber”, que o autor define como uma certa competência, cujo saber está acompanhado de um sujeito, que fala (*lalangue/lalíngua*), assim o linguista está como sendo aquele que ‘escreve’ a competência e esta em se tratando de ser própria não pode ser mensurada como simples e, cada enunciado que o linguista profere, enquanto sujeito, pode ser objeto de análise.

Milner (2012) destaca a possibilidade de a linguística, em relação ao que é impossível de dizer e de não dizer na língua, ao fato da fala, na sua completude de pronúncia, não poder ser ‘falada’, em qualquer língua, tendo em vista o ‘estranho’. Dessa forma, “a relação do linguista com a sua própria língua é estruturalmente desdobrada” (MILNER, 2012, p. 43). Afirma o autor, “que não se diz tudo”, e que essa formulação pode ser compreendida em ‘diversos sentidos’ (MILNER, 2012, p. 69), e se trata, inicialmente, da proposição que estabelece forma ‘ao real da língua’, com que o linguista irá se deparar, ou seja, “as palavras estão sempre em falta com alguma coisa – ou, ainda: há o impossível de dizer” (MILNER, 2012, p. 69), destacando a incompletude da língua, a sua falha e a sua falta.

### **2.3 O funcionamento da língua e a sua relação com o sujeito**

Pensar o funcionamento da língua é, antes de tudo, colocar o sujeito como centro, ligado ao funcionamento da língua na história. É buscar pelos diferentes modos desse sujeito relacionar-se com a língua em funcionamento. Quando pensamos a relação da língua com o sujeito evidenciamos as formas de seu assujeitamento, da sua interpelação pela ideologia, que faz com que esse sujeito signifique pelo simbólico na história, “afetado desde sempre pelo político”, assim, “damos à língua um sentido político necessário” (ORLANDI, 2007, p. 08).

A partir deste conjunto de considerações elencadas, vale ressaltar que os sentidos se deslocam, as memórias ressoam, os acontecimentos se evidenciam, entre o sujeito e a história, em torno de suas relações com a língua, dentro do Estado. Por isso, a língua é uma forma de poder, exposta no discurso, por meio do sujeito. Assim, a “Análise de Discurso é a forma de conhecimento que se realiza em seu objeto – o discurso – pela conjunção destes três modos de opacidade: a do sujeito, a da língua e a da história” (ORLANDI, 2002, p. 65). Por isso, tratar do sujeito na AD é pensar na subjetividade entendida como o espaço em que o sujeito “diz”, à medida que esse sujeito se relaciona com o mundo e com a sociedade. A esse respeito, destaca Orlandi, que:

Pensando-se a subjetividade, podemos então observar os sentidos que estão em jogo em uma posição sujeito dada. Isso porque, como sabemos, o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se à medida que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva) (ORLANDI, 2002, p. 65-66).

Portanto, esse processo de significação não se realiza sem um determinado assujeitamento do sujeito, que por meio de suas experiências vivenciadas, inscreve-se em uma dada ordem simbólica, que consiste na relação que esse sujeito mantém com a língua. Logo:

A subjetivação é uma questão de qualidade, de natureza: não se é mais ou menos sujeito, não se é pouco ou muito assujeitado. Não se quantifica o assujeitamento. Com isto estou dizendo que quando se afirma que o sujeito é assujeitado, não se está dizendo totalmente, parcialmente, muito, pouco ou mais ou menos. O assujeitamento não é quantificável. Ele diz respeito à natureza da subjetividade, à quantificação do sujeito pela sua relação constitutiva com o simbólico: se é sujeito pelo assujeitamento à língua, na história. Não se pode dizer senão afetado pelo simbólico, pelo sistema significante. Não há nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua. Em outras palavras: para dizer, o sujeito submete-se à língua. Sem isto, não tem como se subjetivar (ORLANDI, 2002, p. 66).

A subjetivação do sujeito decorre de um efeito ideológico, em que ele se encontra como sujeito, inserido no simbólico e submetendo-se a preceitos ideológicos. Comprendemos, portanto, que o sujeito do discurso não é totalmente livre, mas

constituído na sua relação com o outro. Logo, a incompletude é uma característica do sujeito, o qual é interpelado pela ideologia. Trata-se da “identificação-interpelação” do sujeito, pois, “a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este se submete à língua significando e significando-se pelo simbólico na história” (ORLANDI, 2002, p. 66).

Nesse sentido, Pêcheux e Fuchs (2010b), destacam, que a ideologia, advinda do viés da economia, dos modos de produção são inerentes a uma formação social determinada, sendo que é por esse contexto que dizem que o sujeito é interpelado, assujeitado e afirmam que:

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar de *interpelação*, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar *o seu lugar* em outra das duas classes sociais antagônicas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe (PÊCHEUX & FUCHS, 2010b, p. 162, grifos dos autores).

O sujeito, por achar que ‘conhece’ a língua, está apto a se utilizar dela para manifestar-se enquanto sujeito, em meio aos acontecimentos delineados na formação social, em todas as suas esferas. Porém, esse sujeito, já está assujeitado ‘desde sempre’, e ele tem a ilusão de que pode ‘pensar’, segundo a sua própria vontade, construindo o seu próprio saber, como se existisse a possibilidade de desconsiderar a história, o simbólico, os efeitos de sentidos e a ideologia que afetam diretamente a sua formação discursiva.

Vale destacar que o sujeito constitui-se pela ilusão de que pode tecer as suas próprias considerações sem a influência da exterioridade, como se ele fosse um ‘sujeito livre’, ‘não assujeitado’, nem à língua e nem à história, como se não existisse o imaginário, a ideologia, como se fosse possível conceber a sua existência, sem ser afetado pelo simbólico e pela ideologia que o interpela, o que nos faz entender, segundo Pêcheux e Fuchs (2010a), que o sujeito não possui uma origem, uma procedência em si mesmo.

Nas análises e nos recortes das materialidades que constituem o nosso *corpus* analítico, delimitamos formações discursivas e acentuamos a sua divisão. Demanda dessa delimitação, trabalhar os desdobramentos do sujeito e as modalidades de identificação em formações discursivas. No discurso, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia,

em que a prática discursiva está inscrita no “complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das *formações discursivas* que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas” (PÊCHEUX, 2009, p. 197, grifos do autor). Dessa forma, não há discurso sem a prática, sem a ação discursiva do sujeito. Pêcheux (2009 [1975], p. 198, grifos do autor) enfatiza que:

Os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes, (em sujeitos do *seu* discurso) por formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhe são correspondentes.

A interpelação do indivíduo em sujeito realiza-se pela identificação deste, com a formação discursiva dominante e isso corresponde a um desdobramento do sujeito na sua forma de “locutor” do discurso, chamado de “sujeito da enunciação’, na medida em que lhe é ‘atribuído o encargo pelos conteúdos colocados’, portanto o sujeito que ‘toma posição’ (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 198). O segundo desdobramento corresponde ao “chamado sujeito universal, sujeito da ciência ou do que se pretende como tal”. Por essa segunda modalidade explicita-se a relação entre o “*pré-construído*, o sempre-já aí” da interpelação ideológica que fornece/impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade, o ‘mundo das coisas” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 198, grifos do autor).

No que tange às modalidades de identificação, Pêcheux (2009 [1975]) destaca o ‘bom sujeito e o ‘mau sujeito’. O bom sujeito é aquele que se identificaria plenamente com os saberes da FD, o que consiste, conforme Pêcheux (2009 [1975], p. 199) “[...] numa superposição, um recobrimento entre o *sujeito da enunciação e o sujeito universal*”, de modo que:

A tomada de posição do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do ‘*livre consentimento*’: essa superposição caracteriza o discurso do ‘bom sujeito’ que reflete espontaneamente o Sujeito (em outros termo: o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, realiza seus efeitos em ‘plena liberdade’) (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 199, grifos do autor).

O ‘mau sujeito’ não aceita totalmente tudo que caracteriza e estrutura a forma-sujeito, que se “volta’ *contra o sujeito universal* por meio de uma ‘tomada de posição’ que

consiste, desta vez, em uma *separação* (distanciamento, dúvida, questionamento, constestação, revolta)” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 199, grifos do autor). Isso ocorre porque o sujeito universal se encontra em uma “luta ideológica” e como “mau sujeito”, “*se contra-identifica* com a formação discursiva que lhe é imposta pelo 'interdiscurso' como determinação exterior de sua interioridade subjetiva, o que produz as formas filosóficas e políticas do *discurso-contra*” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 200, grifos do autor). É pela contra-identificação que acontece a resistência e, conseqüentemente a contradição, segundo Zandwais (2009), pois o sujeito ocupa mais de uma posição em uma mesma FD.

Há, ainda, uma terceira modalidade de identificação. Trata-se da desidentificação, que se configura pela ruptura com o quê constitui a forma-sujeito, cuja consequência é a saída de uma FD e a entrada em outra. A desidentificação suscita o antagonismo, à medida que dá visibilidade à divisão entre classes sociais no interior dos aparelhos ideológicos. Segundo Indursky (2008, p. 15), a desidentificação não representa ‘liberdade’ do sujeito, pois como animal ideológico ele está sempre identificado a alguma ideologia, mas a brecha que fica disso é que:

[...] o homem tem uma certa margem de movimentação e que não está condenado a manter-se sempre identificado com o mesmo domínio do saber [...] em determinado momento, sob o efeito de determinadas condições de produção, o sujeito do discurso pode romper com o domínio de saber em que estava inscrito e, em consequência, identificar-se com outra FD. Essa capacidade de migrar de um domínio de saber para outro indica o espaço e a dimensão de sua ‘liberdade’ (INDURSKY, 2008, p. 15).

Ainda segundo a mesma autora, quando um sujeito se desidentifica de FD é porque, inconscientemente, já se identificou a outro domínio do saber. Trata-se um movimento constituído pelo “laço constitutivo entre inconsciente e ideologia” (INDURSKY, 2008, p. 15). De qualquer modo, a identificação plena e homogênea não existe, pois o sujeito é sempre dividido, clivado.

É importante ressaltar, ainda, em função dos nossos objetivos, os esquecimentos constitutivos do sujeito, sendo que pelo nº. 2, ele esquece que o dizer sempre pode ser outro, como reafirma Orlandi (1999). Esse esquecimento é da instância da enunciação e o

esquecimento nº. 1 é da instância do inconsciente e, por esse esquecimento, o sujeito tem a ilusão de ser a fonte do sentido.

Mobilizamos, também, as formações imaginárias, referindo ao modo como o sujeito projeta o seu interlocutor, colocando-se no seu lugar, para direcionar a sua argumentação. Orlandi (1999, p. 39) destaca que “pelo mecanismo de antecipação, todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor “ouve” suas palavras”, regulando a argumentação com vistas à produção de efeitos de seu discurso.

## **2.4 A ideologia e o simbólico-político**

Para discutir a ideologia e a sua presença nessa prática discursiva, Pêcheux (2009 [1975]), a *priori*, parte da obra de Louis Althusser, “Aparelhos Ideológicos do Estado” (AIE), de 1970, que retrata e discute a reprodução capitalista, envolvendo as relações de produção, sendo que é por meio dessa dominação articulada pelos AIE, que os sujeitos que estão no poder – uma elite burguesa e política – reproduzem aos demais sujeitos inseridos na sociedade, uma forma desigual de tratamento que exclui e gera a reprodução, fazendo com que os sujeitos, então dominados passem a agir como os dominadores, reproduzindo as relações entre as classes.

De acordo com Zandwais (2009), entretanto, nessa primeira fase, o autor aborda somente a reprodução e só depois, com a introdução de noção formação discursiva e a sua inerência contraditória, é que a noção de transformação aparece, por meio da modalidade de identificação designada por ele de contra-identificação, em que o sujeito (de acordo com Pêcheux, o mau sujeito) se distancia, instaurando a dúvida e a crítica, que representam, de acordo com Zandwais, a resistência, do que resulta a transformação. Assim, a autora enfatiza a reflexão de Pêcheux (2009 [1975]), sobre as “condições de significância da ideologia”, dizendo que:

[...] condições de significância da ideologia, isto é, suas materialidades, introduz o conceito de formação discursiva com vistas a conferir à ideologia não somente materialidades em termos de ação, ritos, práticas

institucionais, inscritas nas formações ideológicas, mas também materialidades discursivas, tomadas na base linguística (ZANDWAIS, 2009, p. 27-28).

Segundo a autora, Pêcheux (2009 [1975]) busca estabelecer uma ponte entre “ideologia, discurso e subjetividade”, para refletir *sobre* a “conversão do indivíduo em sujeito pela interpelação”, em que ele se reconhece como sujeito pelas “práticas que o interpelam no interior das formações ideológicas” e que são constituídas por meio de uma “formação discursiva a que estão ligadas” (ZANDWAIS, 2009, p. 25).

Essa dominação retratada nos AIE, discutida por Pêcheux (2009 [1975]), ocorre pelos fundamentos de uma teoria materialista de formação do discurso, relacionada à prática política e à ideologia. Essa dominação discutida por Althusser (1985 [1970]) está embasada ‘nas lutas de classes’, no que ele chamou de ‘Aparelhos Ideológicos de Estado’, que acontece por meio da interferência/ação do Estado, na escola, na igreja, nos sindicatos e associações de trabalhadores, na família e, até mesmo, nas determinações legais, de cunho de direito, enunciadas pelo Estado.

É através dos seus mecanismos de dominação e de repressão que o Estado domina os sujeitos, e lhes atribui um tratamento desigual, agindo/operando de forma ideológica, por meio da imposição discursiva. Dessa forma, Pêcheux (2009 [1975]) emprega o termo “aparelho ideológico de Estado”, para tratar da ideologia e dos seus efeitos na prática discursiva e explicita que:

A luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto, o que, na área da ideologia, significa que a luta de classes “passa por” aquilo que L. Althusser chamou de aparelhos ideológicos de Estado. Pretendemos ao adotar o termo *aparelhos ideológicos de Estado*, destacar vários aspectos que nos parecem decisivos (além de evocar, evidentemente, o fato de que as ideologias não são feitas de “ideias”, mas de práticas) (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 130, grifos do autor).

Vale ressaltar que Pêcheux (2009 [1975]) evidencia a ideologia concebida pela prática discursiva, em meio ao funcionamento da língua, envolta em um momento histórico e em uma formação social dada, ou seja, “pelo conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado que essa formação social comporta” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p.

131). Compreende-se, então, que a ideologia existe sob a forma de “formações ideológicas”, que na concepção do autor, ‘comportam posições de classes’, cuja ideologia, apregoadada discursivamente, serve aos interesses dessas classes. Nesse contexto, a língua, em funcionamento, caracteriza-se como uma forma de poder, a partir da relação sujeito-língua-ideologia, apresentadas em formações discursivas e Pêcheux (2009 [1975], p. 135), as destaca, citando as teses enunciadas por Althusser, que “só há prática através de e sob uma ideologia; só há ideologia pelo sujeito e para sujeito”. No que tange à ideologia, Pêcheux (2009 [1975]), destaca-a nos seus estudos, para tratar do sujeito, ou seja, da forma-sujeito e enfoca o sentido das palavras, dizendo que:

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe 'em si mesmo', (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no que as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 146).

Desse modo, dá visibilidade ao fato de as palavras mudarem de sentido à medida que são utilizadas, empregadas e articuladas em meio ao discurso, pelos sujeitos que as proferem. Por isso, as palavras, expressões e proposições comportam sentidos diversos, “o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 147). A ideologia para Pêcheux é constitutiva do discurso e interpela o indivíduo em sujeito e a língua funciona em meio aos processos discursivos e se relaciona diretamente às formações ideológicas, que representa a instância material, o contexto social da língua, da atribuição dos discursos.

Com todas essas evidências, Henry (2010, p. 30) salienta que a ideologia, para Pêcheux, perpassa entre o “discurso e a prática política”, Segundo o autor, Pêcheux diz que “o instrumento da prática política é o *discurso*, ou mais precisamente, que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social” (HENRY, 2010, p. 24, grifos do autor). De acordo com Althusser (1985 [1970]), retomado por Pêcheux (2009 [1975]), no que tange à ideologia, “introduz o sujeito, enquanto efeito ideológico elementar”, pois um sujeito é sempre ‘já-sujeito’, ou seja, um sujeito não se torna sujeito, por consequência de algum fato, “em outras palavras, todo

sujeito humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática social enquanto sujeito” (HENRY, 2010, p. 31), o que equivale dizer que a ideologia existe sob uma prática, para os sujeitos do discurso.

Tais proposições sinalizam para o funcionamento da ideologia na interpelação do sujeito e na sua constituição, por meio das formações ideológicas, resultantes dos processos das formações discursivas, que são responsáveis pela passagem do sujeito individual ao sujeito discursivo, considerando a formação discursiva em que ele se inscreve. Pêcheux, no que se refere à ideologia, diz que:

O funcionamento da ideologia em geral como modo de interpelação dos indivíduos em sujeito (e especificamente, em sujeitos de seu discurso), se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo), e fornece 'a cada sujeito' sua 'realidade', enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 149).

O sujeito para se constituir como tal submete-se à língua, à ideologia e ao simbólico. Segundo Orlandi (2002, p. 68), “é o acontecimento do objeto simbólico que nos afeta como sujeitos”. Dessa maneira, é que o simbólico, no estudo do funcionamento da língua, para a análise de discurso (AD), está na especificidade de considerar que a língua(gem) é afetada pelo simbólico-político, à medida que consideramos a “língua na sociedade e na história”. Em virtude desta ‘posição simbólica-política’, em relação ao funcionamento da língua, Guimarães e Orlandi (2006, p. 154), afirmam que:

[...] no confronto do simbólico com o político, o que se tem são processos sócio-históricos que são a fonte de efeitos e a língua é o lugar material em que esses efeitos se realizam.

O simbólico-político para a AD é tomado pela relação histórico-social, à medida que a língua e a história são articuladas pelo sujeito, em meio à formação discursiva, advinda das relações imaginárias, as quais são imbuídas de sentidos e estes são constituídos de um trabalho simbólico. Assim, o simbólico funciona como a possibilidade de constituição desse imaginário, que faz com que as memórias ressoem e, nesse contexto, identifiquemos o simbólico-político, presente no funcionamento da língua em sociedade,

na relação constitutiva entre a língua(gem) e a história. Portanto, destacar a memória, na nossa perspectiva de trabalho, está em considerarmos que o já-dito funciona, instaurando evidências de objetividade e de transparência do sentido, pois:

[...] o que interessa ao analista de discurso não é o tempo cronológico de um acontecimento histórico, mas como se constituem no discurso as redes parafrásticas, que inscrevem o dizer em domínios de memória (VENTURINI, 2009, p. 107).

A relação entre a ideologia e a formação discursiva, e seus efeitos de sentido, de cunho ideológico-político, indicam o dispositivo analítico decorrente do corpus e da questão de pesquisa. Neste trabalho propomos focar o discurso *sobre* a língua manualizada no/do politicamente correto, destacando como nos discursos *sobre* o manual do ‘Politicamente Correto e Direitos Humanos’, constroem-se evidências de que a ‘língua manualizada’ dificulta o discurso como prática discursiva. Essa evidência estrutura-se nas críticas ao manual, que precisou ser recolhido, deixando, portanto, de ser aplicado, mas não de ser discutido.

## **2.5 A língua em discurso por/em formações discursivas: contradição e antagonismo**

Nas análises propusemos ver que concepções de língua perpassam os discursos *sobre* o manual, mas é interessante ver, igualmente, que língua é essa que funciona no manual. A acepção de discurso que nos interessa é tratada pelo olhar da teoria da Análise de Discurso (AD), que a toma como seu objeto teórico, funcionando no histórico-ideológico. Neste campo, o discurso ocorre como materialidade na língua, definindo-se como prática social, cuja forma de regularidade só será averiguada por meio da análise dos processos de sua produção. Nesse sentido, “a Análise de Discurso considera que o discurso materializa a ideologia, constituindo-se no lugar teórico em que se pode observar a relação da língua com a ideologia” (ORLANDI, 2002, p. 66). Nesta prática, a relação sujeito-língua e seu funcionamento social, segundo Orlandi (2002, p. 40) se dá pela “relação da língua como ordem simbólica com a história e tem sua visibilidade nos processos discursivos”. É nesse jogo das condições de produção discursiva, que nos deparamos com

a formação discursiva (FD), que é a manifestação, no discurso, de uma formação ideológica específica, tendo em vista uma circunstância/situação de enunciação discursiva determinada.

Sublinhamos que a nossa proposta é analisar os discursos *sobre* o manual, manifesto no discurso de uma determinada formação ideológica, em uma situação específica de enunciação. Entendemos que os sujeitos quando falam *sobre* a língua do manual inscrevem-se em formações discursivas, que representam o cerne do sentido, pois regula o que sujeito pode/deve dizer ou o contrário, de acordo com Pêcheux (2009 [1975]). O discurso, segundo, Rasia (2008, p. 155), “é o que se inscreve no espaço situado entre a língua – que imerge do social – e a fala, de caráter individual”. A autora destaca que o discurso pode ser considerado como “o próprio lugar social, e a linguagem passa, então, a ser entendida como processo de instituição de sentidos” (RASIA, 2008, p. 155).

Na esteira deste raciocínio, vale sublinhar que os discursos constituem efeitos de sentido determinados por “condições históricas que os tornam possíveis” (RASIA, 2008, p. 156). Nessa abordagem, os discursos não são produzidos/organizados por um “determinismo fechado, mas na perspectiva da determinação derivada dos diferentes modos como os sujeitos se relacionam com as condições de produção dos fatos de língua” (RASIA, 2008, p. 156). Assim, a materialidade do discurso ocorre no contato do histórico com o acontecimento linguístico e a historicidade é o elemento fundamental na “abordagem discursiva”. Destaca a autora:

Desse modo, a noção de historicidade, basilar na abordagem discursiva, dá conta de fatos que reclamam sentidos [...] no confronto que sujeitos e sentidos tecem no interior de uma determinada Formação Discursiva (FD), a partir das diferentes posições em que se inscrevem e também no embate entre diferentes FDs (RASIA, 2008, p. 156).

No discurso *sobre* a língua manualizada, podemos considerar a língua em funcionamento pelas determinações e indeterminações referidas por Rasia (2008) e na existência de desdobramento do sujeito e nas modalidades de identificação deste, abordadas por Pêcheux (2009 [1975]). As noções de contradição e de antagonismo relacionam-se com as modalidades de identificação, conforme propõe Zandwais (2009), pois ao tratar da materialidade do discurso em uma perspectiva que considera a linguagem,

a sua manifestação está situada entre a história e a ideologia, considerando-se as práticas linguageiras articuladas à materialidade ideológica com a materialidade discursiva, em uma forma-sujeito que se evidencia em meio das condições de produção do discurso, em relação às “práticas teóricas, técnicas, políticas, sociais, ideológicas, etc” (ZANDWAIS, 2009, p. 14).

No discurso *sobre* a língua manualizada, podemos considerar a língua em funcionamento pelas determinações e indeterminações referidas por Rasia (2008). Segundo Orlandi, o discurso *sobre* é a representação de lugares de autoridade, os quais se constituem em uma forma de “institucionalização dos sentidos” (1990, p. 37). A institucionalização e a autoridade referidas por Orlandi (1990) decorrem de uma memória, que Venturini (2009) chama de discurso *de*, que funciona sustentando o dizer pelo que significa antes em outro lugar.

Venturini (2009, p. 78, grifos da autora), destaca que a “característica do discurso *sobre* diz respeito aos pilares que o sustentam: o sujeito e a formação discursiva em funcionamento no discurso”. Nessa abordagem, a formação discursiva é a responsável pela legitimação do discurso, tendo em vista a posição ocupada pelo sujeito e “permite-lhe dizer o que diz sobre algo que ele acredita conhecer e que lhe confere autoridade para dizer o que diz” (VENTURINI, 2009, p. 78). Dessa forma, o discurso *sobre* pressupõe, conforme a autora, o falar/dizer “*de* (discurso fundante) [...], que se situa entre o discurso *sobre* e o interlocutor”, que participa do processo de produção discursiva, por meio da linguagem e cita que:

O discurso *sobre* se constitui pelo *discurso de*, que funciona como a memória que o constitui e como discurso fundante que retoma e o ancora no eixo da formulação. O efeito imediato do discurso *sobre*, de acordo com Mariani (1999), é tornar objeto o nome ou evento *sobre* o qual fala o sujeito no discurso (VENTURINI, 2009, p. 75, grifos da autora).

A autora considera que o discurso *sobre* remete a outro discurso, com o qual ele estabelece relações de sentido, tratando do funcionamento de “um jogo de imagens segundo lugares ocupados pelo sujeito-falante, ou sujeito-autor, e pelo sujeito-interlocutor” sendo que o sucesso dessa propositura depende das “regras de projeção determinadas pelas formações sociais, por meio das quais os sujeitos do discurso sabem o que pode e o que não pode ser dito ou interpretado” (VENTURINI, 2009, p. 79).

No que se refere aos efeitos de evidência de sentido do discurso, segundo Venturini (2009, p. 110), “materializam-se pelo funcionamento do interdiscurso como memória do dizer, que sinaliza como se dá o processo de interpelação/assujeitamento e de identificação dos sujeitos nas práticas discursivas” e, conforme ela, a noção de interdiscurso relaciona-se à constituição “não homogênea e fechada das FDs, as quais dissimulam, pela transparência de sentido, sua filiação a um 'todo complexo com dominante', cuja origem está no já-dito” (VENTURINI, 2009, p. 112). Nesse sentido, uma formação discursiva (FD) comporta outras que funcionam junto a ela e o sujeito poderá assumir diferentes posições na mesma FD.

Esse fato acontece em nosso trabalho, quando Fiorin (2009) na posição de sujeito-linguista, em uma mesma FD, ocupa mais de uma posição-sujeito em meio a materialidade discursiva, instaurando a contradição e o antagonismo, pois de um lado ele trava discussões em torno da linguagem politicamente correta, para constatar o seu caráter polêmico do tema e por outro lado, ele se exime quanto a posicionar-se *sobre* o que é “certo” e “errado” na língua, fato que deveria ser identificado devido a posição de sujeito linguista, a qual é detentor.

Em relação a isso, é importante destacar que o interdiscurso com base em sua constituição funciona como um “lugar do contraditório, que abriga o sentido e o não-sentido” (VENTURINI, 2009, p. 112), logo, o interdiscurso é o lugar em que os sentidos estão e passam a significar em meio a uma FD determinada. Conforme a autora, dois lugares o constituem: o “pré-construído e o intradiscurso”:

A noção de pré-construído foi desenvolvida por Henry (1992) para designar uma construção anterior e exterior ao sujeito da enunciação e que não se liga a um sujeito enunciador. Dessa forma, materializam-se no fio do discurso as formações ideológicas como aquilo que 'fala antes' e que legitima o discurso, constituindo o aparente 'consenso' em relação ao dizer e ao saber (VENTURINI, 2009, p. 113).

Dois processos materializam o pré-construído no discurso, como aborda Venturini (2009, p. 113), “o encadeamento sintático e a articulação”, o primeiro se refere ao processo de “nominalização por encaixamento de 'algo que fala antes' e irrompe no intradiscurso sob forma de explicativas e outros processos sintáticos” (VENTURINI, 2009, p. 113), o

segundo se refere à articulação ou processo de sustentação que ocorre sob duas formas, como discurso transverso ou como articulação, descritos por Pêcheux (2009 [1975]), sendo que discurso transverso é:

O efeito de memória pelo qual ressoam no eixo da formulação saberes desde o interdiscurso, os quais permanecem deslinearizados e dependentes da inscrição de sujeitos a dizeres e a saberes próprios dos lugares que sustentam a FD dominante. Por esse funcionamento, os discursos se atravessam de acordo com a filiação dos sujeitos do discurso (VENTURINI, 2009, p. 113-114).

O segundo funcionamento do interdiscurso, conforme afirma a autora, está no pré-construído que consiste na “articulação”, cujo procedimento se refere “à estrutura horizontal do discurso e à linearização dos saberes no intradiscurso em forma de nominalizações. No processo de articulação as filiações são explicitadas no fio do discurso” (VENTURINI, 2009, p. 114). Desse modo, como intradiscurso, o interdiscurso é o processo que determina nesse funcionamento, a memória e considera o sujeito como sendo o centro do dizer, tendo em vista a sua identificação com a formação discursiva dominante. Logo, a interpelação do sujeito pela ideologia, subentende o desdobramento do sujeito em dois termos, sendo “um que representa o sujeito locutor, responsável pelo conteúdo do dizer (sujeito da enunciação), que assume posição na FD, e outro que representa o sujeito universal (sujeito da ciência)” (VENTURINI, 2009, p. 114).

Portanto, o discurso *sobre* se constitui pelo dizer de um “porta-voz”, de um “arauto”, que investido da sua posição de sujeito, do lugar que ocupa na FD, possui autoridade para “dizer” o que diz e tecer comentários a respeito do que está sendo enunciado, tomando uma posição-sujeito em meio a formação discursiva, trazendo à tona pela sua tomada de atitude discursiva, efeitos de sentidos, formulados em meio a constituição do discurso.

Conforme, Zoppi-Fontana (2003) o discurso *sobre* se constitui em meio à análise dos efeitos de contradição entre as posições sujeito, ocupadas na FD por quem enuncia o discurso e que se materializa na sua formulação. Essas posições sujeito ocupadas “sinalizam os pontos de ruptura/desestabilização referencial, nos quais a própria identidade

do sujeito do discurso (que nomeia/nomeado) oscila, suspendendo os efeitos de evidência do sujeito e do sentido” (ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 252).

Assim, a contradição se estabelece no discurso do “politicamente correto”, na necessidade de se afirmar o pertencimento dos sujeitos que estão ‘excluídos’ socialmente. Nasce dessa forma, pelo uso da língua(gem), um conflito instaurado pelo que é correto ou não dizer, em prol da inclusão dos sujeitos considerados como ‘minorias’. Pelo viés discursivo, o uso de palavras e expressões que produzem um efeito de afirmação e de identificação do sujeito, que reivindicam direitos coletivos de grupos de sujeitos denominados de ‘minorias’.

Na análise desse trabalho, o nosso *corpus* de pesquisa sinaliza a contradição e o antagonismo, tendo em vista as fronteiras sempre moventes das FDs e à divisão da sociedade em classes e os modos como os sujeitos se inscrevem a lugares. Na sequência, nos encaminhamos para o desenvolvimento da análise, enfocando o discurso *sobre* a língua manualizada no/do politicamente correto, tomando como reflexão três materialidades discursivas, já explicitadas neste trabalho e que serão tratadas adiante: a do linguista, a dos jornalistas e dos escritores, a partir de sequências discursivas (SD’s) recortadas dessas materialidades.

## CAPÍTULO III

### **OS DISCURSOS *SOBRE* A LÍNGUA MANUALIZADA NO/DO POLITICAMENTE CORRETO: ENTRELAÇANDO TEORIA E ANÁLISES**

O objeto da linguística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida *a priori*, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações (PÊCHEUX, 2009).

O objetivo deste terceiro capítulo é destacar a concepção de língua em funcionamento nas materialidades recortadas, a partir das posições-sujeito ocupadas pelos responsáveis pelos discursos *sobre* a língua manualizada, enfatizando as regularidades, as rupturas, contradições e os discursos que sustentam/ancoram esse funcionamento. Para a abordagem da língua em análise, mobilizamos o funcionamento dos discursos produzidos, a partir do manual do ‘Politicamente Correto e Direitos Humanos’ (2004), *sobre* a língua manualizada no/do politicamente correto, significada como mais uma prática coercitiva que busca o gerenciamento da língua. Por essas evidências, delimitamos o nosso *corpus* de análise, a partir de três materialidades discursivas.

Nessas materialidades, os locutores/sujeitos-autores são citados na cartilha/manual do ‘Politicamente Correto e Direitos Humanos’, que circulou em 2004, como formadores de opinião. É importante destacar que Fiorin, João Ubaldo Ribeiro e Ferreira Gullar não são citados nominalmente, como indivíduos, mas pelas posições que ocupam na

formação social, sendo interpelados pela ideologia e, inscrevendo-se em formações discursivas que determinam o que eles/podem/devem dizer. As três materialidades recortadas foram formuladas por sujeitos que se inscrevem em diferentes formações discursivas e, muitas vezes, ocupam mais de uma posição-sujeito nessas FD's. Delimitamos, então, a formação discursiva do linguista, a do jornalista e a de escritor.

As materialidades que estruturam o corpus analítico são: “A linguagem Politicamente Correta”, de José Luiz Fiorin; “O programa Fala Zero”, Jornalista, João Ubaldo Ribeiro<sup>35</sup> e “A coisa está branca”, do escritor, Ferreira Gullar, as quais serão recortadas em sequências discursivas (SD's), que evidenciam o modo como cada sujeito-autor, a partir de sua inscrição em formações discursivas e da posição-sujeito ocupada constituem um discurso *sobre* a língua manualizada no/do politicamente correto.

### **3.1 Formação discursiva dos Linguistas: ‘A linguagem Politicamente Correta’ - José Luiz Fiorin**

Na primeira materialidade, o sujeito-autor é José Luiz Fiorin<sup>36</sup>, estudioso de questões de língua e por isso, inscrito na formação discursiva de linguista, e por essa razão autorizado a discutir as questões que abarcam o manual e o tom prescritivo dessa materialidade. Fiorin trabalha a língua em suas possibilidades e a descreve em seu funcionamento e uso socialmente aceito. Como analistas de discurso e pela nossa filiação, concebemos a língua na história, passível da falta e da falha. Trata-se de uma língua heterogênea e não transparente, na qual o sujeito é central, tendo em vista que não existe, segundo Pêcheux (2009 [1975]), discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia.

Tendo em vista que os sentidos dependem de sujeitos e que estes são interpelados pela ideologia, enfocamos (no capítulo II) a formação discursiva para pensar, naquele espaço, a posição do sujeito-autor e o seu lugar de inscrição. Tendo em vista a posição-

---

<sup>35</sup> Destaque-se que as formações discursivas não possuem fronteiras fixas e delimitadas e que um mesmo sujeito pode inscrever-se em mais de uma FD, destacando-se que João Ubaldo Ribeiro ocupa a posição-sujeito jornalista, mas é também escritor. A divisão realizada nesse trabalho evidencia a posição ocupada no texto.

<sup>36</sup> José Luiz Fiorin (Barigui, 20 de fevereiro de 1942) é pesquisador, professor em programas de pós-graduação e linguista brasileiro. Inscreve-se nos campos teóricos da Pragmática, da Semiótica e da Análise do Discurso (ligada à semiótica). Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9\\_Luiz\\_Fiorin](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Luiz_Fiorin), acesso: 12. nov., 2013, às 14h.

sujeito de Fiorin, delimitamos a formação discursiva dos linguistas para evidenciar que o sujeito fala de um lugar e esse lugar constitui efeitos de sentidos no discurso, fazendo ressoar discursos já-ditos e significados antes em outro lugar, como memória. Na pesquisa em tela, o linguista 'fala', 'do politicamente correto e dos direitos humanos', a partir do que o constitui como sujeito e com o que se identifica, contra-identifica ou se desidentifica à forma-sujeito, em funcionamento, nessa materialidade discursiva.

Cabe aos linguistas descrever a língua, o que, muitas vezes, legitima o discurso como prática, esses estão autorizados, também, a destacar as condições de produção, no que tange ao contexto histórico e social, da formulação do discurso. Vale destacar, em função da inscrição de Fiorin na FD dos linguistas a heterogeneidade e divisão do sujeito, considerando que em uma mesma FD o sujeito assume mais de uma posição, sinalizando para o fato de que nas formações discursivas as fronteiras são móveis.

No estudo do funcionamento da língua, Fiorin (2008, p. 01), na materialidade “*A linguagem Politicamente Correta*”, define o politicamente correto e diz qual a sua função a partir do manual em tela, conforme a *SDI*:

***SDI - A linguagem politicamente correta é a expressão do aparecimento na cena pública de identidades que eram reprimidas e recalcadas: mulheres, negros, homossexuais, etc. Revela ela a força dessas “minorias”, que eram discriminadas, ridicularizadas, desconsideradas. Pretende-se, com ela, combater o preconceito, proscurendo-se um vocabulário que é fortemente negativo em relação a esses grupos sociais. A ideia é que, alterando-se a linguagem, mudam-se as atitudes discriminatórias.***

A posição-sujeito do linguista aparece fortemente marcada, na *SDI*, e esse efeito constitui-se pela definição do ‘politicamente correto’, que ocorre nesse mesmo enunciado. Outra marca bastante relevante é o tom professoral do linguista na definição do ‘politicamente correto’. Esse posicionamento legitima-se pelo funcionamento da memória que o autoriza a dizer o que é, qual o objetivo e quando aparece ‘a linguagem politicamente correta’. Essa memória irrompe por meio de outros discursos que ressoam como memória (discurso *de*) em torno do lugar do sujeito e o que pode/deve dizer o sujeito que é professor, ou aquele que se dedica a estudar a língua, nessa lógica, o que é correto ou não na língua e, conseqüentemente no discurso.

As marcas linguísticas linearizadas, no eixo da formulação, constituem o sujeito

que assume a responsabilidade pelo dizer e, legitimam a posição-sujeito de linguista. Essas marcas vêm pelo tom categórico e pelas definições marcadas pelo verbo de definição (ser – é). Vale destacar, em função disso, que a citação constitui argumentos de autoridade. Tendo em vista que esse discurso retorna pelo funcionamento da memória e que o saber em torno de quem é discriminado é da ordem daquilo que ‘todo mundo sabe’ o discurso parece saturado/cheio, sem possibilidades de sentidos outros. A divisão do sujeito é que rompe e desmancha o efeito de fechamento de saturação, possibilitando que outras redes parafrásticas se constituam.

O efeito de sentido dessa memória como dada e conhecida de todos é que parece ‘normal’ que esses sujeitos inscritos na FD das minorias sejam discriminados. Ainda no que tange às marcas linguísticas, o efeito de distanciamento decorrem do emprego do verbo ‘pretender’ na terceira pessoa do singular, mais o ‘se’, funcionando como índice de indeterminação do sujeito. O mesmo ocorre em relação ao verbo ‘alterar’ (alterando-se) e ao verbo ‘mudar’, todos empregados de modo impessoal.

A impessoalidade constitui efeitos discursivos e sinaliza para a neutralidade, o que constitui uma contradição em torno da posição-sujeito linguista. De um lado, da posição-sujeito que ocupa e a partir da FD em que se inscreve pode/deve falar sobre a temática, que envolve o seu objeto de estudo (língua/linguagem/sociedade) e deve/precisa ser neutro, pois esse é o lugar do cientista, do estudioso. De outro lado, assume a posição-sujeito-cidadão quando contra-identifica-se com a FD do linguista e destaca as razões que fizeram com que surgisse essa expressão, sinalizando para a entrada em cena das minorias.

Outra manifestação de Fiorin que referenda essa mesma posição é: “revela a força das minorias”, “que eram fortemente discriminadas”, evidenciando a posição do linguista que descreve a língua, isso ocorre pelo tempo verbal pretérito imperfeito do indicativo (eram), que instaura efeitos de descrição e de isenção. Mas na definição de ‘linguagem politicamente correta’ e do vocabulário, o tempo verbal passa a ser o presente do indicativo. Esse tempo verbal está presente em discursos inscritos na ciência e em relação a ele, retornam memórias e outros discursos, segundo os quais o presente apresenta uma situação do momento.

No entanto, funciona, também, como o lugar da história, quando ressoa pelo tempo histórico, o qual em tese, o sentido permaneceria sempre o mesmo, fechado, inalterado e

higienizado. Esse funcionamento dá visibilidade ao modo como na/pela língua se estruturam as definições, constituindo efeitos de autoridade/legitimidade dadas, especialmente pela posição-sujeito ocupada por Fiorin, nesse discurso: a de linguista. Outro exemplo desse mesmo funcionamento é “a ideia é que...”, destacando a contradição pelo modo como Fiorin, linguista, e interpelado ideologicamente por esse lugar, simula distanciamento e indeterminação. Isso aparece no eixo da formulação por meio dos verbos ‘pretender’, ‘alterando-se’ e ‘mudar’.

A concepção de língua que ancora e sustenta a definição do ‘politicamente correto’ é, contraditoriamente, a do correto e a do não correto, presente na gramática tradicional, mesclando o sociologismo, ou seja, a divisão da sociedade em classes dominantes e classes dominadas. Nesse sentido, parece evidente, que são os não-discriminados que estruturam o manual. O contraditório, nesse recorte, está no fato de que o linguista descreve a língua, mas não julga, mas na *SD* em tela, o sujeito-locutor assume um lado: ele aceita o manual porque diz que há preconceito. Além disso, faz julgamentos, destacando que as minorias são discriminadas, recalcadas. Entretanto, não se desidentifica, permanecendo na FD dos linguistas, pelas razões já descritas.

Pela palavra “identidades” ressoam discursos (como discursos *de*) em torno da luta e da força de sujeitos tomados no coletivo, os quais alijados da sua individualidade e sendo interpelados em sujeitos adquirem “força”, aparecendo na “cena”, como diz Fiorin e assim, apagando o seu silenciamento. Na posição sujeito de autor da materialidade destaca que “a ideia que mudando a linguagem mudam-se as atitudes discriminatórias”, constituindo um efeito de distanciamento, próprio do lugar de sujeito da ciência, ocupado nesse discurso, pelo linguista, considerando-se que ele diz que “a ideia é”, mas não se posiciona em torno dessa ideia. Ele também não se manifesta em torno da relação linguagem X atitudes discriminatórias.

***SD2 - Em 2004, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República publicou uma cartilha intitulada Politicamente correto e direitos humanos, em que mostrava que determinadas palavras, expressões e anedotas revelam preconceitos e discriminações contra pessoas ou grupos sociais. Essa publicação gerou muita polêmica e levou o governo a recolhê-la.***

Com essa ancoragem no tempo e no espaço, o linguista estabelece o evento

discursivo, em razão da imbricação entre o sujeito que idealizou a ‘manualização da língua’, evidenciando a sua finalidade e a destinação – os sujeitos para os quais se encaminha. Com isso, faz trabalhar o acontecimento, em meio às condições sócio-históricas da enunciação.

Em relação à inscrição de Fiorin, na FD dos linguistas, o que rompe com o que ele poderia/deveria dizer desse lugar, ressoa pelos juízos de valor – “mostrava que *determinadas palavras, expressões e anedotas revelam preconceitos e discriminações contra pessoas ou grupos sociais*. Essa publicação gerou muita polêmica e levou o governo a recolhê-la” – Essa afirmação não pertence ao domínio da ciência, mas de interpretação, sinalizando que quem fala é o sujeito-cidadão e não o sujeito da ciência, para o qual o que deveria valer, é a objetividade. Ainda assim, investido da posição de linguista, constituem-se evidências de objetividade pelo modo como esse sujeito se posiciona: colocando datas, contextualizando, saturando, fechando o dizer.

Na SD3, ocorre a contradição, pois Fiorin deixa de descrever a língua(gem) e envolve-se em discussões relativas ao que outros formadores de opinião disseram *sobre* o manual e *sobre* o governo, o que sinaliza para duas posições-sujeitos, conforme destacamos na SD1, pois ao mesmo tempo que simula objetividade, usando o pronome ‘muitos’ e o verbo na terceira pessoa do plural, indicando a indeterminação do sujeito e isenção de quem fala. O deslizamento vem pelo verbo ‘chegaram a afirmar’, pelo que ressoa o não-dito, *fizeram o cúmulo, a insensatez de afirmar...*

**SD3 - Muitos intelectuais proeminentes acusaram o governo de estar instaurando a censura (por exemplo, João Ubaldo Ribeiro, no artigo “O programa Fala Zero”, publicado em O Estado de S. Paulo, de 8/5/2005, p. 3, e Ferreira Gullar, no artigo “A coisa está branca”, publicado na Folha de S. Paulo, de 15 de maio de 2005, p. 12). [...] Declaravam que se tratava de um ato autoritário de um governo que pretendia até mesmo controlar o que as pessoas dizem; que o poder público tinha coisas mais importantes, como a educação e a saúde, com que se preocupar. Chegaram a afirmar que poderíamos ser presos, se disséssemos alguma coisa que contrariasse as normas linguísticas governamentais. Bradavam que se pretendia engessar a língua, impedindo o seu desenvolvimento.**

Na SD em tela, o autor ancora o dizer, pelo retorno de discursos de formadores de opinião, dentre eles o de João Ubaldo Ribeiro<sup>37</sup>, que nesse trabalho representa a formação

<sup>37</sup> João Ubaldo Ribeiro é socialmente reconhecido como escritor, sua aparição como jornalista se dá pela via da escrita literária nas mídias impressas e digitais.

discursiva dos jornalistas e Ferreira Gullar inscrito na formação discursiva de escritor. Interessa a Fiorin dar visibilidade à polêmica que o discurso *sobre* a língua manualizada no/do ‘politicamente correto’ desencadeou entre aqueles a quem ela foi destinada, os ‘formadores de opinião’. O efeito de sentido que se constitui é o de que esses sujeitos foram atacados no manual e estão se defendendo. Um modo de defender se dá pela acusação de autoritarismo, que faz retornar o período de censura, frontalmente contrário ao governo que procura ‘gerenciar’ a língua ou tolher as liberdades. O sujeito que ocupa a posição de linguista, entretanto, ironiza, trazendo para o eixo da formulação os manuais que determinam o funcionamento da linguagem em jornais.

Os textos publicados por João Ubaldo Ribeiro e Ferreira Gullar, mencionados por Fiorin (2008), instauram o efeito de sentido de crítica, mas ao mesmo tempo, isentam o linguista da responsabilidade em torno dessa crítica. Quem critica não é Fiorin, são os demais sujeitos legitimados e autorizados, no que se refere à formulação de um discurso *sobre* língua(gem) politicamente (in)correta. Pelo verbo ‘bradavam’ o autor encaminha para a indignação. Por meio dessa retomada retornam discursos enfocados no capítulo dois, em que a língua foi ‘engessada’, gerenciada, não por sujeitos autorizados a fazê-lo, mas pelo governo autoritário. Com referência a ‘quem contrariasse poderia ser preso’, o efeito de sentido se constitui pelo retorno de discursos e da memória em torno da Era Vargas, quando os imigrantes que falassem a língua materna eram presos e seus bens recolhidos.

Vale ressaltar, nessa FD, o funcionamento do antagonismo que se constitui pela referência ao politicamente correto e incorreto, no discurso em pauta, evidenciando que na exterioridade as palavras recebem e constituem efeitos de sentido, destacando a divisão da sociedade em classes. A contradição instaura-se pela ideologia, pela qual os sentidos do que é a ‘linguagem politicamente correta ou incorreta’, não estão apenas nas palavras, mas na exterioridade.

Já na *SD4*, Fiorin (2008) enfatiza que a “linguagem politicamente correta” causou uma reação de ira, nos articulistas dos principais jornais do Brasil.

***SD4 - Não vamos fazer a maldade de argumentar, dizendo que chama atenção que esses furiosos críticos do governo (no geral, articulistas dos principais jornais do país) não tivessem tido a mesma irada reação, quando os jornais em que escrevem vetaram o uso, em suas páginas, de uma série de palavras ou expressões por denotarem preconceito, discriminação ou ofensa em relação a determinados grupos sociais (conferir, por exemplo, o verbete “preconceito” do Manual de redação da Folha de S. Paulo (2001, p.***

94) ou o *verbo* “**ética interna**” do *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo* (1990, p. 34-38).

Nessa *SD*, há destaque para o fato de os jornalistas (aqui, o autor faz referência à posição sujeito-jornalista em seu discurso) terem sido censurados pelos órgãos em que trabalham. Quando diz “não vamos fazer a maldade de...”, trata-se de uma afirmação polêmica, porque o autor critica, mas contraditoriamente, nega que vá fazer o que chama de maldade. Um dos efeitos dessa negação é sinalizar para a opressão, pois aqueles que se revoltam contra a higienização e controle da língua, não tiveram a mesma reação quando seus veículos os censuraram e “vetaram o uso, em suas páginas, de uma série de palavras ou expressões por denotarem preconceito, discriminação ou ofensa em relação a determinados grupos sociais” (FIORIN, 2008, p. 02). Podemos destacar ainda, como efeito, o fato de os idealizadores do manual não considerarem que no discurso retornam discursos já-ditos e significados antes em outro lugar, referendando o que diz Orlandi (1999) quando sublinha que os discursos e os sentidos existem antes dos sujeitos e não há como silenciar, um discurso já exteriorizado e instaurar um dizer totalmente novo.

À medida que observamos o funcionamento da língua, na *SD4*, entendemos que a ‘língua de vento’, apresenta-se em meio ao discurso enunciado por Fiorin, pelo logro publicitário destacado nessa sequência discursiva, em que o discurso interfere na formação de opinião do sujeito leitor. Por isso, a ‘linguagem politicamente correta’, gerou/ocasionou insatisfação por parte dos formadores de opinião, pois ela tem origem no Estado e faz com que retorne a coerção exercida em outros tempos, quando o Estado, impedia os sujeitos estrangeiros/imigrantes de falar a sua língua materna ou determinavam como/quando podiam exercer esse direito. O Estado, por meio dessas práticas impunha as noções de valores que a ele interessava, por meio da propagação do discurso *sobre* a ‘língua de vento’, valendo-se do alcance e interferência social, que um discurso *sobre* essa língua instaura.

Na *SD5*, a contradição instaura-se pelo modo como o sujeito, na mesma *FD* se movimenta entre a posição-sujeito linguista e a de sujeito-cidadão. Como linguista ancora-se em autores como Possenti, aceitando o que Aristóteles chama de ‘imagem de si mesmo’ e Pêcheux (2010a [1969]) chama de formações imaginárias, dizendo que o sujeito projeta o imaginário sobre si mesmo e sobre o outro. Orlandi chama de antecipação, destacando o

modo como o sujeito se coloca no lugar, onde o outro ‘ouve’ suas palavras. Como sujeito-cidadão Fiorin assume a posição do Estado, dizendo que ‘sem dúvida’ a presença de certas palavras instaura a discriminação e o preconceito. Essa é uma contradição bastante forte, pois da posição-sujeito linguista imaginariamente não poderia aceitar práticas coercitivas e autoritárias.

***SD5 - A linguagem politicamente correta leva-nos a pensar em uma série de aspectos a respeito do funcionamento da linguagem (meus argumentos concordam com os de Sírio Possenti, difundidos em comunicações e textos). O primeiro é que, como já ensinava Aristóteles, na Retórica, aquele que fala ou escreve cria, ao produzir um texto, uma imagem de si mesmo. Sem dúvida nenhuma, a presença de certas palavras num determinado texto faz que ele seja racista, machista, etc., criando uma imagem de que seu autor é alguém que tem preconceito contra as mulheres, os negros, os índios, os homossexuais e assim por diante. O que é preciso saber é se combater o uso de palavras ou expressões que patenteiam a discriminação é um instrumento eficaz de luta contra ela.***

O movimento entre uma posição-sujeito e outra, destaca-se pelo questionamento que se inscreve na FD do linguista, perguntando se o combate ao uso de determinadas palavras é eficaz contra ela. Por esse questionamento ressoa o linguista e o seu discurso em torno do não-gerenciamento da língua, a qual escapa a determinações e só pode ser analisada em seu funcionamento. Constituem-se efeitos de sentidos de evidência pelo embate entre formações discursivas, pois Fiorin, que deveria falar sobre a língua, descrevendo-a, instaura o discurso do outro, isentando-se da responsabilidade pelo dizer, simulando a fala do outro, na sua fala.

Em relação à linguagem politicamente correta, na *SD5* retornamos a Gadet e Pêcheux (2004) para destacar que a ‘linguagem politicamente correta’ está para o discurso sobre a ‘língua de madeira’ em que o Estado, ao ‘dizer o que deve ser dito’ aos sujeitos do discurso constitui a língua dura, fechada, de modo que ressoe somente o que interessa à política do Estado. Vale destacar, nesse contexto, que o Estado também teria de “mexer” em outra ‘língua de madeira’, a do Direito, para garantir a existência legal dessas ‘minorias’ e dispor esforços para manualizar a língua a seu favor.

Na posição de sujeito-linguista, Fiorin, nas *SD's 1 a 5*, discursiviza que a linguagem politicamente correta, proposta pelo Estado, é um movimento na tentativa de gerenciamento linguístico de engessar, em que o discurso construído sobre a língua

manualizada não está em combater o preconceito sofrido pelas ‘minorias’, mas em conceder ao Estado a sua reafirmação de domínio *sobre* os sujeitos e *sobre* os discursos.

### 3.1.1 Práticas de racismo na literatura brasileira: a língua(gem) em funcionamento

Fiorin investido da posição-sujeito linguista, teoriza *sobre* a língua em uso e a descreve em seu funcionamento, pensando-a na sua abordagem social, no modo como os sujeitos a mobilizam, apagando o estado gramatical, pautado na prescrição, na coerção. Para legitimar essa descrição da língua retoma Monteiro Lobato, Lima Barreto e Machado de Assis, questionando as supostas práticas racistas ‘presentes’ nesses autores.

Vale destacar, que as *SDs*, nesse bloco de análise, serão tomadas de maneira contínua, a partir da *SD* retratada anteriormente, seguindo dessa maneira, uma ordem organizacional de exposição dos recortes e não uma ordem/sequência de produção/paragrafação da materialidade em análise.

No início de seu artigo, o autor rememora a contextualização histórico-literária, produzida pelo discurso de literatos brasileiros, evidenciados na *SD6*:

***SD6 - No conto Negrinha, de Monteiro Lobato, lemos a seguinte passagem: “A excelente Dona Inácia era mestra na arte de judiar de crianças” (Monteiro Lobato: textos escolhidos. Rio de Janeiro, Agir, 1967, p. 75). No capítulo III, de Clara dos Anjos, de Lima Barreto, aparece a seguinte passagem: “Marramaque, poeta raté, tinha uma grande virtude, como tal: não denegrir os companheiros que subiram nem os que ganharam celebridade” (Prosa seleta. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2001, p. 661). Em Machado de Assis, no conto Aurora sem dia, lê-se: “Ah! meu amigo, (...) não imagina quantos invejosos andam a denegrir meu nome” (Obra completa. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, vol. II, p. 224). Diante desses textos não faltaria quem apontasse o dedo acusador para os três autores, tachando-os de racistas. Afinal, denegrir significa “diminuir a pureza, o valor de; conspurcar, manchar” e é construído com a mesma raiz da palavra negro; judiar quer dizer “tratar mal física ou moralmente, atormentar, maltratar” e é formado com o termo judeu. Mas será que podemos fazer essa acusação? Machado e Lima Barreto eram descendentes de negros; Lobato posicionou-se contra o nazi-fascismo e pode-se dizer que, à maneira de seu tempo, era anti-racista.***

Nesta *SD*, assim como nas demais, o sujeito embate-se entre duas posições: a de linguista e a de sujeito-cidadão. De um lado, descreve os funcionamentos da língua significados como preconceituosos, citando autores clássicos que autorizam e sustentam o

funcionamento da língua, pautada na correção e no bem falar. A gramática tradicional utiliza exemplos advindos de obras literárias clássicas para explicar a sintaxe, especialmente na concepção de língua como ‘expressão do pensamento’, em que os sujeitos prescrevem o que é uma língua correta. De outro lado, sinaliza para a não aceitação de que é válido pensar em ‘correto’ e ‘não correto’, pois os escritores eram negros e a prática racista e preconceituosa incidiria sobre eles mesmos. Monteiro Lobato, por exemplo, posicionou-se, conforme Fiorin, como antiracista, apagando ele mesmo os próprios argumentos.

Os exemplos citados por Fiorin minimizam os efeitos do ‘politicamente correto’, sinalizando que as palavras ‘parecem’ ser portadores de ideologias racistas, mas na verdade não o são. Há que considerar em relação a isso, que o sentido de uma palavra não é fixo e nem único, pois depende das condições de produção e dos posicionamentos ideológicos nos quais funcionam discursivamente. Os exemplos citados não podem ser compreendidos em sua literalidade, pois o sentido depende, também, das condições de produção e das redes parafrásticas instauradas. Há que considerar, ainda, o que é dito e o que fica silenciado e, também, as ironias que dependem de sujeitos, do modo de circulação das materialidades para serem compreendidas.

A expressão “denegrir”, apresentada na *SD6*, não possui o efeito de sentido de macular o negro, não há nesse discurso um processo parafrástico, que retorna a um mesmo espaço do dizer, sedimentado no sentido da palavra. A polissemia apresenta-se em um processo de criatividade/produção literária-discursiva, quando o sujeito-escritor, utiliza a palavra ‘denegrir’, ‘rompendo’ com os processos de significação na formação discursiva em que esses escritores inscreviam-se. Nessa abordagem, a palavra ‘denegrir’ filia o seu significado, a sua condição de produção, dentro de uma conjuntura sócio-histórica, em que o sujeito ajusta o seu dizer a seus objetivos.

Machado de Assis, citado por Fiorin na *SD6*, com o conto originalmente publicado em 1870, “*Aurora sem dia*” na passagem discursiva, “Ah! meu amigo, (...) não imagina quantos invejosos andam a denegrir meu nome”, toma “denegrir” como rememoração a uma crítica aos sujeitos da época, que eram artistas, literatos-escritores que “invejavam”, o

dom de criação de “Tonoco”<sup>38</sup>. A expressão ‘denegrir’, posta no discurso de Machado<sup>39</sup>, não se refere ao sujeito negro, mas a um sentimento de tristeza perante ao que o outro sente, sob as condições de desejar o que o outro sujeito possui, e não relaciona-se, a um discurso *sobre* o racismo. O discurso de Machado, *sobre* a palavra ‘denegrir’, remete à significação/noção de metáfora, que na AD, significa transferência, estabelecendo o modo como as palavras significam. Nesse contexto discursivo em específico, as palavras não possuem um sentido preso a sua literalidade.

Fiorin (2008, p. 03-04), na sua posição de sujeito-linguista, enfatiza que há “duas posições dos defensores da linguagem politicamente correta que contrariam a natureza do funcionamento da linguagem”. A primeira posição é transcrita na SD7 e “está na crença da palavra tomada isoladamente”.

***SD7 - Há, porém, duas posições dos defensores da linguagem politicamente correta que contrariam a natureza do funcionamento da linguagem e que, portanto, são irrelevantes para a causa que defendem. A primeira é a crença de que a palavra isolada carrega sentido e apreciação social. [...] Na verdade, um termo funciona num discurso e não isoladamente. [...]***

***A outra posição que contraria o funcionamento da linguagem é o etimologismo. Etimologia é o estudo da origem e da evolução das palavras. Esse termo é constituído de duas palavras gregas, que querem dizer “estudo do sentido verdadeiro”.***

A posição-sujeito do linguista, explicando o funcionamento da linguagem é bastante forte na SD7. Fiorin destaca que há duas posições equivocadas defendidas e assumidas pelos defensores do ‘politicamente correto’. Uma diz respeito ao uso da palavra fora do seu contexto de produção, que em AD chamamos de condições de produção, e a outra posição equivocada é o etimologismo. De forma didática o linguista vai explicando que uma expressão deve ser tomada *sobre* as condições de produção do discurso e não fora dele, pois, o discurso, por princípio, não se fecha. Ele é um ‘processo em curso’.

<sup>38</sup> Personagem central da obra machadiana, que trabalhava em um fórum e decide abandonar a sua profissão, e se tornar poeta. Vendo-se fracassado nessa empreitada como escritor, resolve ser político, contudo, desiludido com essa situação, se envereda para a agricultura.

<sup>39</sup> “Joaquim Maria Machado de Assis, cronista, contista, dramaturgo, jornalista, poeta, novelista, romancista, crítico e ensaísta, nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 21 de junho de 1839. Foi presidente da Academia Brasileira de Letras, cargo que ocupou até sua morte, ocorrida no Rio de Janeiro em 29 de setembro de 1908. Principais obras do autor – Romances: Helena – 1876; Iaiá Garcia – 1878; Memórias Póstumas de Brás Cubas – 1881; Quincas Borba – 1891; Dom Casmurro – 1899 etc; Contos: Aurora sem dia; A Carteira; O Alienista; A Cartomante etc”. Disponível: <http://www.suapesquisa.com/machadodeassis/>, acesso: 11. nov., 2013, às 13h30min, e [http://www.releituras.com/machadodeassis\\_bio.asp](http://www.releituras.com/machadodeassis_bio.asp), acesso: 11. nov., 2013, às 13h40min.

Para sustentar a sua posição e investido do seu lugar de autor, Fiorin exemplifica os equívocos decorrentes da interpretação literal, dizendo que “nem todos os usos do vocábulo *negro* com valor negativo denotam racismo”. O sentido vai depender, de acordo com os argumentos de Fiorin, dos domínios em que os discursos se inscrevem. Falar em “nuvens negras no horizonte do país”, seria referir a uma situação preocupante, em um discurso relacionado ao político e não ao racismo. Também não se pode filiar/significar ‘nuvens’ à meteorologia, o que encaminharia ao equívoco, pois o termo ‘nuvens negras’ não tem a ver com raças ou etnias. Trata-se de um processo metafórico, em que ocorre a transferência de sentidos de um domínio a outro. É o trabalho do simbólico na linguagem e não de literalidades.

Por meio desse exemplo, Fiorin argumenta que Machado de Assis, Monteiro Lobato e Lima Barreto não filiaram o seu discurso ao racismo, pois em seus discursos os textos e as palavras que os estruturam funcionaram em meio a um contexto de formação histórica-discursiva-simbólica, envolta na formação ideológica da época, que legitima os seus discursos, na/pela FD literária e, do contexto sócio-histórico da época. Pela relação dessa FD com os efeitos de sentidos podemos dizer que é preciso atravessar o efeito de transparência da língua(gem), investindo na opacidade e no descentramento do sujeito. Há que considerar, ainda o equívoco, a falha que resultam do trabalho da ideologia e da língua na história. Outros exemplos dados por Fiorin e que sinalizam para os equívocos resultantes de interpretações literais são “no branco no papel”, “sorrir amarelo”, “amarelar”. As palavras derivadas de amarelo significam diferentemente, no primeiro caso, significando sem jeito e na segunda, indicando a perda de coragem.

Outra referência aos equívocos resultantes da literalidade, sem filiação a domínios discursivos é dada por “ficou numa situação esquerda”, que inscreve o discurso no domínio do político partidário, mas para o domínio do cotidiano, significando que o sujeito está em uma situação desfavorável. Do mesmo modo “lançou um olhar esquerdo” encaminha para má vontade, não se filiando à discursivização do simbólico-político. Com esses exemplos, o linguista minimiza os efeitos de sentidos de preconceito presentes no manual, apagando a necessidade de o Estado determinar o que ‘não dizer’. As expressões e a referência delas ao preconceito e à desvalorização de sujeitos ou grupos sociais passam a significar um certo exagero, pois os sentidos dependem sempre das condições de produção de uma palavra, expressão ou proposição, constituindo-se como reflexo do contexto sócio-histórico

e imaginário, dependendo, também da sua relação com a FD em se filia e da qual tem origem o dizer. O sentido depende ainda, dos já-ditos e da memória que retorna, ancorando determinados efeitos e apagando outros.

Fiorin continua a sua argumentação em torno dos posicionamentos que sustentam a ‘necessidade’ de o Estado dizer, por meio do manual o que os sujeitos ‘não podem/devem dizer e que segundo ele são equivocadas. Trata-se do etimologismo que significa, como enfatiza Fiorin, o sentido verdadeiro, advindo da origem das palavras e da raiz ou radical que em termos gramaticais, abarca o sentido das palavras, num período em que “a história era decadência, o que, na linguagem, significava que a evolução das línguas era uma degradação. Por isso, o sentido original era o sentido verdadeiro”.

Diante disso, a referência à etimologia sustenta-se em um discurso *de*, pelo qual a história retorna como degradação, como falseamento de realidades. Filiar às palavras a sua etimologia seria delegar à gramática a responsabilidade pelo funcionamento da língua. Os argumentos do sujeito que ocupam a posição-sujeito de linguista destacam o falseamento da origem das palavras pela presença do ideológico, determinando sentidos, as transformações por que passaram as palavras e o esquecimento da etimologia. Assim, segundo ele, judiar não se filia mais a judeu e nem a Judas, o que encaminharia para a traição, considerando que como memória retornaria o discurso em torno da traição de Judas e do beijo traiçoeiro, fazendo trabalhar outros discursos e memórias.

Para derrubar o racismo imputado a Machado de Assis, Monteiro Lobato e Lima Barreto, o linguista diz que não se pode afirmar o preconceito na obra desses escritores, dizendo que não é possível fazer com que retorne “por um ato arbitrário de vontade, o que a língua desmotivou”. Para ele, os escritores sabiam que os sentidos mudam e que “não se volta atrás para restaurar o que a história da língua apagou”. A contradição que ocorre nessa formulação, especialmente, pela filiação à Análise de Discurso é que Fiorin não pode saber, com certeza, o que os escritores sabiam ou não. Isso significa apontar, o equívoco de direcionar a argumentação para a homogeneidade, apagando a heterogeneidade constitutiva do discurso.

Fiorin, a partir da posição ocupada nesse FD, quando enfatiza que os escritores não foram racistas, instaura a contradição, pois ele fala como sujeito-cidadão, que ‘esquece’ que não seria possível inaugurar um sentido completamente novo em torno dessa

“linguagem politicamente (in)correta”, logo que ela surge a partir de deslocamentos do já-dito, isto é, da memória do dizer e, também, porque o dito significa sempre em relação ao que foi dito antes em outro lugar.

A possibilidade de considerar o “verdadeiro da língua”, no que se refere à suposta produção de um “discurso racista” presentes nos argumentos de Fiorin, não se sustenta. Gadet e Pêcheux (2004), quando recorreram a Milner (2012) e a existência apenas “real da língua”, destacaram que a língua deve ser tomada na interpretação de que “há um real da história”, o espaço da língua e a filiação ao já-dito, mas sem a pré-determinação, sem o fechamento dos sentidos. Enfim, os sentidos relacionam-se às formações discursivas e às suas determinações.

Considerando-se a língua e a história, ou seja, o “real da história”, não há evidências de que Lobato, Barreto e Machado, ao usarem os termos “judiar e denegrir” (FIORIN, 2008) incutiram em práticas racistas na literatura. *A priori*, os discursos produzidos por esses sujeitos devem ser considerados no tripé: língua-história-ideologia, em que a materialidade histórica é o quesito de relevância atribuído à análise de discurso, para compreender o funcionamento da língua numa formação social.

### 3.1.2 Contradição e antagonismo: o linguista e o sujeito-cidadão

Na *SD8*, o linguista fica apagado em função do sujeito-cidadão que emerge no discurso de Fiorin, quando enfoca sentimentos e emoções, que não fazem parte da descrição da linguagem, mas é constitutivo da subjetividade.

***SD8 - De um lado, é verdade que a linguagem modela sentimentos e emoções. Se alguém sempre ouviu certos termos ou expressões, como negro, bicha ou coisa de mulher, ditos com desdém ou com raiva, certamente vai desenvolver uma atitude machista ou racista. Quem é tratado com gritos ou com ameaças seguramente não vai introjetar atitudes de bondade ou doçura. Portanto, usar uma linguagem não marcada por fortes conotações pejorativas é um meio de diminuir comportamentos preconceituosos ou discriminatórios.***

***[...]O primeiro é que o cuidado excessivo na busca de eufemismos para designar certos grupos sociais revela a existência de preconceitos arraigados na vida social. [...]***

***Uma outra coisa que produz efeito contrário ao pretendido é o uso de eufemismos***

***francamente cômicos, quando a língua não possui um termo 'não marcado' para fazer uma designação que é vista como preconceituosa. [...]***

***Por isso, para criar um mundo melhor, é importante usar uma linguagem que não machuque os outros, que não revele preconceitos, que não produza discriminações. É necessário, porém, que, para ter eficácia, esse trabalho sobre a palavra respeite a natureza e o funcionamento da linguagem.***

A relação dessa *SD* com a subjetividade e o apagamento do linguista deve-se à referência à vida comportamental e encaminha para o estímulo reflexo: o sujeito vive, o sujeito pratica. Na perspectiva discursiva, não se trataria simplesmente de subjetividade, mas da inscrição do sujeito em formações discursivas e a discursos legitimados por essa inscrição. Isso significa que o sujeito que “sempre ouviu certos termos ou expressões, como *negro*, *bicha* ou *coisa de mulher*, ditos com desdém ou com raiva”, inscreve o dizer no que Pêcheux chama de ‘naturalidade’, que instaura a ‘normalidade. A contradição está na simplificação do processo discursivo e na relação simplista entre ouvir/reproduzir, sem as implicações ideológicas e sócio-históricas.

Pelo ouvir/repetir/reproduzir o discurso filia-se a ideologia reprodutivista. O mesmo acontece com os ‘eufemismos<sup>40</sup>’ que desencadeiam a comicidade. Em termos discursivos, ‘o manual do politicamente correto’ utiliza-se de descrições, por exemplo, verticalmente prejudicado, que descreve o sujeito que é baixinho favorece as piadas, instaurando o efeito reverso. No contexto de funcionamento da língua, em uma situação de enunciação do discurso, se o sujeito está sob o efeito do simbólico-ideológico, que o estimula a tratar os sujeitos de maneira discriminatória, por meio do uso de adjetivações preconceituosas, para se referir aos sujeitos considerados como “diferentes”, valendo-se de termos que designam o efeito de sentido pejorativo.

O uso do termo *gay* na língua, dependendo das condições de produção, poderá caracterizar a homofobia. Nesse raciocínio, o termo “*gay* também vai assumindo valor pejorativo, tanto que, à semelhança do aumentativo *bichona* e do diminutivo *bichinha*, criaram-se *gayzaço* e *gayzinho*”, destaca o sujeito autor. O discurso *sobre* o politicamente

---

<sup>40</sup> O eufemismo é uma figura de linguagem que consiste na empregabilidade de um termo, de uma palavra que a deixe mais branda, que atenua o seu significado, deixando-o menos grave, tendo em vista a expressão proferida discursivamente e que possa vir a desrespeitar o outro. É pelo uso de eufemismos que a linguagem politicamente correta possui um efeito de sentido inverso, contrário.

correto faz menção a um contexto que “desqualifica” o termo gay, e este, passa a ser politicamente incorreto. O discurso *sobre* essa contextualização linguística dependendo de como é aplicado em uma FD, poderá apresentar-se como “uma faca de dois gumes”, ora fere, ora defende e assim se perpetua a confusão linguística em que a linguagem politicamente correta não “causa” respeito aos sujeitos, a quem tanto ela diz priorizar e “defender”.

O autor rememora a Cartilha do “Politicamente Correto e Direitos Humanos (2004) e os 96 vocábulos que estão inseridos nesse manual e que causaram pela sua maneira de abordar a língua(gem), uma situação discursiva cômica, tendo em vista de como se deu o funcionamento dos discursos produzidos, com essas expressões do manual. O que se constata é que as palavras estão sendo culpadas pela discriminação e não o sujeito, que ao discursivizá-la utiliza de maneira errônea. O preconceito se encontra no sujeito e na forma como ele pronuncia as palavras na formação discursiva, por isso elas “machucam”.

A discriminação se estabelece por meio da formação discursiva, a qual marginaliza as “minorias”, sendo que o uso de determinadas expressões, reproduzem as diferenças desses sujeitos, como que ser diferente, seja um “problema”, uma “agressão” à sociedade, em que “todos deveriam ser iguais”. A regra é que o sujeito só será aceito, se ele se enquadrar no que a classe dominante convencionou como sendo o correto, aos moldes de uma ideologia posta pelo Estado, que é a formação discursiva dominante.

Pela materialidade discursiva ressoam evidências da filiação de Fiorin a teorias discursivas, tendo em vista o enfoque ideológico, segundo o qual não há discurso que seja neutro, encaminhando a existência de um “já-dito” que sustenta a possibilidade do dizer. Essa é uma questão primordial para compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com o sujeito e a sua relação com a ideologia, entre a constituição do sentido e a sua formulação. Desse modo, não há possibilidade da ‘linguagem politicamente’ correta significar por si só, pois, há uma relação do sujeito com o sentido, ou seja, da língua com a história.

### **3.2 Materialidade 2: Formação discursiva do Jornalista - “O programa Fala Zero” - João Ubaldo Ribeiro**

Entendemos a formação discursiva determina o dizer e que o sujeito em uma FD ocupa uma ou mais de uma posição-sujeito, reiterando o não fechamento de fronteiras. É por isso que recortamos a materialidade assinada por João Ubaldo Ribeiro e o inscrevemos na formação discursiva de jornalista, em função da circulação do texto em análise na mídia e, também, porque o seu discurso não se inscreve na ficção. Vale destacar, portanto, o jornalista sem apagar o escritor. No entanto, é preciso enfatizar que se trata de filiações distintas. O jornalista, mesmo o que escreve textos de opinião, tem compromisso com a verdade, com a neutralidade e com a objetividade. O escritor, mesmo aquele engajado à formação social, não tem o mesmo compromisso. Ele se fala da ‘licença’ poética pra criar a partir de dados e acontecimentos que ‘podem’ ter acontecimento, mas não são, necessariamente, verdades.

Com relação às condições de produção da materialidade em análise, o contexto imediato é o veículo no qual o texto foi posto em circulação: “Jornal O Globo” (RJ) 08/05/2005, assinado por João Ubaldo Ribeiro, célebre escritor brasileiro, nesse texto, atuando como jornalista. O fato da materialidade ter sido publicada em um jornal e não em outro suporte é significativo, pois o jornal é um veículo de ampla circulação, que atinge milhares de sujeitos leitores. Ele tem uma duração menor que o livro, mas é escrito em menos tempo e tem mais compromisso com a atualidade de sua circulação.

No contexto amplo, temos a mídia, a língua vento e o modo como põe os discursos em circulação, abrindo espaço para debates sobre diversos temas e assuntos. Quanto às relações interdiscursivas, tudo o que já foi dito sobre ‘o politicamente correto’, sobre a manualização e a cartilha, tudo o que já foi dito sobre o governo e sobre a língua estão significando no discurso analisado. Na formulação do título (“O programa fala zero”), por exemplo, funciona a memória discursiva sobre políticas de governo, constituindo efeito de ataque a uma política econômica populista, fazendo retornar, ainda uma vez, Getúlio Vargas, não pelo funcionamento da língua, mas pelo modo como encaminhou as relações entre classes sociais, separando pobres e ricos, assumindo o lugar de ‘pai’, não dos descamisados (retorno do discurso peronista), mas dos pobres. Há, em funcionamento, um já-dito sustentando o dizer.

Ao intitular sua materialidade discursiva de “O programa fala zero”, Ribeiro se inscreve no discurso jornalístico, trazendo para o fio do discurso a memória discursiva de

uma política de governo, que é “o Programa Fome Zero”, que foi um programa do governo federal brasileiro criado no ano de 2003, que pretendia erradicar a pobreza, estabelecendo dessa forma um jogo pela língua e significando a produção do manual como a erradicação da língua. Segue a *SDI*:

***SDI - Como diversos entre vocês (a palavra “como”, no caso, não é verbo, faço questão de esclarecer), fiquei um pouco surpreendido com a iniciativa do governo em orientar o uso da língua para o politicamente correto. Digo “um pouco” porque espero patadas desse governo com regularidade e os brasileiros estão acostumados a ele meter o bedelho em tudo. Mas, se a surpresa foi pouca, a reação não pode ser, porque, demonstra a História, é assim que começa. Vão tomando um dedinho, a gente deixa, aí tomam a mão, tomam o braço, tomam o tronco e quando a gente (aliás, “gente”, assim como “pessoa”, não devia ser palavra feminina, porque há o risco de ofender homens extremamente ciosos de sua masculinidade; tentemos empregar, por exemplo, “gento” e “pessôo” ao nos referirmos ao sexo masculino e “genta” ao feminino) se dá conta, já tomaram o corpo todo.***

Por essa sequência discursiva observamos efeitos de sentidos de ironia e de comicidade, colocando em um mesmo domínio discursos de instâncias distintas. A materialidade inicia-se com a palavra ‘como’, destacando que não é verbo, fazendo com que retornem memórias relacionadas a esse verbo, o qual frequentemente encaminha para o domínio da sexualidade vulgarizada. Não se trata de preocupação com a ambiguidade, mas da referência à polissemia e aos diferentes efeitos de sentidos dados pela palavra, que só significa quando colocada como prática, ligada à opacidade da língua.

Os efeitos de resistência ao manual do ‘politicamente correto’ constituem-se pelo modo como o sujeito jornalista-escritor organiza as palavras na materialidade, deixando entrever que o gerenciamento da língua pelo politicamente correto dificulta o seu entendimento e confunde os sujeitos, ficando sem saber o que dizer. Não só a língua é engessada num manual, mas o próprio sujeito, por não saber mais o que é permitido e o que é proibido e sua materialidade discursiva mostra essa contradição entre o correto e o incorreto.

O sujeito jornalista significa e se significa no texto analisado. Significa o governo, que autorizou a publicação do manual, como ‘desocupado’ e autoritário e se coloca numa posição diferente desta, a de crítico político e social, autorizado pela sua posição. A crítica é tecida com ironia, *sobre* o político, o social e também *sobre* o linguístico, que se pretende

gerenciar/modificar, como está expresso na SD2.

***SD2 - Eu pensava que uma secretaria de Direitos Humanos se ocuparia basicamente de direitos elementares, como saúde, educação e segurança. Mas é bobagem, porque já estamos bem cuidados(as) nessas áreas, qualquer um(a) sabe. Cabe agora baixar instruções sobre a linguagem autorizada.***

***[...] Com toda a certeza, as instruções que já foram ventiladas são fruto de vasto mapeamento linguístico, filológico e sociológico, que deu autoridade a seus(suas) formuladores(as) para estabelecer o que é aceitável no falar e no trato social, que é uniforme em todo o(a) nosso imenso(a) Brasil e, se não é, vai ter que ser.***

***[...] Imagino que algum(a) deputado(a) já esteja até apresentando projeto de lei cujo primeiro artigo, que vai resolver logo tudo com uma canetada, rezará “todo brasileiro e toda brasileira é obrigado(a) a ser bem-educado(a), tratar todo(a) mundo(a) bem e não proferir palavras ou expressões não constantes do Vocabulário Petista da Língua Portuguesa Falada no Brasil”.***

O manual do politicamente correto é significado a partir da comparação com a Socila (escola de etiqueta e boas maneiras), que ensina/instrui/prediz, o que dizer e como dizer, esquecendo-se que a língua é atravessada pela ideologia. Com isso, o sujeito jornalista confere à cartilha/manual um lugar no meio político: petista. Atribui ao governo Lula, ícone do partido político do PT (Partido dos Trabalhadores) à época da publicação, a formulação e a responsabilização por esse Manual do ‘Politicamente Correto e Direitos Humanos’.

O efeito de sentido de ironia se mantém à medida que refere à educação, saúde e, também ao gerenciamento da língua, especialmente quando dá visibilidade aos linguistas, que no momento em que descrevem a língua fazem uma pesquisa, mapeiam os funcionamentos e ‘dizem’ como ela funciona, mas não prescrevem como ‘deve’ funcionar. Com isso, retornam memórias em torno de quem é autorizado e legitimamente pode falar de políticas linguísticas ou descrever a língua. Pela nomeação dos campos linguísticos, filosóficos e sociológicos sinaliza para o modo superficial de tratar da língua e de determinar o seu funcionamento. Retorna, igualmente, o autoritarismo e de certo modo, o presidente Lula e a sua escolaridade.

Vale ressaltar a questão sociolinguística que ressoa pela referência ao “imenso Brasil”, sinalizando para o apagamento das diferenças e constituindo efeitos de sentido relacionados à utopia de pensar em uma língua uniforme, diante de todas as

heterogeneidades. A ironia maior está na referência a não usar palavras “que não constem do vocabulário petista”, como se um partido pudesse ‘criar’ um vocabulário e fazer com que ele seja aplicado. Nessa referência retornam as políticas linguísticas brasileiras, desde a implantada pela Língua Geral, passando pelo decreto de Pombal e pela Era Vargas até chegar aos acordos ortográficos e ao manual do ‘politicamente correto’.

Na *SD3* a implementação linguística do politicamente correto é retratada como uma pretensa “doutrina discursiva”, promovida pela língua de vento, pelos meios de comunicação, que sustenta a ideia que se alterar a linguagem, altera-se também o sujeito e o seu discurso.

*SD3 - Parece talvez simples, mas é tarefa hercúlea, eivada de armadilhas insuspeitadas. Quem usa expressões como “negro de alma branca” é, na minha opinião, um(a) óbvio(a) babaca(o), mas não se atenta o suficiente para o outro lado. E “passar pela vida em brancas nuvens”, por exemplo, que tem clara (escura, aliás; por que claro é que é claro e escuro não é claro? - discrimination, discrimination) conotação negativa, ofendendo assim os numerosos arianos brasileiros, dos quais, na Bahia, eu mesmo conheço dois? “Agora me deu um branco”, nem pensar. “Entregar a prova em branco”, assim vinculando ignorância ou falta de cumprimento dos deveres escolares aos brancos, também tem de ser evitado(a). Não esqueçamos tampouco nossos(as) irmãos(ãs) orientais e, quando um(a) locutor(a) esportivo(a) disser que tal ou qual time(a) amarelou, deverá receber cartoa vermelha, para deixar de ser insensível e preconceituoso(a), eis que os(as) amarelo(as) são tão valorosos(as) quanto os(as) membros(as) de outras raças.*

Jogando com os gêneros masculino e feminino em toda materialidade, o sujeito mostra as dificuldades que a tentativa de engessar a língua pelo politicamente correto pode suscitar no discurso, seja este oral ou escrito. Além disso, são mostradas expressões que o manual apaga ou silencia como: “negro de alma branca”, “passar pela vida em nuvens brancas”, “agora me deu um branco”, “entregar a prova em branco”, cujas significações também são pejorativas e podem ser preconceituosas, já que, assim como a palavra “negro”, a palavra “branco”, também pode designar uma raça. Há, dessa forma, um jogo entre paráfrase e polissemia, que “atesta o confronto entre o simbólico e o político” (ORLANDI, 1999, p. 38). Fazendo funcionar, na língua, a ideologia.

João Ubaldo Ribeiro dá visibilidade a expressões do cotidiano brasileiro, as quais podem não ser intencionais, mas revelam a interpelação ideológica e o atravessamento pelo inconsciente, ou seja, significam o sujeito e sinalizam para a falha e para a falta para o não-

controle do dizer. A primeira porque o sujeito não controla o dizer e o segundo porque nunca é possível dizer tudo e não dizendo tudo, instaura-se a falta.

Os discursos *de* que ancoram os discursos *sobre* ‘o politicamente correto’ e *sobre* o manual são aqueles que circularam desde a colonização brasileira e que encaminham para o branqueamento da raça brasileira e pela aculturação do índio pelo colonizador. Outro discurso, que funciona como memória e que ressoa nessa FD diz respeito às convenções linguísticas em torno da língua, especialmente, em torno do que é masculino e do que é feminino, pois essa categorização não tem referência a sexo, mas a convenções. Falar em ‘cartoa’, por exemplo, é radicalizar, mostrar que é impossível falar, se o foco for usar o feminino para mulheres e masculino para homens.

A linguagem politicamente correta remonta a sua utilização como um instrumento ideológico, em que o sujeito do discurso fazendo uso dessa língua(gem) evitaria a discriminação, os preconceitos sociais e racistas, conforme segue na *SD4*.

***SD4 - Na minha condição de baiano, passo a semana em prantos, quando alguém classifica alguma coisa de “baianada”. Imagino como não devem sentir-se os(as) beócios(as) e capadócio(as) ainda hoje existentes, para não falar nos(as) eslavo(as), cuja designação quer dizer “escravo”. E programa de índio(a), meu Deus, a que ponto chegará o desrespeito? Na Bahia, um determinado corte de carne (lombo) se chama “paulista” e é caso de intervenção federal naquele revoltante estado da federação, onde passa absolutamente impune as(os) pessoas(os) dizerem que hoje vão comer um paulista. E as palavras chulas, que aos montões (ou montanhas) se insinuaram no nosso falar decente mas incauto? Não sei se a distinta senhora ou o amável cavalheiro ou até mesmo a(o) criança(o) que me lêem sabem que, ao mencionar “fosso”, usam a forma portuguesa do particípio passado de um verbo latino que não ousa dizer seu nome em forma impressa, pelo menos na maior parte dos jornais e que quer dizer isso mesmo que você está pensando.***

O uso de termos como “baianada” para evidenciar um acontecimento negativo, associando esse fato à identidade social do sujeito baiano, significa o preconceito racista de que o ele é um sujeito “incapaz” de obter êxito sócio-econômico. A linguagem politicamente correta vem nesse contexto, segundo seus idealizadores, reestabelecer dignidade à raça, com uma suposta referência política de que a implementação dessa linguagem, tornaria neutro o “discurso” em termos de discriminação.

De qualquer forma, a referência à ‘baianada’, por exemplo, faz com retorne a divisão social do Brasil, como um país grande em extensão, mas marcado pelas

desigualdades sociais e econômicas. Significa, também, o retorno do discurso em torno do ‘branqueamento’ do país, sinalizando que os brancos são maioria e ocupam os lugares sociais de destaque e os não-brancos são apagados. Retornam também as piadas em torno dos paulistas, dos gaúchos e o tom pejorativo. Todos esses funcionamentos da língua(gem), pelas memórias que a sedimentam são impossíveis de gerenciar. É por isso que a ironia permeia o enfoque em torno do ‘politicamente correto’, associando os domínios da Linguística, da Filosofia, da Sociologia e, também da história, que funciona na verticalidade do discurso, preenchendo ‘furos’ e possibilitando a interpretação.

***SD5 - A língua portuguesa é muito imperfeita e até mesmo nossa espécie é designada pelo nome de “homem”, que deplorável atraso! Claro que temos de usar “ser humano” e “serhumanidade”.***

***[...] Acho que vou me juntar à ala radical desse movimento, que culminará certamente na instituição do programa Fala Zero e do Silêncio Participativo, o que não atingirá, para aflição de muitos, o nosso presidente. O qual, aliás, como me disse um alto funcionário (perdão; servidor) da República, não tinha conhecimento dessa cartilha.***

Investido da posição-sujeito jornalista João Ubaldo Ribeiro, fala de um problema social, mas também fala da língua e falando de língua ocupa a posição de linguista ou professor, mas ele o faz, utilizando-se da ironia, do dizer sem dizer, ridicularizando posicionamentos e fazendo com que o seu dizer faça sentido pelos discursos que retomam e fazem funcionar. Esse efeito constitui-se pela afirmação “a língua portuguesa é muito imperfeita”. Dizer que ‘é imperfeita’ tem um efeito, mas dizer que é ‘muito imperfeita’ extrapola o aceitável e encaminha para o descabido, que é questionar o uso de homem para referir ao ser humano.

Ainda nessa FD o discurso passa do domínio do social e do linguístico para o político partidário, quando refere dois programas: fala zero e silêncio participativo, pelo que retorna em primeiro lugar o Partido dos Trabalhadores, não só em âmbito nacional e dos estados brasileiros. O Programa Fome Zero é o carro chefe do governo petista e do partido e pelo que se tem conhecimento o “orçamento participativo” é, também, uma das bandeiras do PT. Ocorre, por essas duas referências um deslizamento de sentido, que filia o manual do ‘politicamente correto’ à ‘fala zero’ e ‘silêncio participativo’, instaurando efeitos de sentidos no/pelo político, vinculando silêncio e participação como o impossível e língua com ausência de fala.

Os efeitos de sentidos que ressoam desse discurso, significam o manual como um empreendido mal planejado e mal sucedido que, ao invés de esclarecer, vai obscurecer a língua, dificultá-la e distanciá-la ainda mais dos sujeitos falantes brasileiros que compõem a maioria da população. Não há, de acordo com o autor, possibilidade de engessar a língua ditando a forma como se deve dizer ou significar o outro, isso é uma ilusão.

### **3.3 Materialidade 3: A posição Sujeito-Escritor - “A coisa está branca” - Ferreira Gullar<sup>41</sup>**

Na posição sujeito-escritor, Ferreira Gullar, critica veementemente a atitude do Estado em criar a Cartilha do “Politicamente Correto e Direitos Humanos” (2004), em que o governo manualiza e engessa a língua, impedindo o seu funcionamento linguístico discursivo.

Vale destacar que recortamos Ferreira Gullar como escritor, apesar do seu texto circular em um jornal, tendo em vista a ficcionalidade do seu texto, que ‘se serve’ de um acontecimento relacionado ao social e o faz trabalhar no ficcional, quando fala “a coisa está branca’, deslizando e instaura rupturas em relação ‘a coisa está preta’.

O título do artigo de Gullar, que chama o sujeito a leitura do seu discurso, “*A coisa está branca*”, faz alusão a primeira expressão destacada na Cartilha do Politicamente Correto, que é “A coisa ficou preta”, a qual, segundo a Cartilha, encaminha para o racismo e para o preconceito em relação aos negros. Dessa forma, o sujeito-autor, denuncia pelo seu discurso, que a Cartilha é uma maneira mascarada de o Estado manipular a língua a seu favor e, ainda, de maneira absurda, como se os sujeitos fossem desprovidos do discernimento do que é correto ou não, quanto ao uso de termos que são pejorativos e causam desrespeito ao sujeito, a quem se dirige o discurso.

---

<sup>41</sup> “Ferreira Gullar, pseudônimo de José Ribamar Ferreira (São Luís, 10 de setembro de 1930). É um escritor, poeta, crítico de arte, biógrafo, tradutor, memorialista e ensaísta brasileiro”. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ferreira\\_Gullar](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ferreira_Gullar), acesso: 14. nov., 2013, às 10h.

***SD1 - Embora todo mundo já tenha escrito sobre a tal cartilha que a Secretaria Especial de Direitos Humanos do governo federal elaborou e editou, também vou meter o meu bedelho no assunto. Vocês hão de lembrar que sobre o papa eu não escrevi, que de papa eu não entendo; de cartilha também não, mas querer nos ensinar que pega mal usar expressões como "farinha do mesmo saco" indica que esse pessoal do Lula ou não tem mesmo o que fazer ou está a fim de nos encher o saco (com perdão da expressão politicamente incorreta). Essa coisa de censurar palavras e expressões nascidas do falar popular é uma mania que de vez em quando aflora. Não faz muito, surgiu uma onda exigindo que se expurgassem dos dicionários palavras como "judiação" ou "judiar", sob o argumento de que são expressões antissemitas. Bastava pensar um pouco para ver que tais palavras não se referem aos judeus, e sim a Judas Escariotes, isto é, à malhação do Judas no Sábado de Aleluia. Judiar ou fazer judiação é submeter alguém a maus-tratos semelhantes aos que a molecada faz com o boneco de Judas.***

A materialidade inicia com um discurso de tom irônico que, de forma direta, destaca que todos se sentem com direito de ‘meter’ o bedelho de opinar sobre a língua, o que deveria ser feito por linguistas que pesquisam, fazem mapeamentos e, a partir de regularidades evidenciadas e comprovadas significam a língua, mostrando a sua estrutura.

E, assim, de maneira retórica, de forma persuasiva, o autor inscreve no eixo da formulação o fato de que ele não costuma tratar de assuntos que não sejam pertinentes linguisticamente, e diz que “vocês hão de lembrar que sobre o papa eu não escrevi, que de papa eu não entendo; de cartilha também não” (GULLAR, 2005, p. 01), logo, o autor destaca a sua aversão a fofocas e a escritura *sobre* temas que não conhece. Como escritor, a língua é seu instrumento de trabalho, mas ele a emprega para discorrer sobre um tema, para transformá-la em arte e não como ‘futrucagem’.

Gullar chama a atenção em específico, no seu discurso, para o governo Lula, e diz no seu artigo “que pega mal usar expressões como 'farinha do mesmo saco' indica que esse pessoal do Lula ou não tem mesmo o que fazer ou está a fim de nos encher o saco (com perdão da expressão politicamente incorrea)” (GULLAR, 2005, p. 01), dessa maneira, o Estado, ao invés de deliberar políticas públicas que venham a reverter o quadro de miserabilidade que perpassa o país, e degrada a sociedade, utiliza-se da língua, para desviar atenção dos sujeitos brasileiros, para as responsabilidades que lhe são evidentes, e que ele deve cumprir, enquanto Estado. Dessa forma, parte na tentativa de gerenciar a língua, procurando reafirmar o seu poderio sobre os sujeitos, alegando discursivamente, que irá “ensinar” o sujeito, a “usar” a língua.

Dessa maneira, Gullar (2005, p. 01), destaca que o gerenciamento da língua é uma maneira de censurar o seu funcionamento discursivo e traz que “essa coisa de censurar palavras e expressões nascidas do falar popular é uma mania que de vez em quando aflora”, pois, essa atitude, corresponde a um contexto histórico, em que o Estado por meio de uma política linguística, tenta intervir no funcionamento da língua, para sustentar-se no poder, logo que a língua, é um corpo simbólico-político, o qual faz parte das relações entre os sujeitos, com a histórica, no espaço político de seus sentidos. Logo, quando pensamos nesta relação, faz-se necessário considerar que as políticas linguísticas, também cerceiam a língua, porque determinam este ou aquele modo de acesso a língua.

Assim, Gullar (2005, p. 01), apresenta para reflexão em seu discurso, que “não faz muito, surgiu uma onda exigindo que se expurgassem dos dicionários palavras como "judiação" ou "judiar", sob o argumento de que são expressões antisemitas”, pois, nesse contexto vocabular da linguagem politicamente correta, essas expressões seriam consideradas como politicamente incorretas, contudo, destaca o autor, que “bastava pensar um pouco para ver que tais palavras não se referem aos judeus e, sim, a Judas Escariotes, isto é, à malhação do Judas no Sábado de Aleluia” e, ainda, em torno da polêmica do verbo judiar, destaca Gullar que “judiar ou fazer judiação é submeter alguém a maus-tratos semelhantes aos que a molecada faz com o boneco de Judas”, assim, não há conotação discriminatória racial, no que se refere ao judeu, pois, segundo Pêcheux e Fuchs (2010b), as condições de produção de um discurso precisam ser elucidadas, para que possamos evitar os erros na hora de interpretarmos um discurso, compreendendo-o assim, pela ambiguidade, o que os remete a compreensão do significado de “judiar”, em meio a formação discursiva.

***SD2 - Outra expressão que a ignorância rancorosa considera insulto racista é "a coisa está preta", que, na verdade, como se sabe, alude ao acúmulo de nuvens negras no céu no momento que precede as tempestades.***

***[...]Essa cartilha que o governo promete consertar, como se tal coisa tivesse conserto pode abrir caminho para restrições à liberdade de expressão, se não em termos de lei, mas por induzir pais de família e professores a discriminar textos literários ou jornalísticos e, conseqüentemente, seus autores. No que me toca, já estou de orelha em pé, pois acabo de lançar um livro para crianças (!!) cujo título é "Dr. Urubu e Outras Fábulas". Para azar meu, o poema que dá título ao livro começa assim: "Doutor Urubu, a coisa está preta".***

Portanto, Gullar (2005) vai tecendo em seu discurso, expressões que depois do aparecimento em cena da linguagem politicamente correta, o uso de determinadas palavras, “passaram a ser fiscalizadas pelo policiamento vocabular” e consideradas “erradas”, deste modo, utilizá-las é ser politicamente incorreto e destaca a expressão, “‘a coisa está preta’, que, na verdade, como se sabe, alude ao acúmulo de nuvens negras no céu no momento que precede as tempestades” (GULLAR, 2005, p. 01) e não faz apologia negativa a raça negra.

O autor retoma a Cartilha do politicamente correto, expondo que ela é um “manual que não tem conserto”, e que não adianta o Estado tentar reformá-la linguisticamente, para reverta o quadro de alarde que a sua publicação despertou na sociedade. Assim, Gullar segue o seu discurso, de maneira que nos faz pensar *sobre* o gerenciamento da língua enquanto projeto político do Estado, onde este cria uma política de linguagem, apropriada ao governo e que nada tem a ver com a promoção e defesa dos direitos humanos.

O autor mostra-se preocupado com essa questão da linguagem politicamente correta, principalmente porque ele teme que ela venha a induzir a censura pela língua, tolhendo a liberdade de expressão, e assim, instaure o caos linguístico, um estado de absoluta confusão, onde ninguém mais sabe o que é certo em termos de língua(gem), nem mesmo ele ‘saberia se posicionar’, quanto ao uso dessas expressões consideradas como politicamente corretas, e explicita essa “sua dúvida”, utilizando-se do bom humor que lhe é peculiar nessa questão de abordagem da linguagem politicamente correta, expondo, que “no que me toca, já estou de orelha em pé, pois acabo de lançar um livro para crianças (!!)

cujo título é "Dr. Urubu e Outras Fábulas". Para azar meu, o poema que dá título ao livro começa assim: "Doutor Urubu, a coisa está preta" (GULLAR, 2005, p. 01).

***SD3 - Temo ser levado ao Tribunal da Inquisição por incorrer em duplo delito, pois, além de usar a expressão condenada, ainda dou a entender que a frase alude à cor negra da ave, e logo que ave!***

Numa perspectiva de abordagem da língua em funcionamento, Gullar (2005), vai evidenciando considerações em seu discurso, que revelam, entretanto, que por trás do seu texto bem-humorado, ele aborda a linguagem politicamente correta, em um contexto de criticidade. Trata, por meio do seu discurso, da padronização da língua, ou seja, de certas palavras e expressões que podem ferir o princípio da liberdade de expressão.

Cita o seu próprio caso, em relação à publicação do livro infantil de sua autoria, que faz referência ao “urubu preto, a ave”, pois para os partidários da linguagem politicamente correta, ele estaria sendo ‘politicamente incorreto’ e, nesse contexto do que vem a ser o certo, para essa linguagem politicamente correta, ele poderia ser penalizado, processado, ainda mais, porque ele cometera esse ‘delito linguístico’, que incorre sob uma obra infantil.

Contudo, o autor enfatiza que o respeito às ‘minorias’, também deve perpassar pela língua, pelo seu funcionamento. Como sujeito-autor, constitui efeitos de sentidos em torno do respeito a todos os sujeitos, defendendo que a língua não pode ser utilizada para empregar a exclusão dos sujeitos, rotulando as suas diferenças, pelo uso de expressões consideradas pejorativas. Logo, ele é sabedouro de que “mandar na língua”, é deter o poder e dessa maneira o Estado, sabe que a manutenção do seu domínio, passa pela língua e assim, não há boa intenção alguma do governo, quando este tenta alterar a língua, gerenciá-la ou engessá-la, manualizando-a.

***SD4 - Sim, porque, conforme alegou o autor da cartilha, ela foi concebida com o propósito de resguardar a suscetibilidade de brancos e negros, de judeus e muçulmanos, de cearenses e baianos, de palhaços e beatas...***

***[...] Não posso afirmar se a cartilha resguarda também a suscetibilidade dos chifrudos, dos pançudos, dos narigudos, dos cabeludos e dos cabeçudos; dos pirocudos, acredito que não, pois isso é tido como elogio.***

***[...] Mas e as moças de pouca bunda e poucos seios (do tipo Gisele Bündchen), que o pessoal apelida de "tábua"? E o gorduchos, apelidados de "bolão"? Os magricelas, de "espeto"? E os baixotes, chamados de "meia porção"? Isso sem falar num respeitável senador da República a quem seus confrades acredito que sem malícia apelidaram de "lapiseira".***

***[...] Estou de acordo com que não se deva tratar pessoa nenhuma por apelidos depreciativos.***

***Como se vê, isso de falar politicamente correto envolve muitos problemas, porque não se trata de engessar apenas o humor (bom ou mau) das pessoas, mas de engessar o próprio idioma. Falar, de certo modo, é reinventar a língua, já que o que se diz estava por ser dito e, ao dizê-lo, damos-lhe uma forma imprevisível até para nós mesmos.***

***Aliás, para terminar, sugiro que se mudem os nomes de certos insetos como barata, formiga e piolho, por coincidirem lamentavelmente com os sobrenomes de algumas respeitáveis famílias brasileiras.***

A “Cartilha do Politicamente Correto e Direitos Humanos” (2004), no que se pode interpretar do discurso de Gullar (2005), em especial, se tomarmos o objetivo de sua

criação, que foi o de proteger as “minorias”, não conseguiu se sustentar enquanto texto. O autor destaca, imerso em um bom humor, que “conforme alegou o autor da cartilha, ela foi concebida com o propósito de resguardar a suscetibilidade de brancos e negros, de judeus e muçulmanos, de cearenses e baianos, de palhaços e beatas...” (GULLAR, 2005, p. 02), ou seja, os seus organizadores não consideraram que as condições de produção de um discurso, devem ser levadas em conta.

Segundo Orlandi (1999) as circunstâncias de enunciação e o contexto sócio-histórico-ideológico, mantêm com a linguagem uma relação necessária, constituindo com ela o sentido do texto, assim, por não observar essas relações que estabelecem que o discurso como prática deriva da própria concepção de linguagem, marcada pela história, que a Cartilha, foi assim, retirada de circulação e banida da sociedade.

Para o escritor, a liberdade de poder usar a língua e trabalhar de modo a transformá-la em arte, é uma das características da linguagem. Desse modo, um dos efeitos do manual seria, segundo Gullar, o engessamento da língua, engessando com isso, o humor, a ficcionalidade, enfim, as relações humanas e a possibilidade de interpretar. Refere, ainda, que falar é reinventar a língua, mas se houver o gerenciamento do que se pode ou não, isso será impossível.

A culminância de texto, que inscrevemos na FD do escritor, está ironicamente, pela referência à troca de nomes de algumas famílias, dentre elas, ‘Barata’, ‘Formiga’, ‘Piolho’. Essas famílias por possuírem nomes de insetos, poderiam sofrer preconceito e ser alvo de piadas pela transferência de sua identificação para sujeitos.

Nessa terceira parte, propusemos verificar a concepção de língua que perpassa as materialidades e verificar quais as regularidades constituídas em torno do discurso *sobre* o manual. Em relação a isso, podemos dizer que a concepção de língua do manual é a de sistema fechado, em que as palavras, como destacou Fiorin, significam fora do seu contexto e, equivocadamente, é considerada a etimologia para verificar o funcionamento da língua.

Nas três materialidades, constituem-se contradições, mas é no texto de Fiorin que elas aparecem mais, pois como linguista ele define o ‘politicamente correto’, discorre *sobre* a estrutura da língua e *sobre* seu funcionamento. Entretanto, contra-identifica-se e assume o discurso do Estado, defendendo o ‘politicamente correto’, mas não o

gerenciamento da língua.

João Ubaldo Ribeiro, que inscrevemos na formação discursiva do jornalista, faz jus à FD em que se inscreve. Seu texto é permeado de referências ao funcionamento político e econômico do governo Lula, referindo a dois programas desenvolvidos nesse programa. A regularidade em relação à primeira materialidade é a crítica ao gerenciamento da língua. O que o diferencia do primeiro, entretanto, é que ele não assume a posição do Estado, aliás, é totalmente contrário à política linguística por meio de manuais. Mas assim como Fiorin, destaca a necessidade de evitar o preconceito, vivenciando o respeito e a igualdade.

Na terceira materialidade, Ferreira Gullar destaca que é favorável ao não-preconceito, mas acentua a rejeição ao gerenciamento da língua e denuncia o fato de as pessoas que fazem isso, não serem linguistas e, por essa razão, não serem legitimadas ou autorizadas a falar sobre a língua e, muito menos, tentar ‘informá-la’.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em uma “linguagem politicamente correta” é uma tentativa de reescrever ou apagar o sentido das palavras, como se fosse possível mudar a história, o próprio sujeito e os seus saberes adquiridos até o momento dessa “imposição” linguística, ocasionando uma perda da identidade desse sujeito, via obrigatoriedade do uso do discurso “politicamente correto”, em que a manualização da língua, está na tentativa do Estado de silenciar ou apagar discursos, criando outras expressões com sentido único, ‘politicamente corretos’.

O objetivo desse trabalho foi investigar o discurso *sobre* a língua manualizada no/do politicamente correto, subjacentes às análises das materialidades discursivas, em que os sujeitos locutores desse discurso *sobre* foram os sujeitos designados no Manual do ‘Politicamente Correto e Direitos Humanos’, de ‘formadores de opinião’. Os resultados desse trabalho, apontam que os discursos construídos *sobre* a ‘língua manualizada’, na perspectiva discursiva significam pela exterioridade, a partir de sujeitos interpelados pela ideologia e atravessados pelo inconsciente.

Por esse viés teórico, os fatos inscrevem-se e significam pela historicidade, ocasionadas pelo seu funcionamento social, histórico, político-discursivo, não se tratando de uma língua que fecha os sentidos, mas que ao funcionar instaura diferentes efeitos de sentido, sendo nessa abordagem opaca e não-sistêmica, por isso, o seu funcionamento a partir do manual, em que os efeitos de sentido derivam do gerenciamento linguístico, não foram validados pelos sujeitos autores das materialidades discursivas destacadas.

Na análise do *corpus* recortamos sequências discursivas (SD's), advindas de três materialidades de intelectuais brasileiros inscritos em formações discursivas que se imbricam e ao mesmo tempo se diferenciam, pelas distintas posições-sujeito, que são determinantes nesses discursos, sendo a posição sujeito-linguista, a posição sujeito-jornalista e a posição sujeito-escritor, os quais sinalizam em seus discursos *sobre* a língua manualizada no/do politicamente correto. Essa prática significa como mais uma ação coercitiva do Estado, que busca gerenciar a língua com o objetivo de negar a historicidade que se inscreve no discurso, entendida nesse trabalho, como a relação

constitutiva entre a língua(gem) e a história.

Este estudo permitiu constatar que os ‘formadores de opinião’ são contra o gerenciamento da língua e apontam para uma concepção que percebe o funcionamento da língua delineado na Análise de Discurso, a partir da língua e a história, na produção de efeito de sentidos entre interlocutores, compreendendo que o funcionamento discursivo da língua no manual, escapa ao seu gerenciamento e à sua uniformização, identificados nos discursos que sustentam essa prática.

Segundo Orlandi (1999, p. 60), “uma palavra [...] significa diferentemente, dependendo da posição do sujeito e da inscrição do que diz em uma ou outra formação discursiva”, dessa forma, não há possibilidade de desconstruir uma prática discriminatória, que tem filiações históricas e que já se encontra integrada na memória do sujeito do discurso, apenas com a ideia de alteração da língua, pela implementação de uma “linguagem politicamente correta”, logo, esta não seria suficiente para mudar/alterar/extinguir as atitudes discriminatórias sofridas pelas “minorias”.

Com essa atitude/propositura de “alteração vocabular” o Estado cometeu o equívoco de não considerar/buscar a opinião dos linguistas em relação a qual seria há possibilidade/viabilidade de alteração da língua(gem), pois os linguistas como estudiosos da língua, destacariam conforme preconizou Pêcheux (2009), que as formações discursivas que se inserem no discurso são resultantes de processos discursivos anteriores ao próprio discursivo, assim o “politicamente correto”, ao invés de legitimar a igualdade do sujeito, “ressaltou” um sentido eufêmico, contraditório e antagônico, quanto ao uso dessa linguagem. A formulação discursiva é o lugar em que a contradição se realiza, no acontecimento discursivo pelo qual o sujeito articula manifestadamente o seu dizer, em uma prática discursiva que ora é correta e ora é incorreta.

Não há portanto, discurso que não se relacione com outros discursos “já-ditos”. Dessa forma, a linguagem ‘politicamente correta’ não teria a capacidade de banir o preconceito sofrido por grupos sociais, denominados de ‘minorias’ e não é pela alteração da língua, que se conseguiria “desestabilizar” as formações ideológicas que se apresentam no discurso e que determinam o sentido que está presente no interior deste e que se reflete na exterioridade, tendo em vista que é a ideologia a constitutiva da prática discursiva. Pelo funcionamento da ideologia, no discurso do “Politicamente Correto e Direitos Humanos”, constituem-se evidências falsas de que alterando-se a língua(gem), alterar-se-ia também, as

atitudes discriminatórias sofridas por esses sujeitos denominados de “minorias”, pelo Estado.

Assim, a manualização da língua surgiu de um discurso praticado pelo Estado, que declarava que pelo uso da “linguagem politicamente correta”, se instituiria a inclusão das minorias tendo em vista a “reforma linguística” praticada pelo Estado, que ao propor a alteração da língua e/ou o seu engessamento, “possibilitaria uma nova identificação/inclusão” ao sujeito excluído do contexto cultural e sócio-histórico, pela implementação desta política linguística do “politicamente correto”.

Os discursos produzidos *sobre* o manual constroem evidências de que a “língua manualizada”, surge em um contexto de cerceamento e de silenciamento, pois a manualização da língua é um ato político que cerceia o seu funcionamento e vem sendo praticado no Brasil, desde os primórdios da sua colonização, transpondo o contexto histórico de evolução do sujeito na sociedade. A manualização da língua é uma prática discursiva originária do ponto de vista de quem a produz, no caso, o Estado, que por meio do manual “determina” o que é correto ou incorreto proferir discursivamente, causando um efeito de sentido que mascara, que ele se importa com as “minorias” e com essa atitude, o Estado “diz proteger e legitimar” os direitos desses sujeitos.

Nessa propositura ressoam evidências plenas de contradições, pois o momento em que o sujeito diz, em que se assume como sujeito autor do seu discurso, ele se representa no seu dizer, expondo suas expectativas e seus sentimentos, pois ele é determinado pela exterioridade e na sua forma sujeito, ao afirmar o que diz na formação discursiva, está inserido no que discursiviza e o seu dizer se torna a materialidade significativa do discurso, em uma ordem discursiva que ao mesmo tempo é simbólica e histórica, em que a linguagem, o discurso, estão carregados de diferentes formações ideológicas no seu interior.

As palavras não estão isentas de ideologias e a “organização/criação de um vocabulário politicamente correto”, não reduziria o tratamento desigual dos sujeitos com a prática desta linguagem, o que reflete um desconhecimento dos idealizadores da proposta do “politicamente correto”, pois ao sugerirem o uso de expressões no contexto deste vocabulário, demonstram que não conhecem ou até mesmo não consideraram, que a linguagem é fruto de uma construção histórica do seu dizer, a qual simboliza efeitos de

sentido por elas produzidos em meio a formação discursiva. Dessa forma, não seria um “jogo de alteração de palavras” que estabeleceria o fim da discriminação das “minorias”.

O Manual criado em 2004 pelo Governo sustenta a higienização da língua e designa o seu caráter coercitivo, em que o Estado determina o que o sujeito “deve dizer”, o que é “politicamente correto” e que segundo ele, “evitaria a discriminação” pelo uso da língua. Por meio do uso do filtro teórico da AD, destacamos que os efeitos de sentido produzido por esse vocabulário, instaura a contradição, pois o uso de uma linguagem considerada como “politicamente correta”, ora estabelece uma “tensão entre o mesmo e o diferente”, ora “dispersa o efeito de sentido entre o que é correto e o incorreto”.

Diante disso, a memória que sustenta e legitima a língua manualizada está no político, no Estado, no controle que este estabelece ao manualizar a língua, determinando o que é “politicamente correto ou incorreto dizer”. Assim as *SD's* destacadas em análise, retornam a uma memória que problematiza a relação linguagem/representação do politicamente (in)correto no Manual, evidenciadas na/pela ordem da história, do simbólico e do linguístico-discursivo.

O sujeito, ao “dizer” o discurso, não pode “dizer a língua”, desrespeitando grupos sociais, pela simples alegação de que fora “pressionado, martirizado”, na sua condição de sujeito, que profere o discurso. Portanto, o analista do discurso, na sua posição-sujeito de “conhecedor da língua”, articula discursivamente, que não se pode “pegar” a língua, e mencionar termos que exaltem as diferenças dos sujeitos de maneira preconceituosa, manifestando atitudes hostis que discriminem via discurso, os sujeitos por pertencerem a uma determinada raça, por possuírem uma limitação física ou por sua orientação sexual.

Desse modo, o uso do “politicamente correto” como uma possibilidade de correção de comentários negativos, *sobre* a ideia de que alterando-se a linguagem, mudar-se-iam as atitudes discriminatórias, não modificou a forma de representação dos sujeitos, a fim de combater a discriminação, o que desqualifica o uso desse Manual, por isso, o Estado o recolheu da circulação social e o “politicamente correto” deu lugar a fiscalização, ao ‘policiamento’ da linguagem, sob o pretexto de que certas palavras, expressões ou proposições possuem significado de discriminação ou inferiorização de sujeitos ou grupos sociais.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis [1970]. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Biografia de Joaquim Maria Machado de Assis**. Disponível: <http://www.suapesquisa.com/machadodeassis/>, acesso: 11, nov., 2013, às 13h30min, [http://www.releituras.com/machadodeassis\\_bio.asp](http://www.releituras.com/machadodeassis_bio.asp), acesso: 11 nov., 2013, às 13h40min.

BARROS, João. **Biografia de João de Barros**. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$joao-de-barros,2](http://www.infopedia.pt/$joao-de-barros,2), acesso: 11, nov., 2013, às 15h10min.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Biografia de Afonso Henriques de Lima Barreto**. Disponível em: [http://www.suapesquisa.com/quemfoi/lima\\_barreto.htm](http://www.suapesquisa.com/quemfoi/lima_barreto.htm), acesso: 11, nov., 2013, às 13h.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Catequese e Colonização do Discurso Jesuítico. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (Org.). **Os Discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2000. p.103-118.

CARVALHO, Castelar. **Para Compreender Saussure**. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CARVALHO, Olavo de. **Aristóteles em nova perspectiva: Introdução à teoria dos quatro discursos**. Rio de Janeiro: Topbooks. 1996.

COURTINE, Jean Jacques. **Análise do Discurso Político**. O Discurso Comunista endereçado aos Cristãos. Edufscar, São Carlos, 2009.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **A Era Vargas**. 2. ed. São Paulo: SP, Moderna, 2004.

DIAS, Luiz Francisco. O nome da língua do Brasil: uma questão polêmica. In: ORLANDI, Eni P. **História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e construção da língua nacional** (Org.). Campinas, SP: Pontes, Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001. p. 185-198.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI: O minidicionário da língua portuguesa**. Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira [et. al.]. 5. ed. Rio de Janeiro: RJ, Nova Fronteira, 2001.

FIORIN, José Luiz. Teoria dos Signos. José Luiz Fiorin (Org.). **Introdução à linguística**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 55-74.

\_\_\_\_\_. José Luiz. A linguagem em uso. José Luiz Fiorin (Org.). **Introdução à linguística**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 165-186.

\_\_\_\_\_. A linguagem Politicamente Correta. Revista **Linguagem**: São Carlos: SP, Universidade Federal de São Carlos, agosto de 2008. Disponível [http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao01/artigos\\_alinguagempoliticamentecorreta.htm](http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao01/artigos_alinguagempoliticamentecorreta.htm) , acesso: 10 de jun, 2013, às 12h.

\_\_\_\_\_. **Biografia de José Luiz Fiorin**. Disponível: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9\\_Luiz\\_Fiorin](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Luiz_Fiorin), acesso: 12, nov., 2013, às 17h.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A Língua inatingível**. Trad. Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.

GALHARTE, German. **Biografia de German Galharde**. Disponível em: <http://tipografos.net/historia/gaillard.html>, acesso: 11, nov., 2013, às 14h35min.

GUIMARÃES, Eduardo. Política de línguas na linguística brasileira. In: Eni P. Orlandi (Org.). **Política linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007. p. 63-82.

\_\_\_\_\_. Eduardo; ORLANDI, Eni P. O conhecimento sobre a linguagem. In: Claudia Castellanos Pfeiffer e José Horta Nunes (Org.). **Introdução às ciências da linguagem - Linguagem, História e Conhecimento**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. p. 141-154.

\_\_\_\_\_. Língua de civilização e línguas de cultura: a língua nacional do Brasil. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (Org.). **Os Discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2000. p.169-180.

GULLAR, Ferreira. A coisa está branca. **Jornal Folha da São Paulo**, 15 de mai., 2005. Site da UOL - Universo Online. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1505200520.htm>, acesso: 10 de jun., 2013, às 12h40min.

GUTENBERG, Johannes. **Biografia de Johannes Gutenberg**. Disponível em: [http://www.e-.net/johannes\\_gutenberg/](http://www.e-.net/johannes_gutenberg/), acesso: 10 out., 2013, às 13h.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Trad. Bethânia Mariani [et. al]. 4 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010. p. 11-38.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In MITTMANN, Solange, GRIGOLETTO, Evandra, CAZARIN, Ercília. **Práticas Discursivas e Identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. Análise de discurso e seus objetos. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; BRANCO, Luiza Katia Andrade Castello. (Orgs.). **Análise de discurso no Brasil: pensando o impensado sempre: uma homenagem a Eni Orlandi**. Campinas, SP: Editora RG, 2011.

\_\_\_\_\_. GODOY, Ana Boff de. [et. al]. **Glossário de termos do discurso: projeto de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS. Instituto de Letras, 2001.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, Bethânia. **Colonização linguística**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **O PCP e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Unicamp, 1998.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Trad. Paulo Sérgio de Souza Júnior. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2012.

OLIVEIRA, Fernão de. **A Grammatica da Lingoagem Portuguesa de 1536**. Disponível: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/slp04/02.pdf>, acesso: 10 out., 2013, às 14h.

ORLANDI, Eni P. Documentário: acontecimento discursivo, memória e interpretação. In: ZANDWAIS, Ana [e] ROMÃO, Lucília Maria Souza. **Leituras do político**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 53-64.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010.

\_\_\_\_\_. **O que é linguística**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

\_\_\_\_\_. Teorias da linguagem e discurso do multilinguismo na contemporaneidade. In: Eni P. Orlandi (Org.). **Política linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007. p. 53-62.

\_\_\_\_\_. O Discurso sobre a língua no período Vargas (Estado Novo – 1937/1945) In: Eni P. Orlandi (Org.). **Línguas e instrumentos linguísticos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005. p. 27-33.

\_\_\_\_\_. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias do Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Terra à Vista: discurso do confronto – velho e novo mundo**. São Paulo, SP: Cortez: Editora da Unicamp, 1990.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. A linguística nas associações: um recorte discursivo de sua institucionalização. Uma questão de política linguística. In: Eni P. Orlandi (Org.). **Política linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007. p. 19-34.

PAGOTTO, Emílio Gozze. O linguista e o burocrata: a universalização dos direitos e os processos normativos. In: Eni P. Orlandi (Org.). **Política linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007. p. 35-52.

PÊCHEUX, Michel (1975). **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi [et. al]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.

\_\_\_\_\_. Análise automática do discurso (A AD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Trad. Bethânia Mariani [et. al]. 4 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010a. p. 59-106.

\_\_\_\_\_; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Trad. Bethânia Mariani [et. al]. 4 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010b. p. 159-250.

PFEIFFER, Claudia C.; NUNES, José Horta. (Orgs.). **Introdução as ciências da linguagem**: linguagem, história e conhecimento. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

PINSKY, Jaime. **Biografia Jaime Pinski**. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/polcorrpinisky.htm>, acesso: 10 jun, 2013, às 14h.

PINTO, Antonio Luiz de Toledo; WINDT, Marcia Cristina Vaz dos Santos; CÉSPEDES, Livia. (Orgs.). Vade Mecum, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

PONDÉ, Luiz Felipe. **Guia do politicamente incorreto da filosofia**. São Paulo: SP, Leya, 2012. Disponível em: <http://portalconservador.com/livros/Guia-Politicamente-Incorreto-da-Filosofia.pdf>, acesso: 01, nov., 2013, às 11h.

\_\_\_\_\_. **Biografia de Luiz Felipe Pondé**. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz\\_Felipe\\_Pond%C3%A9](http://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_Felipe_Pond%C3%A9), acesso: 16, nov., 2013, às 14h20min.

QUEIROZ, Antonio Carlos. **Politicamente correto & direitos humanos**. Brasília, 2004. Disponível em: [www.awmuller.com/deposito/politicamentecorreto.pdf](http://www.awmuller.com/deposito/politicamentecorreto.pdf), acesso: 08 dez., 2012, às 14h.

RASIA, Gesualda dos Santos. Entre a indeterminação e a determinação: o discurso na materialidade linguística. MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ana Ercilia. (Orgs.). **Práticas discursivas e identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre: RS. Editora Nova Prova, 2008. p. 154-173.

\_\_\_\_\_. As línguas dos brasileiros e as línguas dos estrangeiros na 2ª República: a memória que teceu o duplo lugar dos barbarismos. Porto Alegre, UFRGS, **Anais do II SEAD**, 2005, ISSN 2237-8146.

RIBEIRO, João Ubaldo. Programa Fala Zero. Jornal **O Globo**, Rio de Janeiro: RJ, 08 de maio, 2005. Disp.: Site Oficial da Academia Brasileira de Letras. Disponível: [http://www.academia.org.br/abl\\_e4w/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from\\_info\\_index=66&inford=2202&sid=377](http://www.academia.org.br/abl_e4w/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=66&inford=2202&sid=377), acesso: 10 jun., 2013, às 12h30min.

\_\_\_\_\_. Disponível: **Biografia João Ubaldo Ribeiro**. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o\\_Ubaldo\\_Ribeiro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Ubaldo_Ribeiro), acesso: 12, nov., 2013, às 18h10min.

SAUSSURE, Ferdinand de (1916). **Curso de Linguística Geral**. Trad. Antônio Chelini; José Paulo Paes; Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHERER, Amanda. A constituição dos sentidos nas fronteiras do eu: memória da língua e a língua da memória. **Revista Letras – Língua e Literatura: limites e fronteiras**, Santa Maria, Editora UFSM, no. 26, jul-ago, 2002.

SILVA, Telma Domingues da. Os manuais da imprensa no Brasil: da redação à circulação pública. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e construção da língua nacional** Campinas, SP: Pontes, Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001. p. 273-306.

SILVEIRA, Verli Fátima Petri da. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da apresentação do mito em Contos Gauchescos, de João Lopes Neto, à desmitificação em Porteira fechada, de Cyro Martins**. Tese Doutorado em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2004.

SOUZA, Otília; CARDOSO, Adriana. **Da língua em funcionamento ao funcionamento da língua**. p. 61-69. *Palavras*. v. 27, 2005. Disponível em: <http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/2590/1/da%c3%ADngua%20em%20funcionamento%20ao%20funcionamento%20da&20da%C3%Adngua.pdf>. Acesso: 5 out., 2013, às 16h.

VADE MECUM. **Constituição Federal**. Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos, Livia Céspedes (Orgs.). São Paulo, SP: Saraiva, 3. ed., 2007. p.07.

VENTURINI, Maria Cleci. Sentidos políticos e identitários do nosso acordo ortográfico. In: SCHONS, Carme Regina, CAZARIN, Ercília Ana. **Língua, escola e mídia: em(ter)laçando teorias, conceitos e metodologias**. Passo Fundo, Editora da UPF, 2011, p 72-89.

\_\_\_\_\_. **Imaginário Urbano: espaço de rememoração/comemoração**. Passo Fundo, RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

VICENTE, Carolina Pereira. **Dois diálogos no renascimento português: João de Barros e Gândavo**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2008, 96f. Disponível em: <http://letras.ufrj.br/posverna/mestrado/VicenteCP.pdf>. Acesso: out., 2013.

ZANDWAIS, Ana. **Perspectivas da Análise de Discurso fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada do percurso**. Santa Maria, RS: Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009. Série Cogitare.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1: MATERIALIDADE 1

### A LINGUAGEM POLITICAMENTE CORRETA

José Luiz Fiorin (USP)

No conto *Negrinha*, de Monteiro Lobato, lemos a seguinte passagem: “A excelente Dona Inácia era mestra na arte de judiar de crianças” (*Monteiro Lobato: textos escolhidos*. Rio de Janeiro, Agir, 1967, p. 75). No capítulo III, de *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, aparece a seguinte passagem: “Marramaque, poeta *raté*, tinha uma grande virtude, como tal: não denegrir os companheiros que subiram nem os que ganharam celebridade” (*Prosa seleta*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2001, p. 661). Em Machado de Assis, no conto *Aurora sem dia*, lê-se: “Ah! meu amigo, (...) não imagina quantos invejosos andam a denegrir meu nome” (*Obra completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, vol. II, p. 224). Diante desses textos não faltaria quem apontasse o dedo acusador para os três autores, tachando-os de racistas. Afinal, *denegrir* significa “diminuir a pureza, o valor de; conspurcar, manchar” e é construído com a mesma raiz da palavra *negro*; *judiar* quer dizer “tratar mal física ou moralmente, atormentar, maltratar” e é formado com o termo *judeu*. Mas será que podemos fazer essa acusação? Machado e Lima Barreto eram descendentes de negros; Lobato posicionou-se contra o nazi-fascismo e pode-se dizer que, à maneira de seu tempo, era anti-racista.

A linguagem politicamente correta é a expressão do aparecimento na cena pública de identidades que eram reprimidas e recalcadas: mulheres, negros, homossexuais, etc. Revela ela a força dessas “minorias”, que eram discriminadas, ridicularizadas, desconsideradas. Pretende-se, com ela, combater o preconceito, proscurendo-se um vocabulário que é fortemente negativo em relação a esses grupos sociais. A ideia é que, alterando-se a linguagem, mudam-se as atitudes discriminatórias.

Em 2004, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República publicou uma cartilha intitulada *Politicamente correto e direitos humanos*, em que mostrava que

determinadas palavras, expressões e anedotas revelam preconceitos e discriminações contra sujeitos ou grupos sociais. Essa publicação gerou muita polêmica e levou o governo a recolhê-la. Muitos intelectuais proeminentes acusaram o governo de estar instaurando a censura (por exemplo, João Ubaldo Ribeiro, no artigo “O programa Fala Zero”, publicado em *O Estado de S. Paulo*, de 8/5/2005, p. D3, e Ferreira Gullar, no artigo “A coisa está branca”, publicado na *Folha de S. Paulo*, de 15 de maio de 2005, p. E 12). Declaravam que se tratava de um ato autoritário de um governo que pretendia até mesmo controlar o que as sujeitos dizem; que o poder público tinha coisas mais importantes, como a educação e a saúde, com que se preocupar. Chegaram a afirmar que poderíamos ser presos, se disséssemos alguma coisa que contrariasse as normas linguísticas governamentais. Bradavam que se pretendia engessar a língua, impedindo o seu desenvolvimento.

Não vamos fazer a maldade de argumentar, dizendo que chama atenção que esses furiosos críticos do governo (no geral, articulistas dos principais jornais do país) não tivessem tido a mesma irada reação, quando os jornais em que escrevem vetaram o uso, em suas páginas, de uma série de palavras ou expressões por denotarem preconceito, discriminação ou ofensa em relação a determinados grupos sociais (conferir, por exemplo, o verbete “preconceito” do *Manual de redação* da Folha de S. Paulo (2001, p. 94) ou o verbete “ética interna” do *Manual de redação e estilo* de O Estado de S. Paulo (1990, p. 34-38)).

A linguagem politicamente correta leva-nos a pensar em uma série de aspectos a respeito do funcionamento da linguagem (meus argumentos concordam com os de Sírío Possenti, difundidos em comunicações e textos). O primeiro é que, como já ensinava Aristóteles, na *Retórica*, aquele que fala ou escreve cria, ao produzir um texto, uma imagem de si mesmo. Sem dúvida nenhuma, a presença de certas palavras num determinado texto faz que ele seja racista, machista, etc., criando uma imagem de que seu autor é alguém que tem preconceito contra as mulheres, os negros, os índios, os homossexuais e assim por diante. O que é preciso saber é se combater o uso de palavras ou expressões que patenteiam a discriminação é um instrumento eficaz de luta contra ela.

De um lado, é verdade que a linguagem modela sentimentos e emoções. Se alguém sempre ouviu certos termos ou expressões, como *negro*, *bicha* ou *coisa de mulher*, ditos

com desdém ou com raiva, certamente vai desenvolver uma atitude machista ou racista. Quem é tratado com gritos ou com ameaças seguramente não vai introjetar atitudes de bondade ou doçura. Portanto, usar uma linguagem não marcada por fortes conotações pejorativas é um meio de diminuir comportamentos preconceituosos ou discriminatórios. De outro lado, porém, é preciso atentar para dois aspectos. O primeiro é que o cuidado excessivo na busca de eufemismos para designar certos grupos sociais revela a existência de preconceitos arraigados na vida social. Se assim não fosse, poder-se-ia empregar, sem qualquer problema, por exemplo, o vocábulo *negro*, sem precisar recorrer à expressão *afro-descendente*. Em segundo lugar, os defensores da linguagem politicamente correta acreditam que existam termos neutros ou objetivos, o que absolutamente não é verdade. Todas as palavras, ensina Bakhtin, são assinaladas por uma apreciação social. Considera-se que os termos *bicha*, *veado*, *fresco* são mais preconceituosos que a designação *gay*. Isso é parcialmente verdadeiro, pois os três primeiros estão marcados por pesada conotação negativa. No entanto, o termo *gay* também vai assumindo valor pejorativo, tanto que, à semelhança do aumentativo *bichona* e do diminutivo *bichinha*, criaram-se *gayzaço* e *gayzinho*. Isso ocorre porque as condições de produção de discursos sobre a mulher, o negro, o homossexual, etc. são as de existência de fortes preconceitos em nossa formação social. Isso significa que não basta mudar a linguagem para que a discriminação deixe de existir. Entretanto, como a conotação negativa é uma questão de grau, não é irrelevante deixar de usar os termos mais fortemente identificados com atitudes racistas, machistas, etc.

Há, porém, duas posições dos defensores da linguagem politicamente correta que contrariam a natureza do funcionamento da linguagem e que, portanto, são irrelevantes para a causa que defendem. A primeira é a crença de que a palavra isolada carrega sentido e apreciação social. Na verdade, um termo funciona num discurso e não isoladamente. Por isso, nem todos os usos do vocábulo *negro* com valor negativo denotam racismo. Por exemplo, dizer que há racismo na expressão *nuvens negras no horizonte do país* é um equívoco, porque o sentido conotativo de “situação preocupante”, que aparece no discurso político ou econômico, está relacionado à meteorologia, nada tendo a ver com raças ou etnias. Na verdade, considerar que a palavra exerce sua função independentemente do

contexto é afirmar então que as expressões *passar em branco todos aqueles anos* ou *dar um branco*, no sentido de “passar sem ter realizado coisa alguma aqueles anos” ou “sofrer uma incapacidade de lembrar ou de raciocinar” são racistas. Na verdade, não são. A conotação é criada sobre o significado do branco no papel. *Sorrir amarelo* e *amarelar* significando, respectivamente, “sorrir de maneira contrafeita, forçada” e “perder a coragem numa situação difícil ou embaraçosa” não mantêm qualquer relação com preconceitos em relação aos orientais, mas estão ligadas aos sintomas físicos do medo, do embaraço. A mesma coisa ocorre com as expressões *ficou numa situação esquerda* (= desfavorável) ou *lançou um olhar esquerdo* (= de má vontade), que se relacionam à incapacidade de a maioria das pessoas/sujeitos usar os membros esquerdos e não a uma determinada posição política.

A outra posição que contraria o funcionamento da linguagem é o etimologismo. Etimologia é o estudo da origem e da evolução das palavras. Esse termo é constituído de duas palavras gregas, que querem dizer “estudo do sentido verdadeiro”. Ele surgiu num período em que se acreditava que a história era decadência, o que, na linguagem, significava que a evolução das línguas era uma degradação. Por isso, o sentido original era o sentido verdadeiro. Veja-se bem o substrato ideológico da busca de etimologias que foram esquecidas na marcha da história. Lembrá-las significa considerar que a história é decadência. De um lado, temos etimologias completamente falsas: por exemplo, quando se diz que, no termo *history*, há o pronome masculino *his*, porque a história reflete o ponto de vista dos homens, falseia-se completamente a origem dessa palavra, pois a raiz indo-europeia que deu origem a essa palavra é *-weid*, que indica a visão, que serve ao conhecimento. Dela derivam, por diferentes transformações fonéticas: ideia, ídolo, história, idílio, evidente, invejar, ver, prever, visitar, etc. Por outro lado, certas etimologias foram sendo esquecidas na evolução da língua. Não se percebe mais que *judiar* é formado a partir de *judeu* nem que *denegrir* é constituído com a raiz de *negro*. Por isso, não se pode dizer que Lobato, Machado e Lima Barreto, ao usar esses termos nos trechos que mostramos no início deste texto, tenham sido racistas. Não se remotiva, por um ato arbitrário de vontade, o que a língua desmotivou. Eles apenas sabiam que os sentidos mudam e não se volta atrás para restaurar o que a história da língua apagou.

Uma outra coisa que produz efeito contrário ao pretendido é o uso de eufemismos francamente cômicos, quando a língua não possui um termo “não marcado” para fazer uma designação que é vista como preconceituosa: por exemplo, dizer “pessoa verticalmente prejudicada” em lugar de *anão*; “pessoa de porte avantajado” em vez de *gordo*; “pessoa em transição entre empregos” por *desempregado*. Isso gera descrédito para os que pretendem relações mais civilizadas entre os sujeitos. Por isso, as piadas já começam a surgir.

As palavras ferem e, como diz o poeta Pepe, “as lágrimas não cicatrizam”. Por isso, para criar um mundo melhor, é importante usar uma linguagem que não machuque os outros, que não revele preconceitos, que não produza discriminações. É necessário, porém, que, para ter eficácia, esse trabalho sobre a palavra respeite a natureza e o funcionamento da linguagem.

## **ANEXO 2: MATERIALIDADE 2**

### **O PROGRAMA FALA ZERO**

*João Ubaldo Ribeiro*

Como diversos entre vocês (a palavra “como”, no caso, não é verbo, faço questão de esclarecer), fiquei um pouco surpreendido com a iniciativa do governo em orientar o uso da língua para o politicamente correto. Digo “um pouco” porque espero patadas desse governo com regularidade e os brasileiros estão acostumados a ele meter o bedelho em tudo. Mas, se a surpresa foi pouca, a reação não pode ser, porque, demonstra a História, é assim que começa. Vão tomando um dedinho, a gente deixa, aí tomam a mão, tomam o braço, tomam o tronco e quando a gente (aliás, “gente”, assim como “pessoa”, não devia ser palavra feminina, porque há o risco de ofender homens extremadamente ciosos de sua masculinidade; tentemos empregar, por exemplo, “gento” e “pessôo” ao nos referirmos ao sexo masculino e “genta” ao feminino) se dá conta, já tomaram o corpo todo.

Eu pensava que uma secretaria de Direitos Humanos se ocuparia basicamente de direitos elementares, como saúde, educação e segurança. Mas é bobagem, porque já estamos bem cuidados(as) nessas áreas, qualquer um(a) sabe. Cabe agora baixar instruções sobre a linguagem autorizada. Precisando conseguir empregos para quem é companheiro e está necessitado de um trocado às nossas inesgotáveis custas, criam-se cargos que não têm o que fazer e os ocupantes e ocupantas desses cargos produzem idéias brilhantes como essa, de criar uma espécie de Socila (lembra a Socila?) para o povo (ou a pova) falar direito e não nos fazer passar vexame (que, aliás, em certas áreas do país, é sinônimo de dor de barriga) a tempa toda, como de hábito.

Com toda a certeza, as instruções que já foram ventiladas são fruto de vasto mapeamento lingüístico, filológico e sociológico, que deu autoridade a seus(suas) formuladores(as) para estabelecer o que é aceitável no falar e no trato social, que é uniforme em todo o(a) nosso imenso(a) Brasil e, se não é, vai ter que ser. Imagino que

algum(a) deputado(a) já esteja até apresentando projeto de lei cujo primeiro artigo, que vai resolver logo tudo com uma canetada, rezará “todo brasileiro e toda brasileira é obrigado(a) a ser bem-educado(a), tratar todo(a) mundo(a) bem e não proferir palavras ou expressões não constantes do Vocabulário Petista da Língua Portuguesa Falada no Brasil”.

Parece talvez simples, mas é tarefa hercúlea, eivada de armadilhas insuspeitadas. Quem usa expressões como “negro de alma branca” é, na minha opinião, um(a) óbvio(a) babaca(o), mas não se atenta o suficiente para o outro lado. E “passar pela vida em brancas nuvens”, por exemplo, que tem clara (escura, aliás; por que claro é que é claro e escuro não é claro? - discrimination, discrimination) conotação negativa, ofendendo assim os numerosos arianos brasileiros, dos quais, na Bahia, eu mesmo conheço dois? “Agora me deu um branco”, nem pensar. “Entregar a prova em branco”, assim vinculando ignorância ou falta de cumprimento dos deveres escolares aos brancos, também tem de ser evitado(a). Não esqueçamos tampouco nossos(as) irmãos(ãs) orientais e, quando um(a) locutor(a) esportivo(a) disser que tal ou qual time(a) amarelou, deverá receber cartoa vermelha, para deixar de ser insensível e preconceituoso(a), eis que os(as) amarelo(as) são tão valorosos(as) quanto os(as) membros(as) de outras raças.

Na minha condição de baiano, passo a semana em prantos, quando alguém classifica alguma coisa de “baianada”. Imagino como não devem sentir-se os(as) beócios(as) e capadócio(as) ainda hoje existentes, para não falar nos(as) eslavo(as), cuja designação quer dizer “escravo”. E programa de índio(a), meu Deus, a que ponto chegará o desrespeito? Na Bahia, um determinado corte de carne (lombo) se chama “paulista” e é caso de intervenção federal naquele revoltante estado da federação, onde passa absolutamente impune as(os) pessoas(os) dizerem que hoje vão comer um paulista. E as palavras chulas, que aos montões (ou montanhas) se insinuaram no nosso falar decente mas incauto? Não sei se a distinta senhora ou o amável cavalheiro ou até mesmo a(o) criança(o) que me lêem sabem que, ao mencionar “fosso”, usam a forma portuguesa do particípio passado de um verbo latino que não ousa dizer seu nome em forma impressa, pelo menos na maior parte dos jornais e que quer dizer isso mesmo que você está pensando.

A língua portuguesa é muito imperfeita e até mesmo nossa espécie é designada pelo nome de “homem”, que deplorável atraso! Claro que temos de usar “ser humano” e

“serhumanidade”. E, evidentemente, há que levar-se em conta os brios de muitos animais e, assim, passarmos o que admito ser um certo risco, mas que vale a pena pelo bem da pátria (mátria). Ou seja, ao nos referirmos a uma onça, é indispensável procurar examinar o animal em questão nas suas partes íntimas, para nos certificarmos de que não se trata de um onço, que do contrário teria sua virilidade agredida. Para não falar num rosário deles e já posso prever a revolta dos cobros, dos tartarugos, dos borboletos, dos garços, dos formigos, das jacaroas, das morcegas, das tatuas, das crocodilas, das bem-te-vias, das urubuas e de tantos(as) e tanto(as) outros(as) que, assim, ajudam sem querer a preservar o sexismo na nossa maneira de pensar.

Acho que vou me juntar à ala radical desse movimento, que culminará certamente na instituição do programa Fala Zero e do Silêncio Participativo, o que não atingirá, para aflição de muitos, o nosso presidente. O qual, aliás, como me disse um alto funcionário (perdão; servidor) da República, não tinha conhecimento dessa cartilha.

- Creio que Sua Excelência não tem conhecimento de cartilha nenhuma - respondi eu, possivelmente cometendo uma pequena injustiça, mas não dava para deixar de aproveitar bola tão bem levantada.

### **ANEXO 3: MATERIALIDADE 3**

#### **A COISA ESTÁ BRANCA**

*Ferreira Gullar*

Embora todo mundo já tenha escrito sobre a tal cartilha que a Secretaria Especial de Direitos Humanos do governo federal elaborou e editou, também vou meter o meu bedelho no assunto. Vocês hão de lembrar que sobre o papa eu não escrevi, que de papa eu não entendo; de cartilha também não, mas querer nos ensinar que pega mal usar expressões como "farinha do mesmo saco" indica que esse pessoal do Lula ou não tem mesmo o que fazer ou está a fim de nos encher o saco (com perdão da expressão politicamente incorreta).

Essa coisa de censurar palavras e expressões nascidas do falar popular é uma mania que de vez em quando aflora. Não faz muito, surgiu uma onda exigindo que se expurgassem dos dicionários palavras como "judiação" ou "judiar", sob o argumento de que são expressões antissemitas. Bastava pensar um pouco para ver que tais palavras não se referem aos judeus, e sim a Judas Escariotes, isto é, à malhação do Judas no Sábado de Aleluia. Judiar ou fazer judiação é submeter alguém a maus-tratos semelhantes aos que a molecada faz com o boneco de Judas.

Outra expressão que a ignorância rancorosa considera insulto racista é "a coisa está preta", que, na verdade, como se sabe, alude ao acúmulo de nuvens negras no céu no momento que precede as tempestades. Assim, quando alguém pressente que as coisas estão se complicando, usa aquela expressão. Pois acreditem vocês que um conhecido meu, pessoa talentosa, me disse que em sua casa está proibido dizer "a coisa está preta"; lá se diz "a coisa está branca"! Pode?

Essa cartilha que o governo promete consertar, como se tal coisa tivesse conserto pode abrir caminho para restrições à liberdade de expressão, se não em termos de lei, mas por induzir pais de família e professores a discriminar textos literários ou jornalísticos e,

consequentemente, seus autores. No que me toca, já estou de orelha em pé, pois acabo de lançar um livro para crianças (!! ) cujo título é "Dr. Urubu e Outras Fábulas". Para azar meu, o poema que dá título ao livro começa assim: "Doutor Urubu, a coisa está preta".

Temo ser levado ao Tribunal da Inquisição por incorrer em duplo delito, pois, além de usar a expressão condenada, ainda dou a entender que a frase alude à cor negra da ave, e logo que ave! Um urubu, bicho repugnante, que só come carniça! Adiantaria alegar que não fui eu quem pintou o urubu de preto? Minha sorte é que vivemos numa democracia, e o nosso povo, por índole, é pouco afeito ao fanatismo desvairado, em que pesem as exceções.

Exagero? Pode ser, mas, se exagero, é de propósito, para pôr à mostra o que há de perigoso e burro nesses defensores do politicamente correto, porque, se não há o perigo da fogueira, há o perigo do império da burrice ir tomando conta do país. E tudo devidamente enfeitado de boas intenções.

Sim, porque, conforme alegou o autor da cartilha, ela foi concebida com o propósito de resguardar a suscetibilidade de brancos e negros, de judeus e muçulmanos, de cearenses e baianos, de palhaços e beatas... Até os comunistas foram beneficiados sob o pretexto de terem sido vítimas de graves calúnias. Não sei se a Secretaria de Direitos Humanos acha natural chamar a outros de fascistas ou nazistas; quanto a acoimá-los de vigaristas, creio que não, pois isso ofenderia os vigários em geral. Não posso afirmar se a cartilha resguarda também a suscetibilidade dos chifrudos, dos pançudos, dos narigudos, dos cabeludos e dos cabeçudos; dos pirocudos, acredito que não, pois isso é tido como elogio. Mas e as moças de pouca bunda e poucos seios (do tipo Gisele Bündchen), que o pessoal apelida de "tábua"? E o gorduchos, apelidados de "bolão"? Os magricelas, de "espeto"? E os baixotes, chamados de "meia porção"? Isso sem falar num respeitável senador da República a quem seus confrades acredito que sem malícia apelidaram de "lapiseira".

Estou de acordo com que não se deva tratar pessoa nenhuma por apelidos depreciativos. Por exemplo, num papo com Bin Laden, eu teria a cautela de não chamá-lo de terrorista, especialmente se ele estivesse acompanhado de um homem-bomba. Do mesmo modo agiria com o juiz Nicolau, a quem nunca trataria de "meritíssimo Lalau",

embora certamente não lhe revelasse a senha de meu cartão de crédito. Como se vê, isso de falar politicamente correto envolve muitos problemas, porque não se trata de engessar apenas o humor (bom ou mau) das pessoas, mas de engessar o próprio idioma. Falar, de certo modo, é reinventar a língua, já que o que se diz estava por ser dito e, ao dizê-lo, damos-lhe uma forma imprevisível até para nós mesmos. Além disso, há pessoas especialmente dotadas de verve, que nos surpreendem (e a si próprias) com expressões às vezes irônicas, sarcásticas ou simplesmente engraçadas. Criam modos de dizer inusitados, apelidos, ditos, tiradas, que nos divertem e enriquecem o nosso falar cotidiano. É que falar é um exercício de liberdade (para o bem ou para o mal), que não cabe nos preceitos de uma cartilha ou de um código de censura.

Aliás, para terminar, sugiro que se mudem os nomes de certos insetos como barata, formiga e piolho, por coincidirem lamentavelmente com os sobrenomes de algumas respeitáveis famílias brasileiras.

## **ANEXO 4: CARTILHA - “POLITICAMENTE CORRETO E DIREITOS HUMANOS”**

### **Politicamente Correto & Direitos Humanos**

**Presidente da República** Luiz Inácio Lula da Silva

**Secretário Especial dos Direitos Humanos** Nilmário Miranda

**Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos** Perly Cipriano

**Presidente da Fundação Universitária de Brasília** Edeijavá Rodrigues Lira

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Secretaria Especial dos Direitos Humanos**

Politicamente Correto & Direitos Humanos Antônio Carlos Queiroz Brasília, 2004  
Presidência da República Secretaria Especial dos Direitos Humanos  
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 4º andar 70064-900 – Brasília, DF.

E-mail: [direitoshumanos@sedh.gov.br](mailto:direitoshumanos@sedh.gov.br)

Internet: [www.presidencia.gov.br/sedh](http://www.presidencia.gov.br/sedh)

@ Copyright: Secretaria Especial dos Direitos Humanos

**É permitida a reprodução total ou parcial da publicação, devendo citar menção expressa na fonte de referência. Os conceitos e opiniões nesta obra são de exclusiva responsabilidade do autor.**

Impresso no Brasil/ Printed in Brazil Distribuição gratuita.

**Convênio SEDH nº 147/2003**

**Tiragem:** 5.000

**Pesquisa e texto:** Antônio Carlos Queiroz

**Coordenação gráfica e editorial:** Perly Cipriano

**Projeto gráfico:** Heonir Soares Valentim

**Capa:** Sandro Canedo

**Normalização:** Maria Amélia Elizabeth C. Veríssimo

**Referência Bibliográfica** QUEIROZ, Antônio Carlos.

*Politicamente correto e direitos humanos*. Brasília: SEDH, 2004. 88p.

**Dados Internacionais de Catalogação na fonte da Publicação** 341.27 Queiroz, Antônio Carlos Q3p. Politicamente correto e direitos humanos/ pesquisa e texto: Antônio Carlos Queiroz. \_Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. 88p.

## **Apresentação**

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos, vinculada à Presidência da República, com vistas a colaborar para a construção de uma cultura de direitos humanos, apresenta a cartilha “Politicamente Correto e Direitos Humanos” como forma de chamar a atenção de toda a sociedade para o que o historiador Jaime Pinsky chamou de “os preconceitos nossos de cada dia”.

Todos nós – parlamentares, agentes e delegados da polícia, guardas de trânsito, jornalistas, professores, entre outros profissionais com grande influência social – utilizamos palavras, expressões e anedotas, que, por serem tão populares e corriqueiras, passam por normais, mas que, na verdade, mal escondem preconceitos e discriminações contra pessoas ou grupos sociais. Muitas vezes ofendemos o “outro” por ressaltar suas diferenças de maneira francamente grosseira e, também, com eufemismos e formas condescendentes, paternalistas.

A idéia do título, “Politicamente Correto”, tem, em parte, um sentido provocador. Foi escolhida com o objetivo de chamar a atenção dos formadores de opinião para o problema do desrespeito à imagem e à dignidade das pessoas consideradas diferentes.

Não queremos promover discriminações às avessas, “dourando a pílula” para escamotear a amargura dos termos que ofendem, insultam, menosprezam e inferiorizam os semelhantes que consideramos “os outros”.

Ao contrário, neste glossário, apresentamos em primeiro lugar justamente as expressões pejorativas, para depois comentá-las. Com ele, queremos incentivar o debate, fomentar a reflexão, inclusive pela razão simples de que, para alguns de nossos interlocutores, nós é que somos os “diferentes”.

Se queremos ser respeitados, devemos respeitar. No mínimo, para cumprir o princípio de que todos os homens e mulheres são iguais, independentemente de origem, cor, sexo, orientação sexual, condição social e econômica, credo religioso, filiação filosófica ou política etc.

Perly Cipriano Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

**Atenção: queremos que este livreto seja uma obra em construção, com a colaboração de seus leitores.**

**Para enriquecer as próximas edições, pedimos a vocês que enviem à Secretaria Especial de Direitos Humanos, por carta, fax ou correio eletrônico sugestões de novos verbetes.**

**Os números de telefones e endereços são os seguintes: Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, Sala 204 70064-900 – Brasília, DF Fax: 61 226 7695/ 225 0440 Email: [direitoshumanos@sedh.gov.br](mailto:direitoshumanos@sedh.gov.br)**

## **Introdução**

O preconceito nosso de cada dia

Jaime Pinsky \*

Preconceito, nunca. Temos apenas opiniões bem definidas sobre as coisas.

Preconceito é o outro quem tem...

Mas, por falar nisso, já observou o leitor como temos o fácil hábito de generalizar (e prova disso é a generalização acima) sobre tudo e todos? Falamos sobre “as mulheres”, a partir de experiências pontuais; conhecemos “os políticos”, após acompanhar a carreira de dois ou três; sabemos tudo sobre os “militares” porque o síndico do nosso prédio é um sargento aposentado; discorremos sobre homossexuais (bando de semvergonhas), muçulmanos (gentinha atrasada), sogras (feliz foi Adão, que não tinha sogra nem caminhão), advogados (todos ladrões), professores (pobres coitados), palmeirenses (palmeirense é aquele que não tem classe para ser são-paulino nem coragem para ser corintiano), motoristas de caminhão (grossos), peões de obra (ignorantes), sócios do Paulistano (metidos a besta), dançarinos (veados), enfim, sobre tudo. Mas discorremos de maneira especial sobre raças e nacionalidades e, por extensão, sobre atributos inerentes a pessoas nascidas em determinados países.

Afinal, todos sabemos (sabemos?) que os franceses não tomam banho; os mexicanos são

preguiçosos; os suíços, pontuais; os italianos, ruidosos; os judeus, argentários; os árabes, desonestos; os japoneses, trabalhadores, e por aí fora. Sabemos também que cariocas são folgados; baianos, festeiros; nordestinos, miseráveis; mineiros, diplomatas, etc. Sabemos ainda que o negro não tem o mesmo potencial que o branco, a não ser em algumas atividades bem-definidas como o esporte, a música, a dança e algumas outras que exigem mais do corpo e menos da inteligência. Quando nos deparamos com um exceção admitimos que alguém possa ser limpo, apesar de francês; trabalhador, apesar de mexicano; discreto, apesar de italiano; honesto, apesar de árabe; desprezado do dinheiro, apesar de judeu; preguiçoso, apesar de japonês e também por aí fora. Mas admitimos com relutância e em caráter totalmente excepcional.

O mecanismo funciona mais ou menos assim: estabelecemos uma expectativa de comportamento coletivo (nacional, regional, racial), mesmo sem conhecermos, pessoalmente, muitos ou mesmo nenhum membro do grupo sobre o qual pontificamos. Sabemos (sabemos?) que os mexicanos são preguiçosos porque eles aparecem sempre dormindo embaixo dos seus enormes chapelões enquanto os diligentes americanos cuidam do gado e matam bandidos nos faroestes. Para comprovar que os italianos são ruidosos achamos o bastante frequentar uma cantina no Bixiga. Falamos sobre a inferioridade do negro a partir da observação empírica de sua condição socioeconômica. E achamos que as praias do Rio de Janeiro cheias durante os dias da semana são prova do caráter folgado do cidadão carioca. Não nos detemos em analisar a questão um pouco mais a fundo.

Não nos interessa estudar o papel que a escravidão teve na formação histórica de nossos negros. Pouco atentamos para a realidade social do povo mexicano e de como ele aparece estereotipado no cinema hollywoodiano. Nada disso. O importante é reproduzir, de forma acrítica e boçal, os preconceitos que nos são passados por piadinhas, por tradição familiar, pela religião, pela necessidade de compensar nossa real inferioridade individual por uma pretensa superioridade coletiva que assumimos ao carimbar “o outro” com a marca de qualquer inferioridade.

Temos pesos, medidas e até um vocabulário diferente para nos referirmos ao “nosso” e ao do “outro”, numa atitude que, mais do que auto-condescendência, não passa de preconceito puro. Por exemplo, a nossa é religião, a do outro é seita; nós temos fervor religioso, eles

são fanáticos; nós acreditamos em Deus (o nosso sempre em maiúscula), eles são fundamentalistas; nós temos hábitos, eles vícios; nós cometemos excessos compreensíveis, eles são um caso perdido; jogamos muito melhor, o adversário tem é sorte; e, finalmente, não temos preconceito, apenas opinião formada sobre as coisas.

Ou deveríamos ser como esses intelectuais que para afirmar qualquer coisa acham necessário estudar e observar atentamente? Observar, estudar e agir respeitando as diferenças é o que se esperada de cidadãos que acreditam na democracia e, de fato lutam por um mundo mais justo. De nada adianta praticar nossa indignação moral diante da televisão, protestando contra limpezas raciais e discriminações pelo mundo afora, se não ficarmos atentos ao preconceito nosso de cada dia.

\* O autor – historiador, doutor e livre docente pela USP – gentilmente autorizou a reprodução deste texto, que foi originalmente publicado em *O Estado de S. Paulo* (20/05/1993) e no livro **Brasileiro (a) é assim mesmo – Cidadania e Preconceito**, 1993, da Editora Contexto ([www.editoracontexto.com.br](http://www.editoracontexto.com.br))

## A

**A coisa ficou preta** – A frase é utilizada para expressar o aumento das dificuldades de determinada situação, traindo forte conotação racista contra os negros.

**Africano** – Termo relativo à África, aos seus naturais e habitantes. Sua utilização genérica muitas vezes serve para negar a diversidade de países e povos daquele continente ou para discriminá-los, em geral, inferiorizando-os.

**Aidético** – Termo discriminador dos portadores do vírus da Aids, ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV). O correto é chamar a pessoa nessa condição de “HIV positiva” ou “soropositiva”, quando não apresenta os sintomas associados à doença, e “pessoa com Aids” ou “doente de Aids”, quando ela já tem aqueles sintomas.

**Aleijado** – Termo ofensivo, que estigmatiza as pessoas com deficiência física ou mental. Não é correto chamá-las de “pessoas deficientes” ou “excepcionais”, atribuindo-lhes incapacidade absoluta. Nem é pertinente chamá-las de “portadoras de habilidades especiais”, eufemismo que não ajuda a preservar sua dignidade. Em geral, as pessoas nessas condições preferem ser tratadas como “portadoras de deficiência” ou simplesmente

“pessoas com deficiência”.

**Analfabeto** – Condição de quem não sabe ler nem escrever, alvo de grande preconceito e discriminação social no País, o que é sintetizado, por exemplo, na frase “Vá estudar para ser alguém na vida!” Em geral, quem agride os analfabetos costuma responsabilizar a pessoa que não teve a oportunidade de ir à escola e não à sociedade que lhe negou tal oportunidade. Segundo o Censo 2000 do IBGE, 16,7% da população brasileira acima de cinco anos, ou quase 26 milhões de pessoas, são incapazes de ler e de escrever um bilhete simples. Formam um contingente especial de excluídos da cidadania, com menos direitos políticos (não podem ser eleitos a cargos públicos) e menos acesso a empregos e benefícios sociais.

**Anão** – As pessoas afetadas pelo nanismo são vítimas de um preconceito peculiar: o de sempre serem consideradas engraçadas. Não há nada de especialmente engraçado ter baixa estatura, fato que não torna ninguém inválido nem diminui sua dignidade.

**Apenado** – A expressão é utilizada, de maneira incorreta, para designar qualquer pessoa detida pela polícia, mesmo sem ter sido julgada e sentenciada. É preciso reafirmar o princípio da presunção da inocência, definido no inciso LVII do artigo 5º da Constituição Federal, segundo o qual “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

## B

**Baianada** – Expressão pejorativa que atribui aos baianos inabilidade no trânsito e em outras atividades. Trata-se de um preconceito de caráter regional e racial, ao lado de outros como o que imputa a malandragem aos cariocas, a esperteza aos mineiros, a falta de inteligência aos goianos, a orientação homossexual aos gaúchos etc.

**Baitola** – Palavra de origem nordestina que, junto com “bicha”, “boiola” e outras é utilizada para depreciar os homossexuais. Em respeito às pessoas que sentem atração ou mantêm relações amorosas ou sexuais com pessoas do próprio sexo, utilize as seguintes identificações: gay – para homens e mulheres; entendido (a) – para homens e mulheres; lésbica – para mulheres; travesti e transsexual – para transgêneros; bissexuais – para homens e mulheres.

**Bárbaro** – Inicialmente para os gregos, em seguida para os romanos, e depois para outros povos que se consideravam civilizados, bárbaro era todo o estrangeiro ou pessoa que não falava o idioma deles. Bárbaro era sinônimo de estranho, cruel, grosseiro, incorreto, malvado, rude, violento; capaz de barbarizar, isto é, de cometer barbárie ou barbaridade. É a expressão mais clássica de discriminação do outro e da xenofobia, a aversão pelos estrangeiros, seus costumes, hábitos e tradições.

**Barbeiro** – O uso da expressão, no sentido de motorista inábil, obviamente é ofensiva ao profissional especializado em cortar cabelo e aparar barba.

**Barraco** – Moradia modesta, construída de materiais precários, como a tenda do cigano, a oca do indígena de língua da família tupi-guarani, o cafofo do morador de favela. Seja de alvenaria ou de pau-a-pique, de papelão, palha, tábuas, panos ou folhas de zinco, o inciso XI do artigo 5º da Constituição Federal dispõe que “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”.

**Beata** – O termo deprecia as mulheres que vão com muita frequência às missas e ofícios da Igreja Católica.

**Bêbado, bêbedo, bebum** – O dicionário Houaiss registra mais de 80 sinônimos ou termos afins, quase todos pejorativos, para caracterizar os dependentes de álcool. Por ignorância e preconceito, muita gente menospreza e trata as pessoas nessa condição como fracas de caráter, sem levar em conta que o alcoolismo é uma enfermidade crônica, catalogada desde 1967 na Classificação Internacional das Doenças da Organização Mundial da Saúde, de difícil cura e de graves consequências psíquicas, fisiológicas e sociais. Os alcoólicos merecem respeito e cuidados médicos e não discriminação.

**Branquelo** – Por incrível que pareça, existe no Brasil preconceito racial contra pessoas brancas. Mais fortemente, contra membros das colônias europeias no Sul do País. “Branquelo” e “branquelo azedo” são duas das expressões pejorativas contra os brancos.

**Bugre** – Termo depreciativo do indivíduo de origem indígena, tido como selvagem, rude. Parece que a expressão foi utilizada pela primeira vez no Brasil em 1555, por oficiais da marinha francesa, que estabeleceram numa ilha da Baía da Guanabara a sede da chamada “França Antártica”, para designar os tamoios, um subgrupo do povo Tupinambá, que dominavam grande extensão do litoral brasileiro, desde o norte de São Paulo até Cabo Frio e o Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro. Tinha o sentido de indivíduo rude, selvagem, primário, não-civilizado, não-cristão, herético. Segundo o dicionário Houaiss, a origem da palavra é o nome que os franceses davam, em 1172, a uma seita religiosa de búlgaros, cujos membros eram considerados “heréticos” e “sodomitas”.

**Burro** – Xingamento dirigido a quem se atribui falta de inteligência. Conferir às pessoas supostas características de animais é um dos recursos mais comuns para desqualificá-las.

## C

**Cabeça chata** – Termo insultuoso, racista, dirigido contra os nordestinos, em especial, os cearenses.

**Caipira** – A pessoa que vive no campo, na roça. O dicionário Houaiss lista 72 sinônimos de caipira, quase todos de conotação pejorativa, refletindo um forte preconceito da sociedade brasileira. O caipira é tachado de rústico, rude, pouco instruído, cafona, brega, avesso ao convívio social, em oposição às pessoas que vivem nas cidades, consideradas cosmopolitas, elegantes, finas, sofisticadas. Essa última ideia firmou-se no País a partir do

início dos anos 60, com a “Marcha para o Oeste” e a construção de Brasília, e foi alimentada pela ideologia da modernização conservadora e do “Brasil Potência”, segundo a qual só haveria progresso e bem-estar social no asfalto das grandes cidades. Depois que esse mito foi destruído pela crise econômica e os problemas decorrentes do inchaço das periferias urbanas, está havendo uma grande revalorização dos valores culturais da vida no interior.

**Canceroso** – Forma grosseira, indelicada, usada para estigmatizar o portador de câncer, nome genérico de diversas doenças caracterizadas pela proliferação incontrolável das células. Digno é chamá-lo de “portador de câncer” ou “doente de câncer”.

**Ceguinho** – Expressão de menosprezo, que estigmatiza os cegos. Em geral, as pessoas privadas de visão preferem ser chamadas de cegas em vez de “deficientes visuais”, “portadoras de deficiências visual” ou expressões eufemísticas semelhantes.

**Ciganos** – Na Europa, o termo “cigano” é considerado pejorativo. Os diversos grupos étnicos que formam o povo cigano preferem outras designações étnicas, como Rom, Sinti e Calon. Do termo Rom (“pessoa”) deriva o nome de sua língua, o romani, um complexo de muitos dialetos de base indo-árica, aparentada ao sânscrito. No Brasil, por preconceito racial, o nome cigano é muitas vezes associado a qualidades negativas (ladrão de cavalo, ladrão de crianças etc). Isso se deve, entre outras razões, ao seu antigo nomadismo, hoje relativo, e ao grande apego que têm à liberdade e à insubmissão às instituições da sociedade envolvente. O origem dos ciganos é controvertida, mas em geral aceita-se que a sua diáspora teve início a partir de uma região no noroeste da Índia, há cerca de mil anos, em direção à Turquia, e, a partir do século XV, à Europa Ocidental. Ali teriam ocupado uma região denominada “Pequeno Egito”, na costa leste do mar Negro, sendo esta a origem de suas denominações em francês (*egyptien=gitan*), espanhol (*gitano*) e inglês (*gypsy*). O curioso é que, segundo o matemático grego Apolônio de Rodes (295 aC-230aC), nessa mesma região teria vivido um povo chamado *Sigunnoi*, nome que deu origem à denominação *cigano* em português. Os primeiros ciganos a chegar ao Brasil – João Torres, a mulher e filhos – foram expulsos de Portugal, em 1574. Muito musicais, os ciganos inspiraram obras primas como as Rapsódias Húngaras, de Franz Liszt, e a ópera Carmen, de Georges Bizet. O ex-presidente Juscelino Kubitschek era neto de um cigano.

#### *Fontes*

*Moonen Frans – Rom, Sinti e Calon – Os assim chamados ciganos – Etexto nº 1, Recife, Núcleo de Estudos Ciganos, 2000*

*Teixeira, Rodrigo Corrêa - História dos Ciganos no Brasil – E-texto nº 2, Recife, Núcleo de Estudos Ciganos, 2000*

*Os textos do Núcleo de Estudos Ciganos podem ser acessados no seguinte endereço eletrônico [www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/](http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/)*

**Classe baixa** – A repetição dessa expressão, graficamente ilustrada pela base da pirâmide que representa os estratos sociais da sociedade de classes, é utilizada para inferiorizar pessoas e naturalizar sua pobreza com o propósito de negar-lhes direitos.

**Comunista** – Termo utilizado até recentemente para discriminar ou justificar perseguições a qualquer militante de esquerda ou de causas sociais. Desde as revoluções que explodiram na Europa, no final dos anos 40 do século 19, e principalmente depois da Revolução Russa, em 1917, os adeptos do socialismo e do comunismo tornaram-se os principais alvos das polícias dos Estados liberais e dos propagandistas do capitalismo. Contra eles foram inventadas as piores calúnias e insultos, para justificar campanhas de perseguição que resultaram em assassinatos em massa, de caráter genocida, por exemplo, durante o regime nazista na Alemanha; o golpe de Estado de 1965, na Indonésia; e todos os golpes militares ocorridos nos países latino-americanos, incluindo o Brasil, nas décadas de 60 e 70.

**Coxo** – Palavra estigmatizadora da pessoa que anda de maneira irregular por ser portadora de deficiência em uma ou nas duas pernas. A carga pejorativa do termo também é grande por ser essa uma das designações populares do diabo.

**Crioulo** – Antiga designação do filho de escravos, hoje é um termo pejorativo e discriminador do indivíduo negro ou afrodescendente.

## D

**De menor** – “De menor” ou “menor” são expressões carregadas de forte preconceito e discriminação, geralmente associadas às crianças e adolescentes pobres, negras, em situação de rua ou que cometem atos infracionais. O termo “menor” constava do antigo Código de Menores, substituído em 1990 pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Desde então, a palavra foi banida do vocabulário dos defensores dos direitos da infância. Palavras adequadas: criança, adolescente, garoto (a), guri (a), moço (a), menino (a), jovem, piá etc.

**Débil mental** – Expressão preconceituosa, que estigmatiza os portadores de deficiência ou distúrbio mental. É utilizada, ao lado de “debilóide”, “mongolóide” e outros termos afins para desqualificar as pessoas a quem se atribuir falta de inteligência ou discernimento.

**Deficiente** – Tratamento generalizador, inadequado para chamar o portador de deficiência física, auditiva, visual ou mental. As expressões respeitadas podem ser “pessoa portadora de deficiência” ou “pessoa com deficiência”. O fato de ter alguma deficiência não torna uma pessoa inválida ou incapaz.

**Denegrir ou denigrir** – Esse verbo, com o sentido de aviltar, diminuir a pureza, conspurcar, tornou-se ofensivo aos negros e, por essa razão, deve ser evitado.

**Detento** – Do ponto de vista jurídico, é o indivíduo que cumpre a pena de detenção. No entanto, o termo é utilizado para classificar pejorativamente qualquer pessoa detida pela

polícia, mesmo aquela ainda não julgada nem condenada. Nesse caso, tem o mesmo sentido distorcido de “apenado” (ver).

**Doido** – A palavra, no sentido de louco, é utilizada como xingamento, e, de maneira genérica, para desqualificar as pessoas portadoras de qualquer deficiência mental, mas que não são, necessariamente, portadoras de loucura ou de doença mental.

## E

**Elemento** – Termo muito utilizado, ao lado de outros como marginal (ver), meliante, delinqüente etc, principalmente por policiais e por jornalistas, para desqualificar pessoas suspeitas de praticar delitos. É preciso lembrar que ninguém pode ser considerado culpado até que a sua condenação tenha sido confirmada em última instância pela Justiça, segundo o princípio da presunção da inocência. Esse princípio, firmado pela Revolução Francesa, constitui uma das maiores conquistas do Direito em todos os tempos. (Ver o verbete “Apenado”).

**Encostado** – Forma pejorativa de chamar o aposentado, o trabalhador licenciado por doença ou incapacidade, e também o desempregado.

**Esclerosado** – Esclerose é uma patologia caracterizada pelo aumento anormal de tecidos conjuntivos de órgãos como os nervos e o pulmão. O esclerosamento das paredes de determinados vasos sanguíneos pode comprometer a oxigenação do cérebro e provocar danos em algumas de suas funções, deixando o doente com alguma deficiência. Daí a origem do termo “esclerosado” no sentido de “maluco”, “caduco”, “que perdeu o juízo” etc, de que se abusa para discriminar as pessoas idosas, principalmente.

**“Está russo”** – A expressão original é “Está ruço”, com cê-cedilha, isto é, de coloração pardacenta, enevoadada, utilizada para descrever uma situação difícil, apertada, não resolvida, obscura. Mais recentemente, foi associada aos russos, devido às sucessivas crises por eles enfrentadas e que culminaram no fim da União Soviética, em 1991.

## F

**Fanático** – Conforme o livro “Fases do fanatismo”, organizado por Jaime Pinsky e Carla Bassanezzi Pinsky, fanatismo é um termo cunhado no século XVIII para denominar partidários extremistas, exaltados e acrílicos de uma causa religiosa ou política. Com base na certeza absoluta e incontestável a respeito de suas verdades, os indivíduos e os grupos fanáticos são levados a praticar violências contra outras pessoas, prejudicando a sua liberdade e atentando contra a sua vida.

**Farinha do mesmo saco** – A expressão, junto com outras semelhantes – “Todo político é ladrão”, “Os jornalistas são mentirosos”, “Os muçulmanos são terroristas” – ilustra a falsidade e leviandade das generalizações apressadas, base de quase todos os preconceitos.

O fato de haver políticos corruptos, jornalistas imprecisos e muçulmanos extremistas não significa que a totalidade de cada um desses segmentos mereça aquelas respectivas acusações. Por outro lado, especialmente na imprensa diária, a utilização de características pessoais do personagem da notícia muitas vezes trai o preconceito do repórter. É comum lembrar os traços étnicos de um ladrão se ele é negro, mas não se for branco. Pouquíssimos jornalistas se referiram ao fato de o presidente George Bush ser metodista quando noticiaram que ele resolveu atacar o Iraque. Mas muitos escreveram e continuam a escrever que os militantes que participam da resistência iraquiana são muçulmanos. É usual adjetivar os partidos palestinos, sem exceção, de terroristas, mas muito raro chamar de terrorista o governo de Israel quando este lança mísseis sobre civis palestinos. Não se trata de evitar ou omitir informações, mas de saber utilizá-las de maneira adequada e precisa, para prevenir o preconceito e a discriminação.

**Fascista** – A palavra muitas vezes é utilizada por militantes de esquerda para desqualificar adversários de direita, embora se refira, especificamente, aos adeptos do sistema político ditatorial cujas maiores expressões históricas foram os regimes da Itália de Benito Mussolini e a Alemanha de Adolf Hitler, entre as décadas de 20 e 40 do século 20. Algumas de suas características: monopólio da representação política por um partido único de massas; centralização extremada do poder político, com a eliminação das liberdades democráticas, e a montagem de um sistema agressivo de propaganda; eliminação da oposição pela violência e o terror; ideologia baseada no culto ao líder político, na glorificação da coletividade nacional, no ódio racial, no desprezo ao individualismo liberal, na oposição ao comunismo e ao socialismo e na colaboração de classes; dirigismo estatal das relações econômicas, sociais, políticas e culturais, de acordo com uma lógica totalitária. (ver o verbete “Nazista”).

**Funcionário público** – O trabalhador do Estado, que exerce ou desempenha alguma função pública; serventário. Depois de sistemáticas campanhas de desprestígio contra o serviço público, iniciadas no governo Collor (1990-1992), para justificar as políticas do Estado Mínimo do modelo neoliberal, os trabalhadores dos órgãos, entidades ou empresas públicas preferem ser chamados de servidores públicos. Com isso, querem enfatizar que servem ao público mais do que ao Estado.

## G

**Gilete** – Expressão depreciativa das pessoas cuja orientação sexual é dirigida tanto a homens como a mulheres. O termo adequado é bissexual.

**Goianada** – A exemplo de “baianada”, é um preconceito de caráter regional e racial contra as pessoas naturais de Goiás, a quem se atribui rudeza ou falta de inteligência.

**Gringo** – Termo utilizado no Brasil para discriminar qualquer estrangeiro. Em alguns países latino-americanos, como o México, refere-se especificamente aos estadunidenses. A palavra tem caráter xenófobo, isto é, serve para expressar menosprezo ou ódio aos estrangeiros.

## H

**Homossexualismo** – É mais adequado utilizar o termo “homossexualidade” em vez de “homossexualismo” para definir a orientação sexual das pessoas que sentem atração ou mantêm relações amorosas ou sexuais com pessoas do próprio sexo. O primeiro termo descreve essa condição de forma neutra, enquanto o segundo, equivocado, tem uma forte carga pejorativa ligada à crença de que a orientação homossexual seria uma doença, uma ideologia ou um movimento político a que as pessoas aderem de maneira voluntária.

## I

**Inculto** – A rigor, qualquer pessoa tem uma cultura ou visão de mundo e, nesse sentido, carece de sentido considerar que alguém possa ser inculto. O termo é utilizado, no entanto, para desqualificar como incapazes, “burras” (ver), as pessoas que não tiveram acesso à educação formal.

**Índio** – Designação genérica de qualquer indivíduo cujos ancestrais habitavam as Américas antes da chegada dos europeus, no século 16. O termo foi cunhado pelos navegadores da esquadra de Cristóvão Colombo, quando aportaram no continente em 1492, baseados na crença equivocada de que haviam chegado às Índias. Embora esteja absorvido e seja até motivo de orgulho para muitos membros das comunidades indígenas do Brasil, a expressão é inadequada por se referir a povos muito diferentes entre si e por confundir a ampla diversidade étnica do País. Segundo os modernos estudos de etnografia e antropologia, quando a frota de Pedro Álvares Cabral desembarcou no sul da Bahia, em abril de 1500, o território que hoje conforma o Brasil estava ocupado por populações cujo número total foi calculado entre 1 milhão e 11,5 milhões de pessoas e que, provavelmente, falavam mais de mil línguas diferentes. Alguns desses povos fundaram grandes civilizações na bacia amazônica, com extensas povoações ribeirinhas e domínio de tecnologias sofisticadas de produção, transporte e comunicação. Essas populações chegaram a essas paragens há pelo menos 12 mil anos. Oriundas da Ásia, atravessaram o estreito de Bering, estabeleceram-se na América do Norte e depois migraram para a América do Sul. Outra hipótese, mais controvertida, é que teriam vindo da Austrália, navegando pelas costas das Américas, em época anterior, recuada em até 50 mil anos. Após cinco séculos de guerras contra o domínio, a escravização e a colonização de portugueses e brasileiros, ainda existem no País 235 povos indígenas, que falam 180 línguas diferentes e ocupam 794 terras que perfazem 11% do território nacional. No último Censo Demográfico do IBGE (2000), mais de 734 mil pessoas se autodeclararam indígenas.

## J

**Judiar** – Verbo de conotação pejorativa contra os judeus, originado na leitura dos Evangelhos segundo a qual foram eles, e não os soldados romanos, os que torturaram e assassinaram Jesus Cristo.

## L

**Ladrão** – Atualmente, o termo é mais aplicado a indivíduos pobres. Os ricos são preferencialmente chamados de “corruptos”, o que demonstra que até os xingamentos têm viés classista.

**Latino-americanos** – A expressão, cunhada por geopolíticos franceses, designa imprecisamente os habitantes dos países situados abaixo dos Estados Unidos, do México à Argentina. A rigor, deveria incluir os canadenses da província canadense do Quebec. E não retrata os povos de língua inglesa de alguns países do Caribe, como Barbados, nem os da Guiana e do Suriname, este último de língua neerlandesa, na América do Sul. O mais curioso, entretanto, é que os brasileiros em geral não se consideram latino americanos, o que denota um preconceito muito disseminado e uma injustificável autoexclusão de uma comunidade de nações com características de origem majoritariamente comuns, a cultura ibérica.

**Lazarento ou leproso** – Duas expressões segregadoras dos doentes da hanseníase e de outras enfermidades da pele, comumente chamadas de lepra. Trata-se de um dos estigmas mais cruéis e antigos do mundo ocidental.

**Louco** – Assim como doido, o termo é utilizado para insultar, de forma genérica, os portadores de deficiência mental, que não são, necessariamente, portadores de doença ou distúrbio mental. A palavra é também utilizada para reprimir pessoas que, por razões políticas ou anti-institucionais, manifestam rebeldia.

## M

**Macumbeiro** – Expressão que discrimina o praticante da macumba, culto religioso sincrético de elementos do candomblé, de religiões indígenas e do catolicismo. Por extensão, refere-se aos fiéis das religiões de origem afro-brasileira, como a quimbanda e a umbanda, preconceituosamente chamados de feiticeiros ou bruxos.

**Malandro** – Antigamente, referia-se ao indivíduo esperto, que não gostava de trabalhar e vivia de expedientes e pequenos golpes. Foi um tipo folclórico que marcou a cena urbana do Rio de Janeiro, cuja extinção foi cantada por Chico Buarque no samba “Homenagem ao malandro”: “Mas o malandro pra valer, /não espalha/ aposentou a navalha,/ tem mulher e filho e tralha e tal”./ Dizem as más línguas que ele até trabalha/ Mora lá longe e chacoalha/ Num trem da Central”. O fato é que a crise econômica crônica do País, com o desemprego beirando os 20% da população economicamente ativa, enfraqueceu a conotação pejorativa do termo no sentido de vagabundo.

**Maluco** – Ver os verbetes “Doido” e “Louco”.

**Maneta** – Palavra depreciativa de pessoa a quem falta um braço ou uma mão. Deve ser

evitada, para não ofender. O mesmo se aplica a pernetta (ver).

**Marginal** – Originalmente, marginal era o indivíduo que vivia à margem do meio social em que deveria estar inserido, desconsiderando os valores, costumes e normas de seu entorno. Na situação de exclusão social estrutural da sociedade brasileira, o termo perdeu o antigo sentido, pois milhões de pessoas, desempregadas nas grandes cidades ou sem terra para cultivar, no campo, encontram-se à beira da marginalidade econômica e social. “Marginal”, como “vagabundo”, acabou se tornando palavra de forte carga ideológica, usada para discriminar os membros das camadas mais pobres da população.

**Maria vai com as outras** – Expressão preconceituosa contra as mulheres, consideradas de caráter fraco ou sem personalidade.

**Melhor idade** – Fórmula ainda mais eufemística do que “terceira idade” para referir-se às pessoas idosas. Não contribui para ampliar sua autoestima nem sua dignidade.

**Meliante** – ver “Elemento” **Menino de rua** – O termo é inadequado para designar as crianças e adolescentes que passam os dias nas ruas, pois as estatísticas demonstram que a maioria deles tem alguma relação com amigos ou parentes, ainda que fora do padrão da família tradicional. Meninos em situação de rua é a expressão mais correta.

**Menor** – Ver o verbete “de menor”.

**Menor infrator** – Nos meios de comunicação, em geral, a expressão é discriminatória e se refere à criança ou ao adolescente que cometeu ato infracional. É sinônimo de “menor delinqüente”, forma igualmente riscada do dicionário dos defensores dos direitos das crianças e dos adolescentes. Ver o verbete “De menor”.

**Minorias** – Subgrupos sociais que se consideram ou são considerados diferentes do grupo majoritário ou dominante, devido às suas características étnicas, religiosas, políticas, raciais, e que, por esse motivo, gozam de menos direitos ou são alvo de discriminação e preconceito. É o caso das minorias indígenas, dos ciganos e das colônias formadas por estrangeiros. O termo pode confundir quando é utilizado sem se levar em conta o peso demográfico do grupo referido. Até há pouco tempo, os negros e até as mulheres eram chamados de minoria, a despeito de sua relevância estatística.

**Mongol ou mongolóide** – Termos ofensivos aos portadores da síndrome de Down, cujas feições faciais lembram as dos habitantes da Mongólia. As pessoas com essa síndrome, caracterizada pela alteração no número padrão de cromossomos, têm suas deficiências mentais e físicas agravadas, se não tiverem tratamento e educação especializada.

**Mulato** – Filho de mãe branca e pai negro, ou vice-versa. Mestiço de branco, negro ou indígena, de cor parda. Originariamente, na língua espanhola, a palavra se referia ao filhote macho do cruzamento de cavalo com jumenta ou de jumento com égua, daí a sua carga pejorativa. Transposto para o português já com o sentido de mestiço, o termo serviu à ideologia do branqueamento da raça negra e entrou no imaginário popular, pela literatura

nativista, para designar a pessoa sedutora, lasciva, inzoneira, sonsa, cheia de artimanhas ditas “tropicais”, um outro estereótipo.

**Mulher da vida ou mulher de vida fácil** – Eufemismos para caracterizar a profissional do sexo, prostituta.

**“Mulher no volante, perigo constante”** – Frase preconceituosa contra as mulheres, a quem se atribui menos habilidade no trânsito em comparação com os homens, contrariando, aliás, os levantamentos estatísticos.

## N

**Nazista** – O termo refere-se ao adepto da doutrina do nacional-socialismo alemão, uma variação do fascismo, fundada por Adolf Hitler (1889-1945), e base do regime político da Alemanha entre 1933 e 1945, que provocou a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, é utilizado preconceituosamente, como “fascista” (ver), para desqualificar os adversários políticos de direita, do mesmo modo como o adjetivo “comunista” (ver) é usado para xingar os adversários de esquerda.

**Negro** – A maioria dos militantes do movimento negro prefere esse termo a “preto”, que o utilizam com orgulho para afirmar os valores da cultura afrobrasileira. O contexto determina o sentido pejorativo das duas expressões. Em certas situações, tanto “negro” como “preto” podem ser altamente ofensivos. Em outras, podem denotar carinho, por exemplo, nos diminutivos “neguinho”, “minha preta” etc.

## P

**Palhaço** – O profissional que vive de fazer as pessoas rirem pode se ofender quando alguém chama de “palhaço” uma terceira pessoa a quem se atribui pouca seriedade a uma atitude sua.

**Peão** – O trabalhador braçal, do campo ou da cidade. O termo tem conotação pejorativa quando é utilizado para inferiorizar alguém na hierarquia das classes sociais, como na frase “Isso é coisa de peão”, para significar que se trata de atitude de alguém rude, bruto, “inculto” (ver).

**Perneta** – Depreciativo de pessoa a quem falta uma das pernas ou um pé. O mesmo se dá com maneta (ver).

**Pessoas especiais** – Eufemismo inadequado para se referir às pessoas com deficiência. Do ponto de vista dos direitos humanos, todas as pessoas, sem exceção, são especiais.

**Pinel** – Sobrenome de célebre psiquiatra francês (Philippe Pinel, 1745- 1826) e nome de

um hospital psiquiátrico do Rio de Janeiro, o termo passou a designar os doentes mentais e, por extensão, com sentido pejorativo, qualquer pessoa a quem se quer ofender chamando-a de louca ou maluca.

**Pivete** – Um dos vários termos pejorativos para o adolescente em situação de rua ou que comete atos infracionais. Ver o verbete “De menor”.

**Pobre** – Embora se refira à condição econômica de quem não dispõe dos meios necessários para garantir suas necessidades básicas de moradia, alimentação e vestuário, esse termo, óbvio, é também utilizado para inferiorizar as pessoas, como se pobreza fosse um fenômeno natural e não uma construção social. O conceito correto de pobreza é relativo às condições econômicas e sociais médias do meio em que o indivíduo considerado vive. Uma pessoa que recebe salário mínimo pode ser pobre numa grande cidade por ter rendimento inferior ao que necessita para pagar o aluguel e a cesta básica. Outra pessoa com o mesmo rendimento, numa cidade interiorana ou na zona rural, pode não estar em situação de pobreza, por não depender exclusivamente de sua renda pessoal, ou por contar com uma rede de proteção social, formada pelos parentes, por exemplo. Não se pode considerar pobre uma comunidade indígena que vive em sua terra tradicional, de acordo com os seus costumes ancestrais. Por outro lado, é pobre outra comunidade indígena, que foi expulsa de sua terra e obrigada a viver na periferia de um centro urbano, mesmo que as suas casas estejam equipadas com geladeiras, televisores e outros equipamentos modernos.

**Político** – As frases “todo político é corrupto” e “todos os políticos são farinha do mesmo saco” (ver) não passam de preconceitos de gente mal informada. Por essa razão, muitos políticos demagógicos e populistas propagandeiam que não “políticos tradicionais”, explorando a ignorância e a ingenuidade da gente despolitizada.

**Portador de necessidades especiais** – Outro eufemismo a ser evitado em referência à pessoa com deficiência. A expressão é utilizada corretamente na área da educação para designar o estudante carente de atenção especial para seu desenvolvimento escolar. Nesse caso, contudo, não se restringe às pessoas com deficiência. Abrange também os alunos “superdotados”.

**Preso** – Tecnicamente, é a pessoa condenada sob custódia do Estado numa penitenciária ou cadeia pública. Entretanto, abusa-se do termo em referência a qualquer pessoa detida, ainda que temporariamente, sem condenação. Essa condição pode estigmatizá-la pelo resto da vida.

**Preto** – Ver o verbete “Negro” **Preto de alma branca** – Um dos slogans mais terríveis da ideologia do branqueamento no País, que atribui valor máximo à raça branca, e mínimo aos negros. “Apesar de ser preto, é gente boa” e “É negro, mas tem um grande coração” são variações dessa frase altamente racista, segregadora.

**Prostituição infantil** – Expressão inadequada para caracterizar a exploração sexual infantil, por atribuir um nível de consciência e voluntariedade que nem sempre a criança ou

o adolescente tem diante de uma situação de que é vítima. Isso não quer dizer, evidentemente, que a prostituição adulta também não implique exploração.

## R

**Retardado** – Termo insultuoso aos portadores de deficiência mental, a ser evitado.

**Roceiro** – Ver o verbete “Caipira”.

## S

**Samba do crioulo doido** – Título de famoso samba composto pelo genial Sérgio Porto para satirizar o ensino de História do Brasil nas escolas do país, iniciado pela estrofe “Foi em Diamantina / Onde nasceu JK/ Que a princesa Leopoldina / Arresolveu se casá/ Mas Chica da Silva / Tinha outros pretendentes/ E obrigou a princesa / A se casar com Tiradentes// Lá iá lá iá lá iá / O bode que deu vou te contar”. A frase passou também a ser usada para discriminar os negros, atribuindo-lhes confusões e trapalhadas.

**Sapatão** – Expressão usada para discriminar as lésbicas, as mulheres homossexuais. “Entendidas” e “lésbicas” são termos adequados.

**Selvagem e silvícola** – Ambas são expressões pejorativas ainda muito usadas para desqualificar os indígenas. Para muitos habitantes de centros urbanos, os confronto com esse estereótipo, um índio que saiu de sua aldeia e veste calça jeans deixou de ser índio e se tornou “civilizado”. Em comparação, nunca um militante ecológico alemão que decide viver numa aldeia indígena deixará de ser alemão. O termo silvícola constou das Constituições de 34, 46 e 67 e ainda está presente no texto da Lei 6.001/73, que dispõe sobre o Estatuto do Índio, em vigor. É expressão corrente nos processos e acórdãos dos tribunais do País.

**Surdo-mudo** – Termo inadequado e cada vez menos utilizado para designar os surdos. O surdo, que em geral tem o aparelho fonador intacto, só se torna mudo se não receber tratamento adequado nem freqüentar uma escola especializada. Não está, portanto, condenado a ser mudo.

## T

**Traveco** – Expressão usada para discriminar as travestis. Tratamentos respeitosos são “travestis” ou “transsexuais”.

**Tuberculoso** – Termo que estigmatiza o portador ou doente de tuberculose.

**Tupiniquim** – Referência usual ao povo brasileiro, quase sempre com sentido pejorativo, na acepção de atrasado, selvagem, indolente, chinfirim. Trata-se do nome de um povo indígena de língua tupi-guarani, que vive em três áreas no litoral do Espírito Santo e em uma no Sul da Bahia.

**Turco** – Termo genérico para designar os imigrantes árabes em geral, mas, em especial, os sírios e libaneses, que portavam, no início do século 20, passaportes emitidos pelo Império Otomano, governado pelos turcos. O vendedor ambulante ou mascate é a figura estereotipada do “turco”, como em alguns romances de Jorge Amado.

## V

**Vadia** – Palavra usada para discriminar as prostitutas. Ver o verbete “Mulher da vida”.

**Veado** – Uma das referências mais comuns e preconceituosas aos homossexuais masculinos. As expressões adequadas são gay, entendido, homossexual.

**Velho** – As pessoas idosas preferem ser tratadas com o termo “idoso” no lugar de “velho”, por causa da carga pejorativa associada a essa última palavra, relacionada a obsoleto, inútil, fora de moda.

## X

**Xiíta** – Fiel de um dos dois principais ramos do islamismo, que se baseia na doutrina de que os sucessores do profeta Maomé, o fundador da religião, deveriam ser obrigatoriamente seus descendentes consangüíneos. Por essa razão, os xiítas acabaram se tornando mais ortodoxos do que os seus rivais os sunitas, dando origem, no Brasil, ao termo pejorativo que caracteriza os militantes políticos tidos como radicais e inflexíveis.